

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

ASSIS DA SILVA GONÇALVES

**JOSÉ BASTOS DE ÁVILA E AS PESQUISAS EM ANTROPOLOGIA FÍSICA NO
MUSEU NACIONAL (1928-1938)**

Rio de Janeiro
2011

ASSIS DA SILVA GONÇALVES

**JOSÉ BASTOS DE ÁVILA E AS PESQUISAS EM ANTROPOLOGIA FÍSICA NO
MUSEU NACIONAL (1928-1938)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Chor Maio

Co-Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ventura Santos

Rio de Janeiro
2011

Ficha catalográfica

G635 Gonçalves, Assis da Silva
.. José Bastos de Ávila e as pesquisas em antropologia física no
Museu Nacional (1928-1938) / Assis da Silva Gonçalves – Rio
de Janeiro : s.n., 2011.
124 f .

Tese (Mestrado em História das Ciências e da
Saúde)-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.
Bibliografia: 105-111f.

1. Antropologia Física 2. História. 3. Museus. 4. Brasil

CDD. 573

ASSIS DA SILVA GONÇALVES**JOSÉ BASTOS DE ÁVILA E AS PESQUISAS EM ANTROPOLOGIA FÍSICA NO
MUSEU NACIONAL (1928-1938)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em de .

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) – Orientador

Prof^a. Dr^a. Nísia Trindade Lima (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Prof^a. Dr^a. Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho (Museu Nacional/UFRJ)

Suplentes:

Prof^a. Dr^a. Dominichi Miranda de Sá (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Prof^ª. Dr^ª. Sheila Mendonça de Souza (ENSP/Fiocruz)

Rio de Janeiro
2011

*Às minhas avós Tereza e Antônia, matriarcas de lindas famílias
À minha mãe, pelo amor incondicional
A meu pai, pelo carinho e apoio*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar comigo todo o tempo. Sua mão forte guiou-me até aqui e estará sempre comigo.

A meus pais, por todo amor, carinho, apoio e compreensão. Sem eles, não chegaria até aqui. Espero um dia retribuir todo o esforço que vocês fizeram para dar ao seu único filho as melhores condições possíveis. Essas linhas são pequenas para expressar a minha gratidão.

À Talita, pessoa que acompanhou de perto todo o processo do mestrado, desde a inscrição para o concurso seletivo até a noite anterior à entrega da dissertação. Seu amor, afeto, carinho e compreensão me fizeram ir adiante. Se não fosse sua insistência, hoje eu não estaria aqui. Você acreditou mais em mim do que eu mesmo. Sou privilegiado por ter o seu amor.

Ao professor Marcos Chor Maio, pela orientação, dedicação e paciência que teve comigo durante todo o processo de realização do mestrado.

A Ricardo Ventura Santos, que teve papel fundamental na escrita desta dissertação. Suas sugestões, correções e orientações foram essenciais para o término deste trabalho.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós Graduação de História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Em especial, aos professores com quem tive contato em sala de aula: Robert Wegner, Nara Azevedo, Luis Otávio, Dominichi Miranda de Sá, Simone Kropf e Luís Antônio; e aos funcionários: Nelson, Paulo e Maria Cláudia.

Aos funcionários de todas as instituições que visitei em pesquisa para esta dissertação: Arquivo SEMEAR (Museu Nacional); Biblioteca do Museu Nacional, Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras (ABL); Arquivo da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (CCHAT) e Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional.

À Mônica Coelho, pela atenção e empenho no auxílio às pesquisas que realizei no Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional.

A Jonas Pedroza, que, com um gesto de amizade e compreensão, foi fundamental para o término desta dissertação.

Ao Tio Agnaldo, pelo exemplo de homem e cristão.

À minha Tia Josefa e ao Luís Felipe, que desde a graduação fazem da sua casa um lar para mim. E ao Alexandre, que deu o pontapé inicial nessa minha jornada até aqui.

Aos meus amigos que fiz na graduação e que levarei por toda a vida: Paulo, André, Thaís, Natália e Juliana.

Aos amigos de infância, que fazem o meu cotidiano ser mais feliz. Vocês foram fundamentais tanto nos momentos de tensão quanto nos de distração, descanso e alegria. Vocês são os amigos certos nas horas certas e incertas. Obrigado Alan, André Storino, Allan Vasconcellos e Nielson.

À Tânia, Isaías, Lacy, Sônia Vallory, Zilmar Chagas e Thaís Nunes. Obrigado pelas orações e pela torcida.

À Fiocruz, pela bolsa de pesquisa que deu suporte material essencial para a realização deste trabalho.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para o término desta dissertação. Obrigado.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I: As pesquisas de Antropologia Física e o Museu Nacional nas primeiras décadas do século XX	21
O início das atividades regulares em antropologia física: as pesquisas de João Batista de Lacerda	24
A administração João Batista de Lacerda (1895 – 1915)	29
Edgard Roquette-Pinto e o Museu Nacional na década de 1920	36
A participação do Museu Nacional nas comemorações do primeiro centenário da independência e <i>os Tipos Antropológicos do Brasil</i>	40
Capítulo II: José Bastos de Ávila, Antropólogo/Naturalista	52
Anatomia e morfologia	53
Antropometria Escolar	62
<i>O 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife (1934)</i>	66

Fichas e Instrumentos Antropométricos	71
Bastos de Ávila: Naturalista	73
Capítulo III: <i>No Pacoval de Carimbé</i>	78
<i>No Pacoval de Carimbé: Uma interpretação do Brasil</i>	78
Heloísa Alberto Torres	88
<i>Cerâmica Marajoara</i>	93
Considerações Finais	102
Bibliografia	105
Iconografia	112

RESUMO

O presente trabalho procura reconstituir a trajetória de José Bastos de Ávila no Museu Nacional do Rio de Janeiro entre os anos de 1928 e 1938. As pesquisas de Ávila fazem parte dos estudos de antropologia física realizados no Museu Nacional desde o século XIX. O autor está inserido em um movimento de afastamento das teses deterministas em voga desde fins deste século que desqualificavam os mestiços e os não europeus. Ávila, juntamente com Roquette-Pinto, faz parte de uma corrente da antropologia física antirracista e defensora da mestiçagem no Brasil que surgiu no Museu Nacional em meados da década de 1920. Em suas pesquisas, Ávila pensou o Brasil através da perspectiva de raça e mestiçagem. A partir de pesquisas antropométricas, principalmente em estudantes, constatou que o problema do país não residia na mestiçagem, mas sim nas más condições de saúde, higiene e educação da população. A trajetória do autor é bastante diversificada, tratando de vários temas da área da antropologia física: inicia com pesquisas acerca da morfologia e anatomia humana, volta seus interesses para a pesquisa antropométrica em estudantes, realiza uma expedição científica a Minas Gerais, conduz outras pesquisas morfológicas e, por fim, retoma o trabalho com escolares. Nesse percurso, ainda participou do 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife em 1934 e escreveu um romance, *No Pacoval de Carimbé*, premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1933.

ABSTRACT

This work seeks to reconstruct José Bastos de Ávila's trajectory at *the National Museum of Rio de Janeiro* between the years 1928 and 1938. Ávila's research studies are part of physical anthropology at the National Museum since the nineteenth century. The author is part of a movement away from deterministic theories in vogue since the late nineteenth century that disqualified mestizos and non-Europeans. Ávila, along with Roquette-Pinto, is part of a physical anthropology anti-racist's current that advocate miscegenation in Brazil (this current emerged in the National Museum in the mid-1920s). In his research Ávila thought Brazil through the perspective of race and miscegenation. Across anthropometric researches, mainly with schoolchildren, he found that the problem of this country was not in miscegenation, but in population's bad health, hygiene and education. Ávila's career is very diverse, dealing with various issues in the field of physical anthropology: start with research on the morphology and anatomy, his interests back to the anthropometric survey in schoolchildren, conducts a scientific expedition to Minas Gerais, leads other morphological studies and, finally, returning to work with schoolchildren. In this way he still participated in the 1st Afro-Brazilian Congress in Recife in 1934 and wrote a novel, *No Pacoval de Carimbé*, awarded by the Brazilian Literary Academy in 1933.

Introdução

[...] A Antropologia é ciência cativante, apaixonada facilmente quem dela se aproxima. Mas não tem sido muito feliz. No começo teve de vencer repugnâncias nascidas e criadas ao calor de sentimentos profundos e delicados que ela parecia contrariar. Depois talvez por isso mesmo, passou longos anos a entreter em estudar problemas insolúveis, finalistas e ociosos. [...]

[...] Também começou a sentir o sítio dos interesses da política. Aqui mesmo, no Brasil, na hora que passa já quase ninguém ouve as vozes do arianismo; mas há alguns anos sempre se escutaram entusiastas dos “casamentos eugênicos” de onde os mestiços eram banidos no interesse da “pureza racial” que o país “precisa”. Não é porém felizmente, o que vem acontecendo. Os admiráveis ensaios de Bastos de Ávila, reunidos neste volume, reafirmam as grandes e fundamentais conclusões que para nós já são clássicas, por verificadas e confirmadas. [...] ¹

Roquette-Pinto

O trecho acima faz parte do prefácio que Edgard Roquette-Pinto, ex-diretor e professor do Museu Nacional, fez para o livro *Antropometria e Desenvolvimento Físico: Métodos e Pesquisa em Antropologia Física*, escrito por José Bastos de Ávila em 1940. Ávila realizou pesquisas no Museu Nacional entre os anos de 1928 e 1938 e conviveu com Roquette-Pinto durante boa parte desse período. No Museu Nacional, foi Professor Interino e Titular de Antropologia da 4ª Seção de Antropologia e Etnografia além de exercer a função de Naturalista Interino no fim de sua permanência na instituição. No restante do texto, Roquette-Pinto afirma que Ávila soube aproveitar o tranquilo ambiente de trabalho e

¹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Prefácio. In: ÁVILA, José Bastos de. *Antropometria e Desenvolvimento Físico: Métodos e Pesquisa em Antropologia Física*. Rio de Janeiro: Vilani e Barbas, 1940. p. 6.

o material que o Museu Nacional lhe oferecera um dia e estaria “sabendo tirar partido feliz e seguro” das pesquisas realizadas no Instituto de Pesquisas Educacionais (I.P.E), órgão do Departamento de Instrução Pública do Rio de Janeiro no qual Ávila ingressou após sua saída do Museu Nacional em 1938.

Assim, o conhecimento de algumas das “mais interessantes das nossas numerosíssimas questões raciais” crescia e se ampliava a partir das pesquisas de Ávila. Para Roquette-Pinto, o traço forte dos trabalhos de Ávila seria que, em seus textos, consideraria certos elementos da população brasileira em função do crescimento individual. Deste modo, de acordo com a antropologia moderna, o crescimento seria a chave da morfologia e isso evidenciaria a importância das pesquisas de Ávila. Por fim, Roquette-Pinto destaca que Ávila utilizou com “muito critério e clareza” os tipos antropológicos do Brasil que foram estabelecidos (pelo próprio Roquette-Pinto) no Museu Nacional, que seriam: leucodermos, faiodermos, xantodermos e melanodermos. Ávila reafirmaria as conclusões de Roquette-Pinto e, a partir de seus estudos biométricos, evidenciaria variações dentro desses grupos como, por exemplo, dois tipos de leucodermos e três de faiodermos. Roquette-Pinto concordaria com as conclusões de Ávila que estariam sendo “felizmente confirmadas por todos os que do assunto se tem ocupado”.

De fato, Luís de Castro-Faria, ao traçar periodização acerca dos estudos antropológicos no Brasil, coloca Ávila como um “epígono”, ou seja, um discípulo dos estudos iniciados por Roquette-Pinto no Museu Nacional.² Ávila está inserido em um movimento de renovação das temáticas e dos próprios estudos de antropologia física no Brasil onde o Museu Nacional teria papel fundamental como centro de pesquisas e formador de pesquisadores. Orientado por Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, Ávila continuaria os estudos de antropologia física, principalmente do primeiro, relativos à conformação e morfologia da população brasileira, entretanto daria ênfase a estudos antropométricos em escolares entre 7 e 15 anos de idade.

Neste sentido, a presente dissertação tem por objetivo analisar os estudos realizados por José Bastos de Ávila durante o período em que trabalhou no Museu Nacional entre os anos de 1928 e 1938. Nossa hipótese é que Ávila se insere em um movimento de

² CASTRO-FARIA, Luís. Pesquisas de antropologia física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.13, 1952.

afastamento das teses deterministas em voga desde o século XIX que desqualificavam os mestiços e os não europeus. No Museu Nacional, nas primeiras décadas do século XX, surgiu uma vertente da antropologia física antirracista e defensora da mestiçagem no Brasil³. A partir dessa questão, iremos demonstrar que Ávila pensou o Brasil através da perspectiva de raça e mestiçagem e constatou que o problema do país não estaria nesta última, mas sim nas más condições de saúde, higiene e educação da população. Do mesmo modo, Roquette-Pinto em *Notas Sobre Tipos Antropológicos do Brasil*⁴ buscou evidenciar que o mestiço teria plenas condições de povoar e viabilizar o Brasil enquanto nação moderna. A degeneração não estaria em seu estoque biológico, mas na falta de políticas públicas de saúde e educação adequadas. Para evidenciar esse problema, Roquette-Pinto colheu dados antropométricos e morfológicos de indivíduos adultos de todos os estados da federação. Ávila, por sua vez, realizou pesquisas antropométricas em escolares do ensino primário do Rio de Janeiro e concluiu que eles poderiam atingir melhores níveis de crescimento se não fossem as péssimas condições sanitárias apresentadas por bairros cariocas. Como afirma Castro-Faria, seria a partir das pesquisas antropométricas em escolares que Ávila se sobressairia dentre as pesquisas antropológicas realizadas no Brasil na década de 1930 em que o Museu Nacional teria papel essencial.⁵

Como abordaremos ao longo da dissertação, as atividades regulares em antropologia física no Museu Nacional foram iniciadas por João Batista de Lacerda na década de 1870. Lacerda realizou pesquisas antropométricas e morfológicas a partir de crânios e demais vestígios de indígenas do Brasil além de ter ministrado o primeiro curso popular de antropologia do país em 1877. Entre 1895 e 1915, foi Diretor do Museu Nacional e deu ênfase às atividades e pesquisas em laboratórios juntamente com iniciativas voltadas para a função pedagógica do Museu Nacional. Em 1911, participou do Primeiro Congresso Universal das Raças onde apresentou a “tese do branqueamento”, como ficou conhecido seu trabalho, argumentando que o Brasil seria um país racialmente viável no sentido de que

³ SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, Degeneração e Viabilidade de uma Nação: debates em Antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs) *Raça como Questão: História, Ciências e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, p. 125-139.

⁴ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Notas Sobre os tipos antropológicos do Brasil. In: *Actas e Trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I. p. 119-147.

⁵ CASTRO-FARIA Luís, *Op Cit*, p. 50

sua população estaria em um processo de “depuramento” desencadeado pela mestiçagem. Esta, a qual muitos viam como o principal motivo de degeneração do país, seria na verdade benéfica, pois não deixaria rastros nem pistas.⁶ Deste modo, Lacerda teria uma visão positiva do futuro e da mestiçagem do país assim como Roquette-Pinto, que, de certa forma, continuou os estudos de antropologia física iniciados por ele. Além do trabalho já citado, Roquette-Pinto publicou *Rondônia*, em que relata a expedição que realizou ao interior do país e o seu contato com indígenas e sertanejos que habitavam essa região.⁷ Esse trabalho e as pesquisas no Museu Nacional dariam prestígio a Roquette-Pinto tanto dentro quanto fora dessa instituição. Assim, em 1926 ministrou o segundo curso popular de Antropologia do Brasil e em 1929 assumiu o cargo de Diretor do Museu Nacional. Sua gestão aprofundou as iniciativas pedagógicas de Lacerda ao intensificar as atividades voltadas para a educação popular como a *Revista Nacional de Educação* e o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural, os quais iremos analisar com mais detalhes no primeiro capítulo desta dissertação.

De acordo com o que já foi apresentado, José Bastos de Ávila está inserido nesta trajetória de estudos de antropologia física no Museu Nacional tanto que, em 1932, ministrou o terceiro curso público de Antropologia do país, dando sequência a Lacerda e Roquette-Pinto. Entretanto, diferente destes, Ávila ainda é personagem pouco pesquisado e conhecido na história da antropologia física no Brasil. Com isso, um dos objetivos desta dissertação será analisar as pesquisas de Ávila e estabelecer associações destas com o contexto dos estudos antropológicos realizados no Museu Nacional nas primeiras décadas do século XX. Cabe agora abordar como Ávila aparece em estudos antropológicos sobre este período no Brasil.

Castro-Faria analisa a trajetória da antropologia física no Brasil e a divide em três períodos: “Construção”, (1860 a 1910); “Renovação”, (1910 a 1930) e “Estabilidade”, (1930 – 1950). Ávila aparece como principal pesquisador do período “Estabilidade” no qual continua as pesquisas iniciadas por Roquette-Pinto. Por sua vez, Ávila priorizou as

⁶ Lacerda apresentou a tese *Sur Les Métis au Brésil* (Sobre os mestiços do Brasil), que será analisada com mais detalhes no primeiro capítulo desta dissertação.

⁷ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia*. 7.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. Fac-símile da 1.ed. de 1917. 2005.

pesquisas antropométricas em escolares. A importância destes trabalhos foi reconhecida pelo Museu Nacional, que lhe concedeu o título de Professor Honorário em 1938.

Castro-Faria também associa as pesquisas de Ávila às novas perspectivas de trabalho surgidas com a divulgação das pesquisas de antropólogos norte-americanos e alemães como Franz Boas, Ales Hardlicka, Rudolf Martin e Eugen Fischer nas primeiras décadas do século XX. Em relação à influência destes novos autores, vale destacar as observações de J. M. Tanner em relação ao antropólogo norte-americano Franz Boas e sua produção no campo do crescimento humano. Segundo o autor, Boas iniciou suas pesquisas neste campo em 1888, após conhecer G. Stanley Hall, que o convidou para integrar a divisão de antropologia de seu próprio departamento de psicologia, na Universidade de Clark, em Worcester, Massachusetts. Apesar de seu já amplo interesse e crescente reputação em vários outros campos da antropologia, Boas aceitou a oferta de Hall e embarcou no estudo do crescimento humano. Segundo Tanner, Boas produziu artigos sobre crescimento humano entre 1892 e 1941 e foi responsável pela descoberta e introdução do conceito de idade fisiológica ou desenvolvimental. Seus estudos estabeleceriam as ideias de crescimento e desenvolvimento como itens essenciais na prática do ensino de antropologia física na América do Norte. Tanner mostra alguns estudos, tabelas e curvas de crescimento desenvolvidas por Boas através de pesquisas realizadas em escolares norte-americanos entre 8 e 15 anos.⁸ Esses gráficos são muito parecidos com os construídos por José Bastos de Ávila em seus trabalhos sobre desenvolvimento infantil. Variantes, como peso, idade e altura, são as mesmas. Além disso, Ávila cita Boas em vários de seus trabalhos⁹.

Olívia Cunha¹⁰ enfatiza a influência alemã nos trabalhos de Ávila destacando as pesquisas do antropólogo Eugen Fischer. Para a autora, Fischer, verificando cruzamentos entre hotentotes e bôers, na África do Sul, aplicou teses mendelianas para negar a ideia de mistura e miscigenação como processo de fusão indiscriminada de atributos raciais e enfatizou processos de “combinação”. Isso explicaria o fato de não encontrar traços

⁸ TANNER, J.M. *A History Of the study of human growth*. Cambridge: University Press; 1981, p. 235

⁹ Como podemos observar em *Notas sobre o desenvolvimento físico da criança em idade escolar*, (1935) e *O Negro em nosso meio escolar* (1937).

¹⁰ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da(in)diferença no Rio de Janeiro 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

“degenerativos” entre os frutos dos cruzamentos. Essas conclusões, segundo Cunha, foram utilizadas pelos antropólogos do Museu Nacional em inícios do século XX em que a tomaram como exemplo de que, sob condições favoráveis, “combinações raciais” e não uma “mistura desordenada” poderiam produzir uma raça forte e saudável. Isso comprovaria a viabilidade dos processos de mistura racial no Brasil.¹¹

Mais recentemente, Adriana Keuller¹² abordou as pesquisas de Ávila no Museu Nacional em seu trabalho acerca dos estudos antropológicos realizados pela 4ª Seção de Antropologia e Etnografia entre meados do século XIX e fins da década de 1930. A autora segue a perspectiva de Castro-Faria e analisa trabalhos de Ávila sob a influência de Boas e da escola antropológica francesa. Entretanto, a autora não se aprofunda nas pesquisas realizadas pelo autor no Museu Nacional e apenas menciona parte dos textos publicados por Ávila em sua passagem pela instituição. No entanto, a partir do trabalho de Keuller, pudemos apurar informações acerca dos textos publicados por Ávila e da estrutura e das pesquisas realizadas pela Seção de Antropologia e Etnografia entre as décadas de 1920 e 1930

Por fim, Jerry Dávila¹³, Ana Miglevich Ribeiro¹⁴ e Mariza Corrêa¹⁵ estudam os trabalhos de Ávila com abordagens diferentes dos autores acima mencionados. O primeiro analisa as atividades de Ávila no I.P.E enquanto chefe do Setor de Antropometria. Ao se ater sobre o contexto educacional do Rio de Janeiro na década de 1930, Dávila afirma que o então diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, queria fazer do Rio um grande laboratório para pesquisas e projetos relacionados à degeneração, saúde, psicologia e educação. O I.P.E teria papel importante nesse intento e o Serviço de

¹¹ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Op Cit*, p. 299.

¹² KUELLER, Adriana Martins. *Os Estudos Físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientista, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2008.

¹³ DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura. Política Social e racial no Brasil. 1917-1945*. São Paulo: UNESP, 2006.

¹⁴ RIBEIRO, Ana Miglevich. *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000

¹⁵ CORRÊA, Mariza. *Antropóloga e Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Antropometria chefiado por Ávila exerceria a função de recolher dados antropométricos do alunado e assim montar um “inventário de biótipos” deles. O autor se detém somente aos primeiros anos de Ávila no I.P.E e analisa apenas os trabalhos iniciados por ele nesse período. Ávila permaneceu por mais de 9 anos no I.P.E.

Ribeiro e Corrêa, por sua vez, abordam o romance *No Pacoval do Carimbé*, publicado por Ávila em 1932 e que ganhou o Prêmio Ramos Paz concedido pela Academia Brasileira de Letras em 1933. A primeira, ao analisar a trajetória da antropóloga Heloísa Alberto Torres, cita o romance de Ávila, na medida em que este se inspirara em Torres para compor a personagem principal da história. Ribeiro aponta que Ávila obteve inspiração para a narrativa de seu romance na expedição que Torres realizou à Ilha de Marajó em 1929. Com isso, destaca o fato de uma expedição, realizada por mulher e cientista brasileira no final da década de 1920, ganhar a dimensão de aventura a ponto de motivar uma narração literária, como Ávila fizera. Do mesmo modo, Corrêa avalia o romance de Ávila e enfatiza o fato de o autor ter escolhido Torres para ser protagonista em um momento em que as mulheres estavam começando a ter voz e cidadania na sociedade brasileira, quando em 1932 conseguiriam o direito ao voto. Entretanto, Ribeiro e Corrêa não se aprofundam na análise do romance de Ávila e não abordam pontos relevantes do texto que serão salientados no terceiro capítulo desta dissertação.

Como podemos observar, Ávila é citado em estudos acerca da antropologia física do Brasil nas primeiras décadas do século XX, mas ainda não foi estudado de forma sistemática. Deste modo, esta dissertação vem analisar parte de sua trajetória científica, que é a passagem pelo Museu Nacional entre as décadas de 1920 e 1930. Buscaremos assim salienta a inserção e a importância das pesquisas de Ávila nesta instituição e evidenciar como ele fez parte de um movimento de renovação dos estudos antropológicos a partir de seus trabalhos antropométricos em escolares.

Em relação à pesquisa de fontes primárias para esta dissertação, foram consultados os seguintes acervos: o arquivo do Setor de Antropologia Física do Museu Nacional, que está sob a tutela provisória do Laboratório de Conservação e Restauração do Papel (LAPEL/MAST); a Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) do Museu Nacional; a Biblioteca do Museu Nacional e o arquivo da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (CCHAT). No arquivo do Setor de Antropologia Física, trabalhamos com as diversas anotações de Ávila sobre suas pesquisas antropométricas juntamente com originais de

textos publicados por ele. Também foram utilizados os relatórios enviados à direção do Museu Nacional para que pudéssemos reconstruir a expedição científica realizada por Ávila em 1937. No SEMEAR, apuramos informações sobre as atividades realizadas por Ávila no Museu Nacional através dos Relatórios da Seção de Antropologia e Etnografia, que eram enviados anualmente para o diretor da instituição e constava com todas as pesquisas realizadas pelos professores nesse período. Buscamos, assim, os relatórios entre os anos de 1928 e 1938. Na Biblioteca do Museu Nacional, pesquisamos os artigos produzidos por Ávila em sua trajetória no Museu Nacional. Estes estão presentes principalmente no *Boletim do Museu Nacional* e em *Questões de Antropologia Brasileira*, publicado em 1935. Por fim, no CCHAT pesquisamos arquivos acerca da expedição realizada por Heloísa Alberto Torres à Ilha de Marajó, que inspirou o romance *No Pacoval de Carimbé*.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, faremos um histórico das pesquisas de antropologia física no Museu Nacional nas primeiras décadas do século XX. Destacaremos os trabalhos de João Batista de Lacerda e Edgard Roquette-Pinto enquanto pesquisadores e também como diretores do Museu Nacional. Buscaremos realçar a contribuição destes para as pesquisas antropológicas do Museu Nacional juntamente com as iniciativas que visaram à expansão e à manutenção desta como uma das principais instituições científicas do Brasil naquele período. Assim, analisaremos ainda a participação do Museu Nacional nas comemorações do primeiro centenário da independência em 1922 e como, de certa forma, as pesquisas motivadas por esse evento pautaram os estudos antropológicos da seção de Antropologia e Etnografia na década de 1920.

O segundo capítulo versa sobre os trabalhos e pesquisas realizados por Ávila no Museu Nacional e como ele dá continuidade aos estudos de antropologia física iniciados por Lacerda e Roquette-Pinto. Ressaltaremos como Ávila se insere em um movimento de autores que pensou o Brasil através da perspectiva de raça e mestiçagem. Com trabalhos diversificados dentro da área de antropologia física, eles serão analisados a partir de diversas abordagens. Iniciaremos pelos estudos morfológicos e anatômicos realizados com crânios e vestígios de indígenas pertencentes às coleções do Museu Nacional e pelos resumos das aulas realizadas por Ávila no curso popular de antropologia em 1932. Depois, abordaremos os estudos antropométricos realizados por Ávila em escolares de faixa etária entre 7 e 15 anos e sua participação no 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife (1934). Por

fim, analisaremos a expedição científica de Ávila a Minas Gerais em 1937, quando recebeu a função de naturalista interino do Museu Nacional.

No terceiro capítulo, enfim, analisaremos o romance *No Pacoval de Carimbé* e mostraremos como, a partir dessa obra, Ávila insere no texto e nos personagens sua visão e interpretação da sociedade brasileira abordando temas proeminentes daquele período como imigração e integração nacional. Finalmente, analisaremos a trajetória de Heloísa Alberto Torres, antropóloga que inspirou a personagem principal do romance de Ávila. Do mesmo modo, abordaremos o texto *Cerâmica Marajoara*, oriundo de palestra realizada por Torres, na qual revela conhecimento abrangente acerca da cultura indígena marajoara. Esse texto também auxiliou Ávila na construção de sua narrativa.

Capítulo I: As pesquisas de Antropologia Física e o Museu Nacional nas primeiras décadas do século XX

Nas primeiras décadas do século XX, o Museu Nacional caracterizava-se como uma instituição científica renomada e possuidora de ampla rede de parceiros e colaboradores no Brasil e no exterior. Até 1905, a instituição mantinha contato e experiência de permutas de objetos e revistas científicas com mais de 50 países em todos os continentes.¹⁶ No século XIX, o Museu Nacional aprofundou suas relações com museus estrangeiros ao participar de diversos congressos científicos e ao ser visitado por importantes cientistas da época.¹⁷ Segundo Lopes, a expansão dos museus em toda parte do mundo em fins do século XIX levou Laurence Coleman, diretor do *American Association of Museums*, a caracterizar essa expansão como um movimento social que foi marcado pelo estabelecimento de uma ampla rede de intercâmbios que pôs em contato os museus que eram criados em todo o mundo. Os museus brasileiros mantiveram, por sua vez, extensas redes de intercâmbio, principalmente com museus norte-americanos e europeus. Contudo, menos conhecida, mas não menos

¹⁶ LACERDA, João Batista de. Listas das associações, instituições, revistas, etc, nacionais e estrangeiras com as quais o Museu Nacional permuta os seus “Arquivos” In: *Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 145-173.

¹⁷ Podemos citar as visitas de Fritz Miller, Paul Rivet, Charles Darwin, Rudolf Virchow, Agassiz, e, as participações nos Congresso de Americanistas em Madri (1881) e Berlim (1888) . Para a participação do Museu Nacional em congressos científicos e sua relação com instituições estrangeiras no século XIX ver LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec, 1997 e LACERDA, J.B. *Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

importante, foi a relação dos museus brasileiros com outros museus latino-americanos. Esses intercâmbios eram estabelecidos pelas relações que se estabeleciam entre os pesquisadores europeus, que dirigiam esses museus, e pelos ambientes naturais de estudos, que não eram divididos pelas fronteiras dos países.¹⁸

Os museus brasileiros se inscreviam nesse panorama internacional por meio de intercâmbios científicos que Lopes chama de “fertilização cruzada”, em que coleções, pesquisadores, conceitos e inovações viajavam livremente pelos museus. Essas viagens integravam uma “tradição de viagens e comentários” que existia entre diretores de museus, que a divulgavam por meio de periódicos ou de associações.¹⁹

Esta expansão e estreitamento de relações científicas entre museus brasileiros e instituições congêneres, localizadas em várias partes do mundo, aconteceu no momento em que, nos primórdios, a república brasileira passava por um período delicado de afirmação e construção. No plano político, a Primeira República, como ficou conhecido este período, foi caracterizada pelo predomínio dos grupos agrários sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas. Estes implantariam um regime político coerente com seus desígnios, consubstanciado no federalismo e baseado na maximização do poder das oligarquias estaduais. De acordo com Mendonça, respaldado pelo liberalismo clássico, o processo de construção do estado republicano teria como ponto principal o aperfeiçoamento dos mecanismos que garantissem a simultaneidade entre a aplicação formal da participação política (perante o novo contingente eleitoral após o fim da escravidão) e a exclusão real dos setores subalternos os quais não se interessavam em incorporar à cidadania. A ficção liberal do sufrágio universal (desde que eram considerados eleitores todos os alfabetizados em uma população esmagadoramente rural e analfabeta) ilustraria esta afirmativa. Democracia e liberalismo excludentes. Seria esse o espírito do regime político em vigor no Brasil entre 1889 e 1930.²⁰

No plano econômico, a produção e exportação do café eram o carro chefe da economia do país. A hegemonia da oligarquia cafeeira paulista consolidou-se e tentou

¹⁸ LOPES, Maria Margareth. O movimento dos museus brasileiros no contexto internacional. In: *O Brasil descobre a pesquisa científica*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 223.

¹⁹ LOPES, Maria Margareth. *Op Cit*, p. 224

²⁰ MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.) *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 316.

transformar em “projeto nacional” interesses que só lhe diziam respeito. Mendonça afirma que a partir dessa premissa decorreram sucessivas políticas de valorização do café implementadas pelo governo federal ao longo desse período. Orientadas para o aumento do preço externo do produto por meio da contenção artificial da oferta, com os excedentes de produção comprados pelo Estado, essas operações resultariam na socialização, por toda a sociedade, de perdas que deveriam caber a esse setor. Entretanto, ao mesmo tempo, como não deveriam deixar de atender aos interesses dos demais setores agrários, “procurou-se compensá-los contemplando às oligarquias menores ora com lugares estratégicos na composição das chapas presidenciais, ora no atendimento parcial de certas demandas especificamente regionais (como obras contra as secas no Nordeste, por exemplo)”.²¹

Esse ciclo econômico possibilitou, por sua vez, a aceleração do processo de urbanização do país. Nesse processo, de acordo com Monteiro, a população rural cresceu a taxas bem menores do que o total da população brasileira e, paralelamente às crises das regiões agrícolas tradicionais, as regiões econômicas com melhor desempenho acabaram por atrair os contingentes populacionais marginalizados na estrutura latifundiária. Com isso, se uma parte dessa população migra para o campo, outra se sentia atraída pela cidade.²² Assim, na primeira metade do século XX, o Sudeste teve não somente um aumento populacional, mas também um crescimento urbano maior do que as demais regiões. Como expõe Monteiro, o Rio de Janeiro, capital federal, passou de 691.565 habitantes, em 1900, para 1.896.998, em 1939. São Paulo passou de 239.820 para 1.322.643 habitantes no mesmo período. Entretanto, esse fenômeno não pode ser generalizado para todo o Brasil porque foi tipicamente do Sudeste. A população rural do Brasil correspondia, em 1940, a 68,6% da população total, e, em 1950, a 63,8%. O crescimento industrial do país também seguiria a mesma tendência. O Sudeste seria assim um “*locus* privilegiado para a expansão de um parque industrial, caracterizando fortemente as desigualdades regionais”.²³

²¹ *Idem*, p. 318

²² MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O aprofundamento do Regionalismo e a crise do modelo liberal. In: *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 310

²³ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Op Cit*, p. 310-311.

Assim, foi em meio a esse quadro socioeconômico que o Museu Nacional se expandiu e tornou-se um dos mais influentes centros de produção antropológica no período 1870-1930 do país.²⁴ As primeiras atividades regulares de pesquisa e ensino de antropologia física no Brasil foram desenvolvidas por João Batista de Lacerda, que entrou na instituição na década de 1870.²⁵ A seguir, iremos analisar os trabalhos antropológicos de Lacerda e a importância destes na intensa produção e no impulso dado às pesquisas antropológicas no Museu Nacional em fins do século XIX e suas realizações enquanto diretor da instituição entre 1895-1915.

O início das atividades regulares em antropologia física: as pesquisas de João Batista de Lacerda.

De acordo com a periodização de Castro-Faria, acerca da trajetória da antropologia física no Museu Nacional, os trabalhos de Lacerda estariam no período denominado “Construção”, que vai de 1860 a 1910 e marcaria o início do desenvolvimento regular das pesquisas de antropologia física no Brasil. Estas se desenvolveram a partir da influência da escola francesa, representada por Paul Broca e da criação da Sociedade Antropológica de Paris, que Castro-Faria considera um marco para a ciência antropológica. Desde seus primórdios, essa instituição manteve relações com cientistas brasileiros. Assim, apenas um ano depois de sua fundação (1859), a Sociedade Antropológica de Paris já contava com a participação de um brasileiro, o médico Mário de Alves de Andrade. Nos primeiros volumes do Boletim da Sociedade Antropológica, encontram-se artigos de autores brasileiros, como, por exemplo, Antonio Lacerda, que chegaria a hospedar Agassiz e seus auxiliares em passagem pelo Brasil em 1862.²⁶

²⁴ SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs) *Raça como Questão: História, Ciências e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, p. 86

²⁵ SANTOS, Ricardo Ventura; MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de. Antropologia Física no Museu Nacional. In: *Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ UFRJ. (Série Livros, 14). 2006. p. 11.

²⁶ CASTRO-FARIA Luís. Pesquisas de antropologia física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.13, 1952. p. 6-7.

Na reforma dos estatutos do Museu Nacional em 1876, empreendida pelo então diretor Ladislau Netto, foi criada a seção de “Antropologia, Zoologia geral e aplicada, Anatomia comparada e Paleontologia animal”, na qual João Batista de Lacerda assumiu a sub-diretoria no mesmo ano. A partir desse fato, a sua atividade científica intensificou-se de forma acentuada. Mas, um ano antes, publicou o texto *Documentos para servir a história do homem fóssil do Brasil nas Memórias da Sociedade Antropológica de Paris*.²⁷ Para obter mais detalhes sobre a expedição que o naturalista dinamarquês Peter Wihelm Lund realizou em 1842 nas cavernas próximas à cidade Lagoa Santa, Minas Gerais, onde encontrou vestígios de homens pré-históricos que mais tarde ficou conhecido como *o Homem de Lagoa Santa*, Lacerda foi ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) para consultar as cartas em que Lund narrava as circunstâncias do achado. Estas foram transcritas no artigo e viriam a auxiliar as investigações que envolviam o problema do paleoíndio americano de Lagoa Santa. De acordo com Faria, boa parte da atividade de Lund ainda era obscura e Lacerda acabou por reviver a exploração deste nas cavernas de Lagoa Santa²⁸. No texto, também são comparadas informações dos crânios remetidos por Lund à Dinamarca e o que ele deixou no Brasil, com crânios oriundos de sambaquis do Paraná e Santa Catarina. Ao analisar e encontrar caracteres craniológicos semelhantes, Lacerda concluiu que a raça primitiva de Lagoa Santa teria transmitido através dos séculos suas formas craniológicas típicas às populações que aqui viviam na época da descoberta da América. Assim, ela se distribuiu por todo país e se modificou através de cruzamentos com outras raças, que chegaram antes ou depois dessa época.

Em 1877, Lacerda realizou o primeiro curso público de Antropologia do país. O curso abordou principalmente anatomia e fisiologia humana e, aconteceu em uma época em que o conhecimento da medicina era considerado indispensável para o cultivo das ciências naturais. De acordo com Faria, a necessidade de fornecer base suficiente à compreensão dos problemas antropológicos, quando eles estavam de tal forma presos às questões médicas, levaria Lacerda a analisar as diferentes funções orgânicas estudando ao mesmo tempo a anatomia dos órgãos. Seria uma espécie de introdução ao estudo das raças.²⁹ Faria

²⁷ LACERDA, João Batista de. Documents pour servir à l’histoire de l’homme fossile Du Brésil. *Mém. Soc. Antrop.* Paris, 1875, p. 517-542.

²⁸ CASTRO-FARIA, *Op. Cit.*, p. 13-14

²⁹ *Idem*, p. 17

ressalta ainda que, no curso, Lacerda não deixou passar despercebidos os problemas sociais do momento. Quando tratou dos alimentos, fez bastantes comentários sobre os efeitos da carência alimentar e também abordou as consequências calamitosas da fome quando esta assumia o caráter de problema social, tendo por base considerações acerca do que se passava no Nordeste naquele período. No ano de 1877, o Ceará passou por uma das maiores secas já ocorridas até então³⁰.

Em 1881, Lacerda publica nos Arquivos do Museu Nacional o texto *Crânios de Maracá – Guiana Brasileira*. No texto, Lacerda analisa ossadas encontradas em urnas funerárias em uma gruta perto do rio Maracá, na Guiana Brasileira, que teriam sido enviadas ao Museu Nacional dois anos antes. Os vestígios teriam aproximadamente mais de um século. Eram de indivíduos do sexo masculino e teriam características cranianas idênticas, o que provaria serem da mesma época. Lacerda comparou esses crânios com os de índios botocudos. As principais características distintivas seriam as da face e do formato craniano. Com esse material, Lacerda buscou provas de mestiçagem remota ao buscar traços desses dois grupos em um terceiro grupo de crânios, advindos da cidade de São Mateus, no Estado do Espírito Santo. Assim, reafirmando as conclusões às quais chegara no trabalho anterior, concluiu que:

...pelo que toca, porém, à raça pré-histórica da Lagoa Santa cujos restos foram colhidos por Lund nas cavernas que existem próximas àquela localidade [São Mateus], temos atualmente razões para afirmar que os seus caracteres distintivos não se perderam com o tempo, antes transmitiram-se intactos através de uma longa série de séculos, às gerações que viveram ainda nos nossos tempos e foram talvez coevas do descobrimento da América.³¹

Na exposição antropológica, em 1882, Lacerda publicou conclusões sobre índios Cherentes e Botocudos.³² Mediu a força muscular destes concluindo que os índios robustos tinham força muscular inferior aos indivíduos de raça branca de desenvolvimento muscular relativamente pequeno. Tecendo outras considerações de ordem fisiológica, admitiu a

³⁰ *Idem*, p. 18

³¹ LACERDA, João Batista de. Crânios de Maracá – Guiana Brasileira. Contribuição para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol IV, p. 44.

³² LACERDA, João Batista de. A força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígenas. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1882.

hipótese de que o músculo do indivíduo selvagem fatigava-se mais rápido do que o da raça branca. O índio também seria inferior ao negro, principalmente em trabalhos que exigissem produção contínua e demorada. De acordo com Santos, como era usual na tradição antropológica do século XIX, acreditava-se que era possível aferir atributos intelectuais e morais dos indivíduos com base na coleta e análise das características físicas. Assim, seguindo esse caminho e em meio ao intenso debate sobre a mão de obra no Brasil, devido à iminência do término da escravidão africana, Lacerda apresentou em suas pesquisas um veredito pouco favorável aos índios em relação a sua posição na hierarquia das raças e no seu potencial de vir a participar de maneira efetiva na nacionalidade.³³ Com isso, o índio que esteve presente no pensamento brasileiro passou a receber um tratamento científico em geral pessimista na segunda metade do século XIX. Neste sentido, a antropologia física do Museu Nacional deste período norteou suas análises raciais com noções evolucionistas e situou os indígenas nos níveis mais baixos na hierarquia das raças, ecoando as teses de determinismo racial correntes na época e difundidas por autores como Gobineau e Agassiz, que viam com maus olhos a constituição racial do Brasil.³⁴

Destarte, a produção de Lacerda em antropologia física concentrou-se nas décadas de 1870 e 1880. Em 1880, ele ajudou a fundar o Laboratório de Fisiologia Experimental onde pesquisas sobre doenças e venenos passaram a ocupar o centro de seus trabalhos e investigações.³⁵ Contudo, em 1911 participou do Primeiro Congresso Universal das Raças. Como representante oficial do Brasil, apresentou o texto *Sur Les Métis au Brésil* (Sobre os mestiços do Brasil). Neste, Lacerda apresentou “a tese do branqueamento”, como ficou conhecido este trabalho, argumentando que o Brasil seria um país racialmente viável no sentido de que sua população estaria em um processo de “depuração” que terminaria no predomínio da raça branca entre sua população. Naquele período, como ressalta Schwarcz, o Brasil era visto como um exemplo de cruzamento extremado de raças, algo que era concebido como extremamente negativo. O país seria um caso exemplar de degeneração

³³ SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs) *Raça como Questão: História, Ciências e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010 p. 88-89

³⁴ SANTOS, Ricardo Ventura, *Op Cit*, p.89.

³⁵ Para mais informações sobre os trabalhos de Lacerda no Laboratório de Fisiologia Experimental ver BENCHIMOL, J. L. *Dos micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pausteriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Editora UFRJ, 1999.

obtida pelo efeito da mistura de raças. Em contraposição a essas teorias, Lacerda argumentava que a mestiçagem brasileira seria apenas transitória e benéfica, já que não deixaria rastros ou pistas. De problema, o cruzamento racial se converteria em solução e o antropólogo apostava em uma espécie de “mestiçagem redentora”, que aconteceria através de algumas políticas públicas concernentes à imigração e pela “seleção sexual” que favoreceria a raça branca.³⁶ Esta seleção seria contínua e se aperfeiçoaria sempre *ao subjugar o atavismo e purgar os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro*³⁷.

Lacerda teria assim uma visão positiva do futuro e da mestiçagem no país. No texto, expõe provas da capacidade e da importância do mestiço na formação do povo brasileiro. Assim, sobre a capacidade intelectual do mestiço afirma:

Ninguém, no entanto, pode negar sua inteligência viva, suas tendências literárias e científicas ou sua capacidade política. No Brasil, os mestiços ofereceram até hoje poetas de grande inspiração, pintores, escultores, músicos distintos, magistrados, juristas, oradores eloquentes, literatos notáveis, médicos e engenheiros que se apresentam sem comparação, graças às suas aptidões técnicas e capacidades profissionais... A colaboração dos mestiços no progresso e avanço do Brasil é notória, e está longe de ser de pouco valor.³⁸

No fim, como consequência do processo benéfico da mestiçagem, Lacerda apresentaria a seguinte tese: nas próximas três gerações, que corresponderiam ao período de um século, o Brasil seria um país predominantemente branco onde o elemento negro seria de uma vez por todas extinto. Para apresentar esta tese com informações cientificamente consistentes, utilizou dados estatísticos de 1872 e 1890 organizados pelo antropólogo e já professor do Museu Nacional Edgard Roquette-Pinto. Enfim, como afirma Santos, a tese de Lacerda seria um exercício de conciliação entre a realidade (mestiça) da sociedade

³⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Batista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.227-228.

³⁷ Tradução de “Sur le métis au Brésil” (*Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911*, Paris, Devouge, 1911.); tradutores, Eduardo Dimitrov, Íris Morais Araújo, Rafaela de Andrade Deiab. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p. 239.

³⁸ *Idem*, p. 238

brasileira com teorias científicas que desqualificavam o mestiço.³⁹ O Brasil teria um processo de miscigenação singular que, diferentemente de outros países, ajudou no progresso e na formação do país. Com isso, Lacerda acreditava e projetava para o Brasil do futuro um país moderno e branco (civilizado), de acordo com as teorias raciais em voga naquele período.

No Primeiro Congresso das Raças, Lacerda foi convidado enquanto estudioso e também como diretor do Museu Nacional, cargo que ocupava desde 1895. A seguir, iremos analisar a administração e as prioridades de Lacerda na direção do Museu Nacional. Suas iniciativas seriam fundamentais para a expansão das pesquisas antropológicas na década de 1920 e também da própria instituição, que ficou cada vez mais próxima ao público com medidas que enfatizaram o caráter pedagógico da instituição.

A administração João Batista de Lacerda (1895 – 1915)

Quando assumiu a direção do Museu Nacional, Lacerda admitiu que seria um grande desafio continuar a expansão da administração anterior, realizada por Ladislau Netto. Este realizou uma grande reforma nos estatutos do Museu Nacional em 1876 e, como observamos anteriormente, criou a “Seção de Antropologia, Zoologia geral e aplicada, Anatomia comparada e Paleontologia animal”. Esta foi a primeira vez em que a antropologia obteve um espaço específico na instituição. Netto, de acordo com Lacerda, iniciaria a “era de ouro” e o período mais fecundo e de maior atividade e visibilidade da história do Museu Nacional. Este iria aumentar sua reputação científica e equiparar-se com as melhores instituições da Europa e América.⁴⁰

Para dar continuidade a esse progresso, nos primeiros anos de administração, Lacerda elencou as prioridades de sua administração. A primeira seria a reforma no regimento do Museu que tornasse obrigatórias as conferências públicas realizadas por professores e assistentes. Lacerda argumentava que o Museu não seria apenas um lugar para exibir coleções, mas também um lugar de instrução. As palestras iriam assim instruir o público e ao mesmo tempo aumentar o cabedal dos professores, já que estes iriam estudar para realizá-las. O diretor lembra também que as palestras seriam uma forma de aumentar a

³⁹ SANTOS, Ricardo Ventura, *Op Cit*, p. 91.

⁴⁰ LACERDA, J.B. *Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 37.

reputação do Museu Nacional, já que estas chamariam a atenção da opinião pública por sua qualidade. A segunda prioridade seria a volta da facilidade do acesso a estrangeiros a cargos do Museu Nacional, na medida em que, pelo regulamento, eles só poderiam entrar por contrato ou se as vagas não tivessem sido preenchidas por concurso público. Para Lacerda, muitos estrangeiros teriam contribuído para o desenvolvimento das ciências no Brasil e o regulamento que impedia a entrada deles seria fruto de um “nativismo inconciliável com as necessidades do país”. A terceira medida consistia no restabelecimento do cargo de naturalista-viajante. Lacerda afirma que todo museu moderno teria esse cargo, que era essencial para explorar as riquezas do país e angariar novas coleções para o Museu. Outra prioridade seria o aumento do orçamento da instituição. As verbas para aquisição de produtos naturais eram mesquinhas naquele momento, segundo Lacerda. Por falta de verba, o Museu Nacional perdia várias peças para museus estrangeiros. Por fim, Lacerda iria buscar o aumento de salários para os cientistas, já que essa profissão não chamava mais atenção por causa de seus baixos salários, na opinião do diretor. Também, Lacerda faz referência ao repasse da manutenção do parque da Boa Vista para a prefeitura, por ela ser bastante onerosa.⁴¹

Lacerda realizaria ao todo três reformas (1899, 1911 e 1915-1916) nos estatutos do Museu, mas nem todas as suas sugestões seriam atendidas na totalidade. Somente a reforma de 1911 foi parcialmente ao encontro de seus interesses. As alterações foram comandadas por D. Sergio de Carvalho, Chefe da seção de Antropologia e Etnografia e, entre essas, o Museu Nacional deixou o Ministério da Justiça e passou a estar sob a jurisdição do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, alterando com isso os seus fins.

De acordo com Bhering, a criação do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, em 1906, estava ligada às demandas das elites agrícolas regionais que estavam alijadas do poder, mas ainda possuíam voz no Senado e assim puderam defender e pressionar o Estado em defesa de um espaço de atendimento às suas demandas. Esse grupo pressionou para que o projeto do governo contemplasse atividades agrícolas além do café, setor agrícola predominante no período. Isso também foi resultado da Sociedade Nacional de Agricultura, que reunia setores descontentes das elites em torno de propostas alternativas para a agricultura brasileira. As responsabilidades do Ministério relativas à agricultura e

⁴¹ LACERDA, Providências e reformas administrativas que convém adotar no Museu Nacional. In. *Fastos do Museu Nacional*, 1905, p. 139-144.

indústria animal eram: o ensino agrícola, estações agronômicas, campos de experimentação e institutos de biologia agrícola; imigração e colonização, catequese e civilização dos índios; escolas veterinárias, postos zootécnicos, proteção contra doenças de animais; importação e seleção das raças aperfeiçoadas; estudos de pastos, jardins botânicos, hortos, museus, laboratórios, aquisições e distribuições de plantas e sementes; estudos científicos; observatórios astronômicos, estações meteorológicas e carta geográfica; irrigação e drenagem.⁴²

Neste sentido, as atividades científicas e técnicas se tornaram o substrato básico das atividades do Ministério. Surge assim a ideia de uma agricultura racional, que deveria ser exercida sob os auspícios da ciência, de métodos científicos que livrassem essa atividade da empiria.⁴³ O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio promoveu inúmeras atividades e, além das agências que passaram para sua jurisdição, novas foram criadas. Apenas a Secretaria de Agricultura e Indústria Animal, dentro do novo ministério, por exemplo, ficou responsável por diversas atividades e institutos, dentre os quais os seguintes se vinculavam a conhecimentos técnicos e científicos: Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícolas; Jardim Botânico; Museu Nacional; Diretoria Geral do Serviço do Povoamento; Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais; Ensino agrônomo; Experimentação e aclimatação das culturas do trigo e do algodão; Posto Zootécnico Federal; Polícia sanitária e combate às epizootias; e o Serviço de Veterinária.⁴⁴

Ainda de acordo com Bhering, um fator importante para a fundação e a construção das atividades do Ministério seria o positivismo. Para o autor, essa ideologia balizou as propostas e demandas dos grupos que reivindicavam a criação do Ministério, principalmente os que integravam a Sociedade Nacional de Agricultura. De acordo com esse grupo, a única forma de levar o Brasil ao progresso e à civilização seria a utilização da ciência no setor mais próspero do país, que era a agricultura. Isso aconteceria através da racionalização da atividade estatal, que tomaria forma nos projetos que visassem à

⁴² BHERING, Marcos Jungmann. *Positivismo e modernização: políticas e institutos Científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2008. p. 55-56

⁴³ BHERING, Marcos Jungmann. *Op Cit*, p. 56

⁴⁴ *Ibidem*.

promoção da diversificação agrícola e da modernização das técnicas de plantação. Nessa visão, o Brasil não poderia ficar dependente de uma única opção de exportação, pois ficaria vulnerável às flutuações do mercado internacional. Assim, era fundamental desenvolver a agricultura e pesquisas científicas que visassem esse fim. Com isso, pode-se perceber nessa ideologia do progresso, “através dos espaços de manifestação de seus integrantes, em que a SNA lutou em favor da criação do Ministério da Agricultura e Comércio, como estavam permeados do repertório de ideias introduzido pela filosofia Comteana, as quais vingaram entre as elites ilustradas brasileiras: o sentido de missão, a ideia de progresso trazida da filosofia da história positivista e a sua concepção de ciência utilitária, segundo a qual ela deveria servir, estar submetida aos interesses da sociedade”⁴⁵.

Assim, subordinado ao Ministério da Agricultura, o Museu passou a atuar como um instituto de pesquisas e órgão consultivo, atendendo às questões práticas da agricultura. Estudos relativos à praga do café, introdução de novas sementes e febre amarela foram iniciados nos laboratórios do Museu nesse período.⁴⁶ Entre essas modificações estão ainda a organização de laboratórios por seção, o funcionamento do Horto e a introdução da função escolar do museu para o grande público.⁴⁷ Ao lado das funções de investigação científica e prestação de serviços ao ministério, o Museu teria a obrigação de promover os meios convenientes para a vulgarização do estudo da história natural.

Lacerda, com o novo regulamento de 1911, estabeleceu a volta das conferências públicas junto com o cargo de naturalista viajante. O Museu voltou a ser visitado todos os dias, exceto segunda-feira, e os guias de cada seção passaram a ser vendidos ao público. Os cursos de especialização da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária começaram a ser ministrados na instituição, já que precisavam de laboratórios. A atividade educativa do Museu foi consolidada pelo artigo 59 das disposições gerais, que criou o “Museu Escolar”, que seria um serviço de atendimento às escolas.⁴⁸ Esse serviço se

⁴⁵ BHERING, Marcos Jungmann. *Op Cit*, p. 58-59

⁴⁶ KUELLER, Adriana Martins. *Os Estudos Físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientista, objetos, ideias e instrumentos(1876-1939)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2008. p. 134

⁴⁷ LOPES, *Op.Cit*, p. 228

⁴⁸ *Idem*, p. 229

desenvolveu de forma satisfatória somente na década de 1920, nas administrações de Bruno Lobo e Roquette-Pinto, as quais analisaremos mais adiante. De acordo com Lopes, essa tendência à escolarização se aprofundaria com o regulamento de 1916, quando Lacerda já não dirigia mais o Museu e a função educativa deste foi assumida claramente. O regulamento trazia capítulo exclusivo sobre o ensino, que se daria por meio de coleções cientificamente organizadas, conferências públicas e cursos de especialização e aperfeiçoamento de caráter prático, realizados nos laboratórios. Também, uma disposição transitória estabeleceu que, enquanto não houvesse no Rio de Janeiro um museu de história, o Museu Nacional teria uma Seção dirigida por um professor encarregado de colecionar e conservar os objetos históricos referentes à história do Brasil. Na verdade, o Museu Histórico Natural só foi criado em 1922, nas celebrações do centenário da independência.⁴⁹

Enfim, segundo Lopes, no período em que Lacerda esteve no comando do Museu Nacional, foram incrementados os intercâmbios com instituições nacionais e museus da América e Europa, acontecendo também o aumento do número de coleções. Como na época de Ladislau Netto, em que as coleções foram incrementadas pela Comissão Hartt⁵⁰, no período até o centenário do Museu seria a partir de outra comissão, a Rondon, que se daria o aumento de boa parte das coleções do museu.⁵¹ Percorrendo uma vasta extensão territorial do país, a construção das linhas telegráficas era acompanhada por trabalhos de reconhecimento da fauna e flora, análise das condições sanitárias e contato com os indígenas. Segundo Lima et al, os relatórios da Comissão Rondon são exemplos da associação de objetivos rápidos e pragmáticos (integração das comunicações) à produção de conhecimentos científicos sobre regiões pouco exploradas.⁵²

⁴⁹ *Idem*, p. 230

⁵⁰ O geólogo norte-americano Charles Frederick Hartt chefiou entre 1875 e 1877 a Comissão Geológica do Império do Brasil, que nesse período recolheu fósseis e amostras das várias formações geológicas do Brasil, que acabaram por enriquecer as coleções do Museu Nacional. Para mais informações acerca das pesquisas de Hartt sobre a geologia do Brasil e também sua participação na referida comissão, ver: FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de D. Pedro II* Belo Horizonte, UFMG, 2002 e LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁵¹ *Idem*, p. 231

⁵² LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JR; Carlos E. A. *Rondônia* de Edgard Roquette-Pinto: Antropologia e projeto nacional. In: In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de

De fato, Lacerda foi um dos maiores incentivadores da parceria entre o Museu Nacional e a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA). Como vimos, o diretor foi bem sucedido ao conseguir o restabelecimento do cargo de Naturalista-viajante e, em 1907, pôde enviar estes, após convite ao Museu para participar da CLEMTA, liderada pelo general Cândido Rondon. A CLEMTA atuou no Oeste do Brasil entre 1907 e 1915 e fez parte do processo de conquista e afirmação da presença do Estado brasileiro em suas fronteiras, ao mesmo tempo em que foi um importante instrumento de conhecimento das riquezas e potencialidades lá existentes. De acordo com Santos, desde 1907, ano de fundação da CLTEMTA, todo o material de História Natural, Arqueologia e Etnografia por ela recolhido era destinado ao Museu Nacional. Em contrapartida, o Museu oferecia a Rondon e à Comissão a legitimidade científica aos seus empreendimentos civilizatórios. Essa legitimidade era alcançada por meio de vários mecanismos institucionais. Em 1909, por exemplo, Roquette-Pinto propôs associar Rondon ao Museu Nacional na qualidade de membro correspondente, pelos serviços prestados à Pátria e à Humanidade.⁵³

A primeira participação de naturalistas do Museu Nacional aconteceu na 3ª expedição da CLTEMTA, com Miranda de Ribeiro. Contudo, os contratemplos acontecidos durante a expedição fizeram com que boa parte das coleções de história natural e chapas fotográficas recolhidas por Ribeiro fossem descartadas. Entretanto, essa expedição consolidou os caminhos de acesso ao Vale do Juruena e à Serra do Norte, região que seria explorada pela 4ª expedição da CLEMTA, que contaria com a participação do então Assistente da 4ª Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, Edgard Roquette-Pinto. Roquette-Pinto iniciou sua viagem à Serra do Norte em 22 de julho de 1912 e regressou ao Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1912. Segundo Santos, no relatório de atividades enviado ao diretor do Museu em 1912, Roquette-Pinto indicou ter retornado com coleção com cerca de 2.000 espécimes etnográficos de uma tribo indígena desconhecida, 52 fichas antropométricas acompanhadas de individuais dactiloscópicas, e mais de 100 fotografias e

(Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008. p. 101

⁵³ SANTOS, Rita de Cássio Melo. “No coração do Brasil”: *Roquette-Pinto e a expedição à Serra do Norte*. Dissertação (mestrado) UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 2011. Rio de Janeiro, p. 89.

muitos metros de filme etnográfico.⁵⁴ Ao todo Roquette-Pinto trouxe 1,5 toneladas de materiais para o Museu Nacional. Em contrapartida, levava para a expedição 15 bois carregados de gêneros e brindes para os índios. Neste constavam, entre outros, facas, pérolas de vidro e caixas de fósforos. Outra moeda de troca utilizada por Roquette-Pinto foram seus conhecimentos médicos, que eram usados para angariar a confiança dos índios e obter deles informações necessárias à pesquisa.⁵⁵

As coleções trazidas por Roquette-Pinto além de terem objetos únicos, contavam com centenas de duplicações. Esse material seria colecionado para favorecer as trocas institucionais, que para Santos seria um poderoso mecanismo utilizado para formar coleções não acessíveis pelas instituições por meio de recursos (humanos e financeiros) próprios.⁵⁶ A autora também argumenta que os objetos duplicados eram uma das formas de se estabelecer parcerias e de divulgar pesquisas em curso. Da coleção de Roquette-Pinto, por exemplo, houve remessas de objetos em 1916 para o Museu de La Plata, na Argentina. Em 1918, foi a vez de remessas para o Museu Goeldi, no Pará, para o Museu Paulista em São Paulo e para museus da Europa e da Argentina. Em 1922, objetos duplicados foram enviados a museus norte-americanos.⁵⁷

Assim, Lacerda destacou duas seções durante sua administração. A de Zoologia, que seria a mais rica e bem arranjada seção do Museu, e a de Antropologia, Etnografia e Arqueologia. Em relação a esta última, Lacerda afirma que possuía uma das maiores coleções etnográficas da América Latina, principalmente em relação a armas, utensílios e ferramentas. Lacerda destaca ainda “as cerâmicas do Pacoval”, provenientes do norte do país, os objetos da antiga cidade de Pompéia e os trajes típicos das Ilhas Aleutas. Contudo, a coleção mais interessante seria a egípcia, composta por vários objetos, sendo os principais as múmias e os sarcófagos, em excelente estado de preservação. Lacerda também fala de cabeças mumificadas, como parte da tradição de algumas tribos indígenas, das quais o Museu Nacional teria três exemplares. Teria também um grande e bem conservado número de espécimes de esqueletos e crânios indígenas, que o próprio Lacerda já teria utilizado

⁵⁴ SANTOS, Rita de Cássio Melo. *Op Cit*, p. 69

⁵⁵ *Idem*, p. 82

⁵⁶ *Idem*, p. 98

⁵⁷ *Ibidem*

para inúmeras pesquisas. Assim, a seção etnográfica seria de grande importância para o estudo antropológico do indígena do Brasil. Esta seção ainda possuía uma oficina de taxidermia e outra de fotografia. Ao todo, ela teria mais de 18.000 objetos catalogados.⁵⁸

Outrossim, Lacerda cumpriu em parte os objetivos traçados no início de sua administração. Continuou a expansão do Museu iniciada por Ladislau Netto, desenvolveu as pesquisas ao criar um laboratório por Seção, aumentou as coleções, manteve as relações científicas com instituições estrangeiras e aumentou a verba destinada ao museu com a filiação deste ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Também, a administração de Lacerda deu o impulso inicial para a atividade instrutiva e pedagógica do Museu Nacional que seria aprofundada na década de 1920.

Enfim, observamos as pesquisas de antropologia física impulsionadas por Lacerda no Museu Nacional e também sua administração que expandiu a estrutura e o alcance da instituição. A seguir, iremos analisar os trabalhos de Roquette-Pinto que deu continuidade às pesquisas de antropologia física na instituição utilizando novas temáticas e metodologias.

Edgard Roquette-Pinto e o Museu Nacional na década de 1920.

Bruno Álvares da Silva Lobo sucedeu Lacerda na administração do Museu Nacional e assumiu a direção da instituição em 1915. No ano seguinte, promoveu nova reforma nos estatutos que vigoraria até fins da década de 1920. Assim, o decreto nº 11896 de 14 de janeiro de 1916 reorganizou o Museu Nacional da seguinte maneira:

Estrutura Organizacional do Museu Nacional (1916)

Lei	Ano	Diretor	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	4ª Seção
Decreto nº 11896	1916	Bruno Lobo	Mineralogia, geologia e paleontologia	Botânica	Zoologia	Antropologia e Etnografia (Arqueologia)

Fonte: MUSEU NACIONAL (Brasil). Coleção dos atos administrativos referentes ao Museu Nacional (mimeo) *apud* KEULLER, *Op Cit*, p. 136.

⁵⁸ LACERDA, João Batista de. *Op Cit*, p. 87-107

Este decreto estipulou quatro funcionários fixos na Seção de Antropologia e Etnografia: professor chefe, professor substituto, preparador e um conservador de arqueologia. O professor chefe teria a função que era atribuída ao antigo cargo de diretor de seção, que era a de coordenar os trabalhos e pesquisas da seção, contribuir para estes e representar a seção em congressos e em outras instituições científicas. Já o professor substituto, antigo sub-diretor, contribuiria com as pesquisas da seção sendo que poderia substituir o professor chefe por motivo de impedimento ou viagem a pedido do Museu. Já o preparador, antigo assistente, teria a competência de preparar e conservar todos os objetos da seção auxiliando os professores nos trabalhos de coordenação e atividades técnicas. A este também caberia a inventariação de todos os objetos da Seção. Por fim, caberia ao arqueólogo conservar os materiais arqueológicos do Museu, que estariam sob a guarda da Seção de Antropologia e Etnografia.⁵⁹

Ainda neste decreto, Bruno Lobo, procurando aumentar as atividades da seção, incentivou a admissão de novos praticantes remunerados ou gratuitos com intuito de formá-los nas ciências do Museu e contribuir para as pesquisas em andamento. Segundo Keuller, Bruno Lobo também buscou reforçar o papel pedagógico da instituição. Preocupava-se em contribuir para o desenvolvimento do ensino das ciências naturais nos estabelecimentos de ensino superior e secundário confeccionando mapas murais⁶⁰ e montando coleções didáticas de história natural que eram distribuídas em institutos, faculdades, universidades, liceus, academias, ginásios e hospitais. Também tinha a intenção de introduzir no Brasil o ensino superior especializado em Ciências Naturais e assim foram realizadas conferências públicas com o intuito de serem “verdadeiros cursos de especialização”.⁶¹

Seria nesse momento que as pesquisas de Edgard Roquette-Pinto começariam a se destacar. Castro-Faria considera a atividade de Roquette-Pinto no Museu Nacional como o início do segundo período da história das pesquisas antropológicas no Brasil, o qual ele denomina “Renovação”, que vai de 1910 a 1930 e seria caracterizado pela renovação de métodos, técnicas e objetivos. A influência francesa continuaria, não mais centrada na

⁵⁹ KEULLER, *Op Cit*, p. 79.

⁶⁰ Um dos primeiros mapas a serem confeccionados fora o de Antropologia, dirigido por Roquette-Pinto. O mapa tratava da ordem dos primatas e continha várias ilustrações.

⁶¹ KEULLER, *Op Cit*, p. 137.

figura de Broca e sim na de Bertillon – que pertencia a mesma escola que o primeiro. Novas perspectivas de trabalho surgiriam com a divulgação dos trabalhos de antropólogos norte-americanos e alemães como Franz Boas, Ales Hardlicka e Rudolf Martin. O estudos de Martin, por exemplo, se tornariam o padrão da nova técnica antropométrica, sobrepondo-se até mesmo aos métodos da escola francesa. Para Castro-Faria, esta renovação de métodos e técnicas era em parte decorrente da renovação de objetivos das pesquisas antropológicas. No primeiro período, a craniologia, como observamos com Lacerda, foi o principal método utilizado e o indígena, o centro das principais pesquisas. No segundo período, o método craniológico cederia lugar para a somatologia e o indígena dividiria lugar com o brasileiro enquanto temática de pesquisas e estudos.⁶²

Destarte, assim como Lacerda, Roquette-Pinto iniciou suas pesquisas no Museu Nacional trabalhando com o indígena e, entre estes primeiros trabalhos, o que teve maior relevância foi *Rondônia*.⁶³ O livro é fruto de sua participação na Comissão Rondon durante expedição à Serra do Norte em 1912, à qual já fizemos referência. Esta obra marcaria o início de sua consagração profissional. Por ela, receberia a medalha Pedro II, premiação oferecida naquele período pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A construção das linhas telegráficas era sempre acompanhada por trabalhos de reconhecimento da fauna e flora, análise das condições sanitárias e contato com os indígenas. Segundo Lima et al, os relatórios da Comissão Rondon são exemplos da associação de objetivos rápidos e pragmáticos (integração das comunicações) à produção de conhecimentos científicos sobre regiões pouco exploradas. No mesmo período da Comissão Rondon, outras missões republicanas visavam à incorporação dos sertões. Era um período de valorização do sertão como espaço a ser incorporado pelo esforço civilizatório e como referência de autenticidade nacional. Roquette-Pinto reconhecia e valorizava o trabalho de Rondon em explorar vasta região desconhecida do país e considerava seu trabalho como social e científico. Assim, o antropólogo teve a fase inicial de sua carreira intelectual marcada pela experiência na Comissão Rondon e pelas correntes

⁶² CASTRO-FARIA, Luís de. *Op Cit*, p. 31 – 32.

⁶³ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia*. 7.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. Fac-símile da 1.ed. de 1917. 2005.

intelectuais que apontavam a ausência de políticas públicas educacionais e de saúde, os verdadeiros obstáculos da construção da nação brasileira.⁶⁴

O livro é norteado pela narrativa da viagem e baseado em seus cadernos de campo em que o autor relata o deslocamento e a aventura de se desbravar paisagens, rios e florestas ainda desconhecidos, além das populações sertanejas e indígenas que viviam nessas regiões. Roquette-Pinto enfatiza o contato com as tribos Parecí e Nambikwára e descreve sua cultura, modo de vida e as rivalidades entre essas tribos. Sobre o Nambikwáras, narra a expectativa do primeiro contato, que estava cercado de perigos, em virtude de ataques anteriores aos viajantes. Além disso, o antropólogo colheu farto material antropométrico além de amostras de cabelo, instrumentos musicais, adornos festivos e cerâmica.

Sobre a interpretação e a visão de Roquette-Pinto acerca dos indígenas, sobressai-se uma perspectiva universalista. Para Lima et al, isso se daria a partir da prática do estudo do “primitivo” (“outro”) para se compreenderem questões relativas à essência da experiência humana. Para Roquette-Pinto, a ciência viria transformar o mundo desde a esfera cotidiana até a ordem natural. Contudo, mesmo com o progresso, o ser humano ainda se comportaria como seus antepassados em algumas situações. Assim, para o antropólogo, todo ser humano estaria sob uma “camada” de cultura. Embaixo dela todos seriam essencialmente iguais em seu potencial. Com isso, se Roquette-Pinto se apoiaria em modelos racializados ao analisar as tribos indígenas, sua ênfase não estaria na existência de hierarquias. Deste modo, *Rondônia* se diferia das outras análises e indígenas de fins do século XIX e início do XX.⁶⁵ Como aponta Santos, mesmo que raça fosse um conceito norteador, sua ascendência sobre outros aspectos da vida física e social não se mostrava tão hegemônica. Para Roquette-Pinto, as características biológicas dos índios não eram empecilhos intransponíveis para sua incorporação à “civilização”, o empecilho estaria na cultura que ele considerava “inferior e atrasada”.⁶⁶ Deste modo, mesmo contendo ambiguidades, o livro não deixaria de ser um apelo à proteção dos indígenas do Brasil.

⁶⁴ LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JR. *Op Cit*, p. 101-102

⁶⁵ *Idem*, p. 109

⁶⁶ SANTOS, Ricardo Ventura. *Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930)*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs) *Raça como Questão: História, Ciências e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010 p. 95

Além de discussões sobre antropologia e etnografia indígena, o livro retrata o que Roquette-Pinto chamaria de “etnografia sertaneja”. De acordo com Lima et al, em *Rondônia* o aspecto da vida do sertanejo mais valorizado seria sua relação com a natureza. Apesar do quadro de abandono e doença, o autor observa como muitos sertanejos conseguiam driblar as adversidades. O livro revelaria uma forte dimensão de crítica social em que Roquette-Pinto faz comentários acerca da situação geral do país e sobre as condições associadas à extração da borracha. No livro, imagens contrastantes de um país dividido (interior-litoral, cidade-interior) apareceriam com forte inspiração em *Os Sertões* de Euclides da Cunha.⁶⁷ Assim, o impacto de sua experiência vivida no interior do país, principalmente no tocante às condições de saúde e educação presenciadas, condicionariam seus estudos na década seguinte, como iremos analisar mais adiante.

Deste modo, a partir de suas pesquisas e trabalhos no Museu Nacional, Roquette-Pinto chega ao início da década de 1920 com grande prestígio científico dentro e fora da instituição. Neste período, torna-se chefe de Seção de Antropologia e Etnografia e conduz, para as comemorações do centenário da independência do Brasil, uma pesquisa acerca das características antropológicas da população do país. Esta, nortearia os trabalhos da Seção de Antropologia e Etnografia por quase uma década e marcaria uma nova fase em suas pesquisas. Como destaca Castro-Faria, o interesse pela temática indígena decresceria e os estudos sobre os tipos constituintes do povo brasileiro ganhariam espaço no Museu Nacional.⁶⁸ Neste sentido, esta instituição detém grande prestígio científico em inícios da década de 1920 e, assim, seria uma “vitrine” das atividades e instituições científicas do país.

A seguir, iremos abordar a participação do Museu Nacional nas comemorações do centenário da independência e o trabalho coordenado por Roquette-Pinto derivado desta.

A participação do Museu Nacional nas comemorações do primeiro centenário da independência e *os Tipos Antropológicos do Brasil*

⁶⁷ LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JR. *Op Cit*, p. 102-103.

⁶⁸ CASTRO-FARIA, Luís de. *Op Cit*, p. 31.

Entre fins da década de 1910 e inícios da década de 1920, o Museu Nacional participou de duas importantes comemorações. A primeira seria a comemoração de seu próprio centenário, ocorrido em 1918. Dentre os preparativos realizados para esta comemoração, estão o envio de convites a cientistas e instituições, a colocação de retratos de naturalistas homenageados, que trabalharam nas diversas seções do Museu e a elaboração de um número especial dos *Archivos do Museu Nacional* (XXII), que contou com diversos artigos; dentre eles podemos destacar *Centenário do Museu Nacional*, de Roquette-Pinto, *Síntese Geológico do Brasil*, de Alberto Betim Paes Leme, *O Museu Nacional de História Natural e Índice Geral dos Archivos do Museu Nacional (vols. I a XXII – 1876-1919)*, organizado por Bertha Lutz.⁶⁹

A solenidade do centenário foi realizada no dia 6 de junho de 1918 e reuniu o presidente da República, Venceslau Braz, deputados, senadores, membros da alta sociedade e representantes da imprensa. De acordo com Keuller, os festejos foram noticiados por periódicos locais como *Careta* e *Revista da Semana*. O evento também contou com uma exibição moderna de sua coleção construída desde 1911 em salas com nomes que faziam referência a importantes cientistas de cada seção. A 4ª seção, de acordo com a autora, tinha as seguintes salas: Broca, Virchow, Simão de Vasconcellos, Fernão Cardin, Baptista Caetano, Gabriel Soares, F. Varnhagen, Castelnau, Gonçalves Dias, Ferreira Penna e Euclides da Cunha.⁷⁰

Outrossim, como destacamos anteriormente, o evento que mais mobilizou as Seções do Museu Nacional foi o centenário da independência do Brasil. De acordo com Mota, a Exposição Universal realizada nas comemorações do centenário queria firmar uma imagem de modernidade para o país. Assim, “a primeira exposição universal do país abria a perspectiva de o mundo ver mais de perto o Brasil e de expô-lo para a comunidade internacional em um momento chave na articulação econômica e política em escala mundial.”⁷¹

⁶⁹ *Archivos do Museu Nacional* (XXII). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919 e KEULLER, Adriana. *Op Cit*, p. 152

⁷⁰ KEULLER, Adriana. *Op. Cit.* p. 153

⁷¹ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. p. 69-70

A Exposição Universal foi inaugurada em 7 de setembro de 1922, que foi composta pela Seção Nacional, que era localizada no trecho entre o antigo Arsenal de Guerra e pelo Novo Mercado, que ocupava parte da área conquistada ao mar com o arrasamento do Morro do Castelo. Neste local, encontravam-se os pavilhões das Festas, dos Estados, das Pequenas e das Grandes Indústrias, do Distrito Federal, da Viação e Agricultura, da Caça e Pesca, de Estatística, além de pavilhões particulares (de municípios como Campinas e de empresas nacionais e estrangeiras como a Brahma e a General Eletric), restaurantes e bares.⁷²

A Avenida das Nações, por sua vez, que se desdobrava do antigo Arsenal de Guerra até o Palácio Monroe, contou com os palácios de honra das representações estrangeiras que eram México, Argentina, Inglaterra, Estados Unidos, França, Portugal, Itália, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão. Alguns países ainda montaram pavilhões para a exposição de seus produtos industriais, na Praça Mauá (Bélgica, Portugal, Estados Unidos, França, Itália e Tchecoslováquia).⁷³

Segundo Mota, a ênfase da exposição recaiu sobre a possibilidade de exploração de recursos naturais em que a produção do ferro, do aço e da energia elétrica seria essencial para o desenvolvimento econômico do país. Assim, a exposição reforçou a tese das inesgotáveis riquezas naturais do país, que seriam tradicionais fontes de atração para os investimentos estrangeiros. Com isso buscava-se garantir a inserção do país no quadro da nova economia mundial do pós-guerra em que se buscava expor para os turistas, nas vitrines e mostruários da exposição, a potencialidade do progresso brasileiro expressa em tabelas e gráficos que apontavam uma inequívoca tendência de crescimento.⁷⁴

Para esta empreitada de mostrar um país centenário moderno e com grandes potencialidades, o Museu Nacional também foi arregimentado. Assim, o então diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, relata as atribuições dadas ao Museu Nacional para a Exposição Universal de 1922. As tarefas foram incumbidas pelo Ministro da Agricultura Idelfonso Lopes e pelo presidente da República em ofícios diferentes enviados ao Museu

⁷² MOTTA, Marly Silva da. *Op Cit*, p. 68.

⁷³ *Ibidem*

⁷⁴ *Idem*, p. 71

Nacional. Como tinham designações semelhantes, foram decididas em reunião conjunta as tarefas a seguir.

A primeira tarefa seria a organização de mapas murais abrangendo toda a História Natural e também temas brasileiros, que depois iriam ser distribuídos em escolas primárias. Com a mesma temática, também iriam ser confeccionadas coleções didáticas para serem distribuídas em escolas secundárias. A segunda tarefa consistia na organização da biblioteca do Museu evidenciando a bibliografia de ciências naturais e em especial as obras referentes ao Brasil. A terceira, junto ao Serviço Geológico do Museu Nacional, consistia na elaboração de um mapa geológico do Brasil, contendo em anexo um mostruário sobre as rochas componentes do solo brasileiro. A Seção de Botânica ficaria responsável pela elaboração de um trabalho sobre o herbário do Museu Nacional incluindo um estudo da distribuição geográfica das plantas brasileiras. Esta Seção, em parceria com outras instituições, ficaria igualmente responsável pela execução de um projeto de reflorestamento arbóreo de algumas regiões do estado do Rio de Janeiro e a redação do livro “Exemplos Botânicos”, trabalho didático sobre a flora brasileira e preparatório para o estudo botânico de futuras floras regionais, já que o Brasil possuía várias zonas botânicas. Por fim, a Seção de Antropologia e Etnografia ficaria incumbida de elaborar a Carta etnográfica do Brasil, contendo a antropogeografia das tribos extintas e atuais, a organização da bibliografia etnográfica do Brasil e a determinação das características antropológicas da população do Brasil, usando um método de fácil compreensão e publicando documentação bem como os resultados das observações feitas no fim da pesquisa. No geral, o Museu teria que estar representado em todas as conferências e congressos do evento e elaborar uma listagem de todos os trabalhos realizados pela instituição no século de Independência.⁷⁵

De acordo com Lobo, os trabalhos foram iniciados desde que o Museu recebera essas incumbências em 1919. Ele teve êxito nestas atividades e participou das comemorações do centenário contribuindo com os setores pedagógico e científico. Lobo relata em 1922 que o Museu participou de todos os congressos científicos com trabalhos, memórias, teses e contribuiu para a exposição complementando com mostruários e modelos, buscando sempre evidenciar as riquezas geológicas, botânicas e zoológicas do

⁷⁵ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Idelfonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Prof. Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 58-63. Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) / Museu Nacional.

Brasil. Entre estas, o autor destaca o mapa florestal, a apresentação gráfica da fitogeografia brasileira e as demonstrações envolvendo os tipos etnográficos regionais. A direção do Museu propôs ao Ministro da Agricultura que a exposição acontecesse em seu próprio edifício, devido às dimensões das coleções e a dificuldade de deslocá-las. O desejo foi atendido e proporcionou mais de 43.000 visitantes ao Museu Nacional no mês de setembro, conforme relata Lobo.⁷⁶

A tarefa que demorou mais tempo para ser completada foi a que versava sobre as características antropológicas do povo brasileiro. Coordenada por Roquette-Pinto, ela durou até o fim da década de 1920 e conteve dados de pessoas de todos estados do Brasil. Na ocasião do centenário, Roquette-Pinto apenas expôs algumas considerações parciais acerca da pesquisa. A partir dos relatórios enviados por Roquette-Pinto ao diretor do Museu Nacional, podemos reconstruir parte desta pesquisa juntamente com as atividades desenvolvidas na Seção de Antropologia e Etnografia na década de 1920.

Roquette-Pinto assumiu a direção da Seção no início do ano de 1921 em virtude do afastamento do professor Domingos Sérgio de Carvalho, que estava a serviço do Ministério da Agricultura. Assim, redigiu boa parte dos relatórios da Seção na primeira metade da década, que eram entregues todo ano ao diretor do Museu Nacional. Assim, no primeiro relatório que escreveu, em 1922, Roquette-Pinto afirma que, com os recursos oferecidos pelo governo como auxílio para as comemorações do centenário da independência, a Seção conseguiu colher material farto para determinar as características antropométricas da população do Brasil e também iniciar outros estudos de antropologia fisiológica. Para isso fora construído um pequeno laboratório que ajudaria em futuras pesquisas que se relacionem com tal temática.⁷⁷

Roquette-Pinto argumenta que o trabalho capital desta seção em 1922 foi a coleta de material para esta pesquisa. Quase todo o pessoal da seção estava mobilizado e ainda foram contratados mais profissionais, que iriam ser instruídos por ele mesmo para a coleta de dados. Até aquele momento, haviam sido coletadas 600 fichas antropométricas femininas e 1.127 masculinas. Esse número ainda era insuficiente, mas a partir deles podia-se chegar a

⁷⁶ *Idem*, p. 43-44

⁷⁷ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Idelfonso Simões Lopes, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Prof. Bruno Lobo, Diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 94. Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) / Museu Nacional.

algumas conclusões, que o autor ressalta que seriam corrigidas ao fim do estudo. Roquette-Pinto não expõe essas conclusões no relatório, mas apenas divulga os dados relativos à porcentagem dos elementos antropológicos reconhecidos na população do Brasil, onde exibe em tabela a porcentagem destes dados em brancos, mulatos claros, mulatos escuros, caboclos e negros. Mostra assim a altura de todos esses elementos antropológicos e as compara com a altura média de Portugueses, Italianos, Mongóis, Guaranis e também os índices cefálicos destes com os calculados a partir dos dados pesquisados até aquele momento, juntamente com o índice nasal. O autor complementa que as fichas antropométricas seriam bastante complexas e que iria demorar mais algum tempo para publicar os resultados finais de seus estudos.⁷⁸ A primeira publicação de resultados da pesquisa só aconteceria em 1924 nos *Archivos do Museu Nacional*.

Como explicitou Roquette-Pinto, a Seção de Antropologia e Etnografia contratou mais pessoal para o prosseguimento da pesquisa. Assim, as fichas foram obtidas dentro e fora do Museu Nacional pelos doutores Malagueta de Pontes, Raul Batista, Moraes Coutinho, Fábio de Barros, Ferreira Pinto, Mario Gabaglia e o próprio Roquete-Pinto. Fora da cidade do Rio de Janeiro, principalmente em outros estados, era Souza Araújo que recolhia as fichas e as enviava por correio. Já as fichas antropométricas femininas foram colhidas por profissionais treinadas pelo próprio Roquette-Pinto, são elas: Heloísa Alberto Torres, Noemia Salles, Emilia Saldanha da Gama, Laura da Fonseca e Sílvia Brandão. Neste sentido, várias instituições da cidade foram visitadas para a coleta de dados femininos. Estes foram colhidos na Associação Cristã Feminina, na Companhia Telefônica e em fábricas do centro da cidade e na Imprensa Nacional. Roquette-Pinto sempre buscava exaltar em seus relatórios o trabalho realizado por elas e considerava seu esforço digno de nota a partir das dificuldades que encontravam. Além desse pessoal, contava-se ainda com o auxílio de Mário Moura Brasil, que mesmo colhendo material para o Guia de etnografia auxiliava na pesquisa. Moura Brasil já teria organizada, antes da pesquisa, uma coleção com 748 fichas antropométricas.⁷⁹

Entretanto, o trabalho de Roquette-Pinto não transcorreu sem dificuldades. No ano de 1924, ele relata que os trabalhos estavam em andamento e ainda mobilizavam um

⁷⁸ *Idem*, p. 97-98

⁷⁹ Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) / Museu Nacional. Relatório da Seção. 15/01/1922. p. 10. MN DR P. 89 D. 65

número expressivo de auxiliares da Seção. Destaca ainda que a quantidade de dados aumentara e que talvez viesse a publicar texto sobre a pesquisa nos *Archivos* em 1924, fato que aconteceu no fim do ano. Contudo, para completar os dados referentes a alguns estados da federação e ampliar as verificações de natureza psico-fisiológica (atenção, fadiga, memória...), diz que seria conveniente recomeçar o exame individual, sobretudo dos homens das forças armadas, com mesmas idades e condições de vida. Mas, para isso, pondera que seria preciso prover o laboratório de material necessário. Provavelmente, a quantia que a Seção recebera em virtude das comemorações do centenário, que o próprio Roquette-Pinto elogiara em relatório anterior, não deu conta para o custeio total da pesquisa. Assim, faz duras críticas à quantidade de verba anual destinada para a Seção e relata as condições precárias do laboratório. Com isso, faz um apelo ao então diretor do Museu Nacional Arthur Neiva, que substituíra Bruno Lobo em 1923:

Estes estudos tem sido realizados com material do laboratório quase todo improvisado. Penso dever chamar neste local a atenção de Vossa Excelência para a conveniência de aparelhar esta Seção a fim de que ela possa realizar, ou pelo menos tentar, os estudos que tem planejado, não só a respeito de tais questões, como principalmente em relação a problemas de antropologia psico-fisiológica, que me parecem importantes para o Brasil mesmo do ponto de vista utilitário.⁸⁰

Mesmo com essas adversidades, Roquette-Pinto continuou a pesquisa que só acabaria em 1928 com a publicação de *Notas Sobre os Tipos Antropológicos do Brasil* nos *Archivos do Museu Nacional*. O texto ainda foi apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia em 1929 e publicado novamente em *Ensaio de Antropologia Brasileira* em 1933. Ao todo, foram coletadas mais de 2000 fichas antropométricas de “rapazes de todos os estados, filhos e netos de brasileiros, de 20 a 22 anos, todos sadios e sujeitos às mesmas condições de vida”⁸¹ Roquette-Pinto dividiu os tipos antropológicos do país em quatro grupos, que são: Leucodermos (Branco), Phaiodermos (Branco x Negro), Xanthodermos (Branco x Índio) e Melanodermos (Negros). Uma das teses centrais do

⁸⁰Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) / Museu Nacional. Relatório da Seção. 2/01/1924. p. 2. MN DR P.94 D. 904.

⁸¹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. Notas Sobre os tipos antropológicos do Brasil. In: *Actas e Trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I. p. 124

estudo era a visão positiva e não degenerativa acerca da miscigenação. Roquette-Pinto concluiu que nenhum dos tipos antropológicos classificados por ele apresentava qualquer tipo de degeneração. A suposição desta, não adviria de problemas raciais, mas sim sociais:

Durante muito tempo raciocinou a priori sobre o resultado dos cruzamentos, em vez de procurar, sem idéias preconcebidas, os documentos necessários ao estabelecimento de uma opinião certa. É uma questão bastante difícil, a primeira vista; pois que os resultados dos cruzamentos é condicionado não somente por factores biológicos, mas também por factores sociais..... O número de indivíduos somaticamente deficientes em algumas regiões do país é realmente considerável. Isso, porém, não corre por conta de qualquer factor de ordem racial; deriva de causas pathológicas cuja remoção na maioria dos casos independe da anthropologia. É questão de política sanitária e educativa.⁸²

Como destaca Santos, *Notas Sobre os Tipos Antropológicos do Brasil* seria uma tentativa de demonstrar que o povo (mestiço) brasileiro teria plenas condições de povoar e explorar as riquezas do país, faltando-lhe não adequado substrato biológico, mas sim organização nacional.⁸³ Roquette-Pinto fora assim um intelectual com grande envolvimento com o projeto de redenção nacional em curso nas primeiras décadas do século XX onde suas interpretações acerca do povo brasileiro estiveram a ele vinculadas. Assim, como afirma Santos, a leitura de seus trabalhos demonstra intensa preocupação com saúde e educação; estariam no plano ambiental/social e não no biológico/racial, as razões para se compreender a suposta inferioridade dos tipos nacionais.⁸⁴

Destarte, esta preocupação com a saúde e principalmente com a educação popular iria nortear o campo de atuação de Roquette-Pinto principalmente a partir da década de 1930. No entanto, esta perspectiva educacional foi a principal característica de seu mandato como Diretor do Museu Nacional, iniciado um ano após a publicação de *Notas Sobre Tipos Antropológicos*, em 1929. Esta percepção do caráter pedagógico do museu, que, como vimos, Lacerda também compartilhava no início do século XX, pode ser exemplificada a

⁸² *Idem*, p. 136-146

⁸³ SANTOS, Ricardo Ventura, *Op. Cit.*, p. 97

⁸⁴ *Idem*, p. 101.

partir de duas iniciativas implementadas por Roquette-Pinto.

A primeira foi a criação do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. Muitas ideias e inspirações para as atividades desenvolvidas por essa seção foram oriundas da visita que Roquette-Pinto fizera em 1928 ao American Museum of Natural History, em Nova Iorque. Segundo Duarte, esta instituição era pólo irradiador de um movimento que propunha os estudos de biologia como fonte de renovação nacional americana e formação de jovens cidadãos. O museu oferecia cursos, visitas orientadas e articulação com escolas secundárias. Integrava assim as práticas do *new museum movement* que estava em ascensão nos Estados Unidos desde o século XIX. Esta transformação aconteceu em momento em que a biologia se afirmava em detrimento da história natural e de ocupação dos museus por um grupo de biólogos atentos às funções públicas e educacionais dos museus. Assim, este ambiente de otimismo do potencial transformador do Museu ligado à produção do conhecimento e simultaneamente às escolas e à sociedade mais ampla para a renovação nacional veio ao encontro dos anseios de Roquette-Pinto em relação ao Brasil. Quando assumiu a diretoria do Museu Nacional, tinha suas convicções educativas reforçadas pela experiência americana e assim iniciou seu trabalho renovador.⁸⁵

Para Duarte, a gestão de Roquette-Pinto foi guiada pelo pressuposto de que o museu não deveria ser um “simples tesouro de coleções” e nem somente um “centro de investigações científicas”. Essas funções eram importantes, mas a elas deveria somar a dedicação ao ensino público. Assim, o Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural iria auxiliar o então ensino ginásial que, segundo Roquette-Pinto, necessitava urgentemente de laboratórios e centros experimentais para a juventude. O Serviço seria uma seção independente do Museu Nacional e foi dirigido por Edgard Roquette-Pinto até 1935, quando seu filho Paulo assumiu este cargo. O Serviço dava facilidades e orientações para a organização de museus escolares próprios contendo espécimes nativos coligidos e preparados pelos alunos sob a orientação de professores. Havia cursos e palestras para orientar a captura de insetos e plantas. Cada escola enviava seu material ao Museu onde tudo era tratado e preparado. Segundo Duarte, a listagem dos materiais recebidos demonstra a diversidade do que chegava, que iam desde amostras de madeira e pedras, até insetos,

⁸⁵ DUARTE, Regina Horta. *A Biologia Militante: O Museu Nacional, especialização, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 85.

ossos e conchas.⁸⁶ A autora também expõe a grade de cursos de extensão que eram oferecidos em conjunto com a Universidade do Rio de Janeiro no ano de 1932, que incluíam aulas teóricas semanais e exposições de diapositivos e filmes, que seriam: o curso popular de biologia (Roquette-Pinto), Técnicas de análise espectral aplicadas à mineralogia (Alberto Paes Leme), Fitogeografia (Sampaio), Escorpiões e outros aracnídeos (Mello Leitão) e Estudos Nacionais de etnografia do Brasil (Heloisa Alberto Torres).⁸⁷

Assim, como destaca Duarte, a ideia de interatividade foi uma renovação importante introduzida pelo Museu Nacional sob a direção de Roquette-Pinto. Os conteúdos eram veiculados por cursos, pelo rádio e por impressos distribuídos nas escolas e exposições.⁸⁸

A segunda iniciativa seria a *Revista Nacional de Educação*, criada em 1932, teve curta duração e foi publicada até 1934. Era voltada para divulgação da ciência, letras e artes e tinha 15 mil exemplares de tiragem sendo vendida a um preço simbólico para o público. De acordo com Castro Moreira, Massarani & Aranha, Roquette-Pinto considerou essa iniciativa o primeiro ato governamental em prol da “cultura espiritual” da população. Os recursos vinham da taxa cinematográfica para a educação popular e eram administrados por uma Comissão Federal de Censura. Roquette-Pinto destaca, na capa de todas as edições, o resumo de suas aspirações com a criação da revista, levar aos lares do Brasil “o conforto moral da ciência e da arte”.⁸⁹

Segundo Duarte, muitas das esperanças de Roquette-Pinto confluíram para a *Revista Nacional de Educação*. Ela estava dentro de um contexto da valorização das estradas e correios, pois inaugurou a necessidade da distribuição de seus exemplares para escolas e educadores de todo o país. Ligava-se também às atividades radiofônicas, pois muitos artigos eram palestras transmitidas pelos programas educativos. A revista surgia ligada aos anseios educativos e à ação do Ministério da Educação e Saúde Pública, ocupado por Francisco Campos. Sua história também “se confundia com a recente atenção das

⁸⁶ DUARTE, Regina Horta, *Op Cit*, p. 88

⁸⁷ *Idem*, p. 92.

⁸⁸ *Idem*, p. 99

⁸⁹ CASTRO MOREIRA, Ildeu; MASSARANI, Luisa; ARANHA, Jayme. Roquette-Pinto e a divulgação científica. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008

autoridades em relação ao cinema, seja como perigo em potencial, seja por seu uso como instrumento didático para a consolidação de uma nação civilizada.”⁹⁰ Frente aos discursos pessimistas, ela era projetada como um veículo de esperança apresentando a história do Brasil e mostrando as potencialidades a serem exploradas por um povo esclarecido.⁹¹

Para Roquette-Pinto, a publicação da revista era um sonho na carreira de pesquisador e professor, dado que cumpria o papel de tornar acessível às camadas mais populares uma gama de conhecimentos científicos e artísticos, criando valores culturais, estéticos e morais. Duarte destaca que, para o antropólogo, a distribuição gratuita de milhares de exemplares seria “o primeiro gesto educativo rigorosamente popular praticado pela República”. A revista tinha periodicidade mensal e formato simples e de fácil manuseio. Os artigos eram geralmente curtos e escritos em linguagem acessível e didática. Essas características se afinavam com os ideais da Escola Nova, da qual Roquette-Pinto foi signatário e que queria abandonar a cultura livresca e distante da vida cotidiana. Os colaboradores da revista eram cientistas e intelectuais da época. Além da notoriedade dos autores, um trunfo da revista era a ampla utilização de imagens, todas em preto e branco e em reprodução de excelente qualidade.⁹²

O interior da revista trazia informações sobre diversos temas como botânica, astronomia, arqueologia, entre outros. Duarte afirma que a publicação dirigia-se a um público culto no qual esperava encontrar agentes multiplicadores de sua ação. Ela fora publicada durante o Governo Provisório e era uma arma na estratégia de constituição de legitimidade do novo projeto político. A autora ainda ressalta que a ênfase da revista como sinal da iniciativa do Estado em lugares distantes e perdidos reforçava as concepções debatidas pelos intelectuais da época, na qual o sertão estava distante do poder público e de projetos modernizadores. As figuras das revistas eram importantes na defesa desse

⁹⁰ DUARTE, Regina Horta. Rumo ao Brasil. Roquette-Pinto viajante. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008. p. 278

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Idem*, p. 278-279.

argumento, pois construíam uma imagem do que era o Brasil: sertanejos, paisagens, mapas etc.⁹³

Enfim, buscamos neste capítulo fazer um histórico das pesquisas de antropologia física no Museu Nacional. Abordamos o início das atividades de pesquisa e ensino regulares com João Batista de Lacerda e sua gestão como diretor do Museu Nacional, que expandiu as pesquisas e o alcance do público à instituição. Roquette-Pinto continuou, de certa forma, a iniciativa de Lacerda, mas foi progressivamente mudando o foco de seus estudos, que passaram do indígena para a formação e conformação do povo brasileiro. Entretanto, tanto Lacerda quanto Roquette-Pinto pensaram o futuro e a viabilidade do Brasil enquanto nação moderna a partir da perspectiva da mestiçagem, que era amplamente combatida por teorias deterministas em voga desde meados do século XIX. A degeneração não estaria no estoque biológico do brasileiro, mas sim na falta de políticas públicas relacionadas à educação e à saúde da população. Assim, como afirma Santos, no início do século XX se desenvolveu no Museu Nacional uma vertente da antropologia física antirracista e defensora da mestiçagem no Brasil. Neste sentido, também ocorreu um distanciamento das vertentes explicativas que desqualificavam os mestiços e posicionavam os não europeus nos níveis mais inferiores na hierarquia das raças humanas.⁹⁴

Entretanto, esta visão acerca do mestiço e dos problemas que impediam o Brasil de ser viabilizado como país moderno também foi compartilhada por outro pesquisador do Museu Nacional que iniciou suas pesquisas em fins da década de 1920. No próximo capítulo, iremos analisar a trajetória de José Bastos de Ávila e seus estudos em antropologia física no Museu Nacional.

⁹³ DUARTE, Regina Horta, *Op. Cit*, p. 280 e Duarte, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte.: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). In: *História, Ciências, Saúde . Manguinhos*, vol. 11(1) jan.-abr. 2004. p. 41-45.

⁹⁴ SANTOS, Ricardo Ventura, *Op. Cit*, p. 86

Capítulo II: José Bastos de Ávila, Antropólogo/Naturalista

José Bastos de Ávila é um personagem pouco estudado na história da antropologia física no Brasil. Deste modo, sua biografia é ainda menos conhecida. Entretanto, apuramos dados biográficos de Ávila a partir da biografia⁹⁵ de seu filho, o padre Fernando Bastos de Ávila, membro da Academia Brasileira de Letras que faleceu em novembro de 2010. Assim, descobrimos que Ávila nasceu em Petrópolis no dia 19 de Março de 1888 e fez o curso primário no colégio Franco-Brasileiro e o secundário no Colégio São Vicente, ambos na mesma cidade. Terminado o colégio, foi para o Rio de Janeiro prestar prova para o Colégio Pedro II onde foi aprovado. Morou em Copacabana na casa de seus tios Amália e Edmundo até 1910, quando se matriculou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e passou a dividir um quarto de sobrado com Álvaro Fróes da Fonseca, o qual se tornaria grande amigo. Em 1914, casou-se com Cinyra Muniz Freire com quem teve dois filhos, Lygia e Fernando. Em 1918 foi aprovado no concurso para médico escolar da Prefeitura do Distrito Federal, função que exerceu por dez anos.

⁹⁵ ÁVILA, Fernando Bastos. *A alma de um padre*. EDUSC e Academia Brasileira de Letras, 2005.

Na listagem dos funcionários do Museu Nacional, o nome de José Bastos de Ávila aparece pela primeira vez no dia 7 de março de 1932, quando ele assumiu o cargo de professor interino da Seção de Antropologia e Etnografia. Isso ocorreu durante o impedimento de Álvaro Fróes da Fonseca, que requisitou dez meses de afastamento de suas funções alegando motivos particulares.⁹⁶ Contudo, o nome de Ávila já aparecera no Relatório da Seção de Antropologia e Etnografia de setembro de 1928. Neste, a então Professora-Chefe da Seção, Heloísa Alberto Torres, faz menção a pesquisas realizadas por Ávila juntamente com Ermírio Lima sobre o Ptérion e a área naso-frontal de indígenas sul-americanos.⁹⁷ Esta é a primeira referência a pesquisas realizadas por ele na instituição e muito provavelmente é o ano de sua entrada na casa. A proximidade com Fróes da Fonseca, que entrou no Museu Nacional em 1914, assim como o interesse de Ávila pela antropologia física, facilitaram sua entrada na instituição. Portanto, Ávila ingressou no Museu Nacional como praticante gratuito no final de década de 1920 e somente em 1932 conseguiu um cargo remunerado.

Neste capítulo é recuperada a trajetória de pesquisas de Ávila no Museu Nacional. Como veremos, ele teve uma trajetória bastante diversificada, tratando de vários temas da área da antropologia física: inicia com pesquisas acerca da morfologia e anatomia humana, volta seus interesses para a pesquisa antropométrica em escolares, realiza uma expedição científica a Minas Gerais, conduz outras pesquisas morfológicas e, por fim, retoma o trabalho com escolares. Nesse caminho, ainda participou do 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife, em 1934, e escreveu um romance, *No Pacoval de Carimbé*, premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1933.

Anatomia e morfologia

As primeiras pesquisas de Ávila no Museu Nacional aconteceram na ocasião em que ele concorria à cadeira de professor de anatomia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Os estudos sobre a região ptérica, tema trabalhado por Ávila, resultaram na tese *Contribuição ao Estudo do Ptérion*, apresentada à banca julgadora do concurso em 1929.

⁹⁶ *Lista de Assentamento dos Funcionários do Museu Nacional*. Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) / Museu Nacional. DA 294, p. 133. e DA 294, pp. 67 e 68 e DA 291, f. 4v.

⁹⁷ Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) / Museu Nacional. *Relatório da Seção*. 14/09/1928. MN DR Doc. 474 Pasta 103

Nesse texto Ávila discorre e analisa a região ptérica, localizada na porção lateral do crânio, atrás do globo ocular, que resulta do encontro de quatro ossos. A região teria um arranjo que variaria de indivíduo para indivíduo e também assumiria contornos distintos em determinados grupos humanos. Ávila, citando autores como Ried, Anutschin, Oettinger, Sarasin, Millson e Lange, atribui grande valor, enquanto característica racial, à região ptérica. Segundo o antropólogo francês Bernhard Lange, o valor médio do comprimento do ptérion entre os negros seria de 50% se comparado aos australianos, e aquele dos europeus 250% maior. Em seu estudo, Ávila investigou 45 crânios de índios Botocudos do acervo do Museu Nacional com vistas a contribuir para o estudo da anatomia dos indígenas, que para ele teriam uma contribuição importante na constituição do povo brasileiro.⁹⁸

Depois de expor os dados coletados nos crânios, Ávila os compara com aqueles obtidos por Lange e conclui que o comprimento do ptérion dos índios brasileiros é superior ao verificado em africanos e australianos e menor que em europeus. Também conclui que a presença do processo frontal do temporal nos indígenas, característico de australianos, é menos frequente que em africanos. Para a antropologia da época, os aborígenes australianos estariam nos lugares mais baixos na hierarquia das raças humanas. O intuito de Ávila era o de provar, através de dados craniométricos, que os indígenas brasileiros estariam em uma posição melhor que os australianos. De acordo com Schwarcz, a partir de meados do século XIX, a antropometria e a frenologia passaram a ser utilizadas para interpretar a capacidade humana através do tamanho do cérebro dos diferentes povos.⁹⁹ O ptérion, estudado por Ávila, seria mais um marcador com vistas a aferir tal capacidade. Esse trabalho sobre o Ptérion foi publicado, mas Ávila não conseguiu a cadeira de Anatomia na Faculdade de Medicina do Rio, prosseguindo com suas pesquisas no Museu Nacional.

Em 1932, Ávila ministrou no Museu Nacional o terceiro curso popular de antropologia, com foco em antropometria.¹⁰⁰ Estava dividido em seis aulas: Aula I - Antropometria e a Antropologia Física, seus fins e objetos; Como publicar os resultados

⁹⁸ ÁVILA, José Bastos de. Contribuição ao estudo do Ptérion. In: *Questões de Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935, p. 80

⁹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993. p. 48-49

¹⁰⁰ CASTRO-FARIA Luís. Pesquisas de antropologia física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.13, 1952. p. 51

obtidos, sobretudo na interpretação de caracteres raciais e constitucionais; Aula II - Breves noções de Anatomia humana e as grandes divisões do corpo; o esqueleto; Aula III - Reconhecimento dos principais pontos antropométricos do corpo – a) Pontos ímpares ou medianos, b) Pontos simétricos ou laterais; Aula IV - Apresentação, descrição e manejo de instrumental antropométrico mais comumente usado; Aula V: Publicações técnicas especiais para as medidas antropométricas – a) no adulto, b) na criança, c) no cadáver; Aula VI: Métodos de cálculo, Curva de Gauss, Notações usuais, Amplitude e Médias; Erros, Desvios e Coeficientes de Variação. A segunda parte era composta de 4 aulas; Aula VII: Organização de uma ficha antropométrica; Aula VIII: Organização de tabelas segundo mensurações já feitas assinalando os valores médios; os desvios e os coeficientes de variação; Aula IX: Organização de tabelas para cálculo de capacidade craniana – a) no adulto, b) na criança; Aula X: Alguns pontos especiais – a) Os índices de uso mais frequente, b) Estudo do coeficiente de sinalização, c) Estudo do ângulo de abertura sub-torácico. As aulas seriam ministradas entre os meses de junho e julho, nas sextas-feiras à tarde, entre as 13 e 16 horas.¹⁰¹

A estrutura do curso apresentado por Ávila seguia o padrão dos cursos veiculados pelo Serviço de Assistência ao Ensino, ou seja, com aulas teóricas e práticas que abarcavam os conteúdos básicos da disciplina ou temática em questão. Este serviço, criado por Roquette-Pinto em 1927 e abordado no capítulo anterior, realizava cursos de extensão em conjunto com a Universidade do Rio de Janeiro. O curso ministrado por Ávila foi novamente ministrado em 1933.¹⁰²

Em 1935, Ávila publicou dois artigos com os resumos das aulas proferidas nos dois cursos. O primeiro artigo tem como título *Noções de estatística aplicada à Biometria*, no qual o antropólogo expõe as principais fórmulas, cálculos e equações utilizadas na montagem de tabelas e gráficos antropométricos, que seriam os principais indicadores e meios de se expor as conclusões de pesquisas deste tipo. O segundo artigo é voltado para a

¹⁰¹Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) / Museu Nacional. MN DR Pasta 110, Doc 230.

¹⁰² De acordo com Keuller, a grade dos cursos de extensão oferecidos em 1933 era a seguinte: Curso popular de Biologia (Roquette-Pinto) Estratigrafia e Paleontologia (Padbberg Drenkpol); Estudos nacionais de Etnografia do Brasil (Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes); Fitogeografia (A. J. Sampaio) Escorpiões e outros aracnídeos peçonhentos do Brasil (Mello Leitão) e Antropometria (José Bastos de Ávila). Keuller, *Op Cit*, p. 186.

antropometria propriamente. Nele Ávila afirma que “os modernos estudos de antropologia, ao reconhecerem os tipos raciais e constitucionais dos seres humanos, puseram em foco a antropometria e a significação da biologia comparativa dos seres humanos.”¹⁰³ Assim, a antropometria traria subsídios esclarecedores para a biologia e sólidos fundamentos para o que ele chamou de “*capítulo promissor de higiene social*”. Isto posto, a antropologia teria seu campo de ação estendido. Para exemplificar isso, Ávila expõe que o pediatra deveria conhecer a técnica antropométrica para acompanhar o desenvolvimento da criança em idade pré-escolar. Desse modo, para Ávila, a antropometria seria relevante em suas consequências práticas de higiene social, devendo ser realizada nos institutos de ensino. Citando Fróes da Fonseca e Roquette-Pinto, Ávila define antropologia como “*a biologia comparativa dos grupos humanos encarados do ponto de vista do sexo, da idade, da constituição e da raça.*”¹⁰⁴ Diferiria da etnologia, que estudaria “*os aspectos sociais desses grupos*”. Ávila define antropometria como a biometria do homem. Para ele, a antropometria nasceu com a humanidade: isso porque, quando uma mãe acompanha o desenvolvimento do filho ou o compara com outras crianças da mesma idade, já faria antropometria inconscientemente. A matéria de estudo da antropometria seria então o homem do ponto de vista biométrico e o método de pesquisa seria a mensuração e o conhecimento aprofundado da biologia humana e sua finalidade.¹⁰⁵

No mesmo livro em que Ávila publicou os resumos de suas aulas, consta outro texto da mesma linha de estudos anatômicos e morfológicos com os quais iniciara sua carreira no Museu Nacional. Trata-se de *Considerações em torno de alguns caracteres raciais*. Neste, Ávila busca expor as medidas e partes do corpo mais caras à prática antropométrica e para a identificação das raças humanas. Afirma que tecer considerações em torno de caracteres raciais seria supor a existência de raças distintas e de possível diferenciação pelo menos em algum momento de sua evolução. Contudo, naquele momento, segundo ele, as raças se apresentariam cruzadas e mescladas a tal ponto que, citando o antropólogo inglês *Muckerman*, “raças puras entre os homens civilizados não passa de utopia”. Com isso, Ávila disserta sobre uma questão polêmica que se desenrolava desde meados do século

¹⁰³ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit*, p. 7

¹⁰⁴ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit*, p. 9

¹⁰⁵ ÁVILA, José Bastos. *Op Cit*, p. 13

XIX, que é o debate da origem monogênica ou poligênica do ser humano. Para o antropólogo, a tradição bíblica, da qual ele não contesta a autoridade, somente por si só não elucidaria o problema. Assim, afirma que “tanto monta a dizer que ainda a um espírito eminentemente ortodoxo a convicção da origem polifilética das raças, não implica necessariamente em uma oposição às afirmações da Bíblia”¹⁰⁶

Reforçando a importância da Bíblia, Ávila afirma que esta forneceria “a mais venerável” e mais antiga documentação sobre a distribuição do homem na terra. Ávila faz menção à passagem em que Noé distribuiu a seus três filhos a administração de terras localizadas no Oriente, África e Norte da Europa. O autor questiona se isso não seria um argumento bíblico em favor da origem poligênica das raças, baseado em tradições remotas. Ávila destaca esse trecho justamente por a Bíblia já ter sido usada como argumento pró-monogenismo. O antropólogo queria com isto conciliar a tradição bíblica com a vertente poligenista.

Em continuidade ao seu raciocínio, Ávila escreve sobre documentação acerca da existência de “raças primitivas em tempos imemoriais”, que seriam as descobertas do arqueólogo francês *Champollion* no Egito e na Núbia (região que equivale atualmente ao sul do Egito e parte do Sudão). O antropólogo afirma que estas descobertas comprovariam e consolidariam a tradição bíblica. Tratava-se de afrescos que ornamentavam túmulos de faraós da 18ª a 21ª dinastia nas vizinhanças de Tebas. Nos sarcófagos estavam figuradas personagens da estirpe egípcia juntamente com outros grupos, que representavam os tipos humanos que habitavam “os quatro cantos do mundo”. Nos afrescos estavam figurados Egípcios, Assírios, Judeus, Persas, Etíopes e Tanahus, da Líbia. Ávila ressalta que esses grupos tinham características distintas de cor da pele, forma de nariz e cabeça, cabelo, traços corporais e cor dos olhos. Assim, conclui que o autor desses afrescos “não pretendia apenas fazer a apresentação de tipos individuais, mas ainda a demonstração apurada das diferentes raças existentes, com seus característicos mais salientes”.¹⁰⁷

Ávila apresenta em seguida argumentos que, segundo ele, traziam ainda mais descrédito ao argumento monogênico. O primeiro estaria relacionado aos tipos sanguíneos. De acordo com o antropólogo, o estudo acurado da bioquímica do sangue seria um fator contra a teoria monogênica. Pela simples empiria, na mistura de parcela de sangue humano

¹⁰⁶ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit*, p. 134

¹⁰⁷ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit*, p. 135

de pessoas diferentes, poder-se-ia verificar em alguns casos a aglutinação das hemácias. Isso se daria pela presença possível e provável nas hemácias de duas substâncias aglutináveis, A e B, e de outras duas capazes de aglutinação, chamadas de aglutininas. Ávila disserta então sobre as combinações possíveis dessas hemácias e da distribuição dos tipos sanguíneos A e B no mundo e como ela obedeceria às leis de Mendel. No fim da explicação, afirma que a “teoria polifilética explica sem grande dificuldade os fenômenos revelados pelos grupos hemáticos”.¹⁰⁸

Um segundo argumento seria relacionado à linguística. Ávila afirma que o monogenismo linguístico poderia ser um elemento forte a favor do monogenismo das raças, em que o monogenismo das línguas coincidiria com as raças oriundas de um só par, como designam as tradições bíblicas. Uma das línguas cogitadas fora o Hebraico. Contudo, Ávila argumenta que é quase impossível colocar sob a mesma rubrica várias línguas, como o chinês, hebraico e outras. Com isso, Ávila cita *Hovelacque*, que sustenta que o poligenismo linguístico deveria coincidir com o racial.¹⁰⁹

Por fim, Ávila termina sua crítica ao argumento monogenista mencionando Eugen Fischer como um de seus principais defensores, com a seguinte afirmação:

Mas, dado que se confirme a hipótese monogênica, se as diferentes raças admitidas por Gregos e Troianos partindo de um tronco único diferenciaram-se, posteriormente, mercê de influências ambientais diversas agindo sobre a mesma matéria plástica, não será o caso de perguntar-se porque então não se formam novas raças, ou pelo menos porque não se encontram já algumas em via de formação, nos novos mundos descobertos com as grandes navegações?....Pois não são outras suas condições ambientais? Ora Eugen Fischer, acérrimo defensor da hipótese monogênica não admite em absoluto a possibilidade de formação de novas raças. Os característicos comportam-se de modo a permitir a formação de uma infinidade de combinações, mas nunca de novas raças. Nós temos as Leis de Mendel para comprovar os fatos.¹¹⁰

¹⁰⁸ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit.*, p. 143-144

¹⁰⁹ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit.*, p. 144

¹¹⁰ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit.*, p. 145

De acordo com Schwarcz, o tema da origem da humanidade é antigo, mas somente tomou forma em meados do século XIX. Deste modo, duas vertentes aglutinaram diferentes autores que enfrentavam o desafio de pensar a origem do homem. De um lado, a visão monogenista, dominante desde meados do século XIX, reuniu boa parte dos pensadores que, conforme as sagradas escrituras, acreditavam que a humanidade era una. Assim, o homem teria se originado de uma fonte comum, com os diferentes tipos humanos sendo resultado da maior ou menor degeneração a partir do Éden. Para Schwarcz, esse tipo de argumentação embutia a noção de virtualidade, pois a origem uniforme garantia um desenvolvimento (mais ou menos) retardado, mas de toda forma semelhante. A humanidade era pensada como um gradiente - que ia do mais perfeito (Éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração), sem pressupor, num primeiro momento, uma noção única de evolução.¹¹¹

A interpretação divergente seria a hipótese poligenista, que desde meados do século XIX surgia como uma *alternativa plausível em vista da crescente sofisticação das ciências biológicas e sobretudo diante da contestação do dogma monogenista da Igreja*.¹¹² Os autores que compartilhavam essa hipótese acreditavam na existência de vários centros de criação, que correspondiam, por sua vez, às fontes das diferenças raciais observadas. A visão poligenista também permitiria uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passaram a ser vistos como resultado imediato de leis biológicas e naturais. Essa perspectiva encontraria respaldo nos estudos que utilizavam a frenologia e a antropometria, que interpretariam a capacidade humana a partir da proporção do cérebro dos diferentes povos e de índices antropométricos, como o cefálico, por exemplo.¹¹³

Como podemos observar, as afirmações de Ávila indicam uma posição a favor do poligenismo e da origem diversa da raça humana. Seus trabalhos se situam na perspectiva poligenista ao colocar a mestiçagem como fator de origem remota e presente em todas as raças humanas e não seria causadora de degeneração. Essa ideia o afastaria das teorias monogenistas e deterministas que colocavam o mestiço como principal fonte de

¹¹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Op. Cit.*, p. 48

¹¹² *Ibidem*

¹¹³ *Idem*, p. 49

degeneração e o aproximaria de questões de caráter político e social, como a formação e composição do povo brasileiro e os problemas sociais e sanitários deste. Suas pesquisas em escolares, como veremos mais adiante, refletem essa visão que também era compartilhada por outros pesquisadores da instituição, como por exemplo Roquette-Pinto.

Retornando ao texto *Considerações em torno de alguns caracteres raciais*, após discorrer sobre o debate entre monogenismo e poligenismo, Ávila expõe o objetivo central do artigo, que seria “evidenciar algumas características de grande importância na caracterização das raças.” Para o autor, qualquer que seja o critério adotado para o reconhecimento e identificação das raças, deveria ser baseado em características que sejam o menos suscetíveis à influência direta do meio externo. Mesmo tendo criticado Eugen Fischer, Ávila estaria de acordo com as características raciais mais importantes segundo o antropólogo alemão, que seriam: forma do cabelo; proporção do pigmento da coloração da pele, cabelo e íris; forma craniana, do esqueleto e da face; estatura e proporções do corpo e peculiaridades fisionômicas como a forma do nariz, lábios e fenda palpebral.¹¹⁴ Ávila inicia pela forma do crânio, que, segundo ele, seria a característica racial mais relevante, principalmente depois do antropólogo Andrés Ratzius introduzir em antropologia a noção de índice craniano, que seria a relação percentual entre o comprimento e a largura máxima do crânio. Ávila expõe os valores do índice craniano para macacos, antropóides e orangotangos, que seriam respectivamente dolicocefalos¹¹⁵, braquicefalos¹¹⁶ e hiperbraquicefalos. Quanto à espécie humana, Ávila indica que os dados indicam que nos vários pontos do planeta existem as mais variáveis formas de cabeça. Sobre o Brasil, o autor escreveu: “*Sendo o Brasil um país de emigração por excelência, julgamos não ser supérfluas as precedentes notas, que permitirão aos pesquisadores um juízo mais ou menos seguro, com respeito ao índice com x larg. dos indivíduos nas diferentes colônias*

¹¹⁴ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit.*, p. 149

¹¹⁵ Segundo Ávila, a dolicocefalia é uma situação em que há encerramento de uma das suturas da calote craniana, a sagital ou mediana e a conformação do crânio se torna ovalada e particular no seu aspecto. O crânio teria a largura menor que o comprimento.

¹¹⁶ Segundo Ávila, a braquicefalia é uma craniosinostose decorrente do fechamento precoce e bilateral das suturas coronais associado ao fechamento da sutura frontoesfenoidal. Isso confere um formato chato e longo ao crânio.

*estrangeiras localizadas em nosso território.”*¹¹⁷ No trabalho Ávila também comenta sobre a distribuição das outras variáveis utilizadas para fins de classificação racial.

Entretanto, a única característica que Ávila acrescenta nas sugeridas por Eugen Fischer é o Índice Rádio-Pélvico de Lopicque, que seria a relação percentual entre o comprimento da rádio e o diâmetro do bicristalino. Ávila afirma que Lopicque propõe que o índice varia em homens brancos de 83,5 a 86,0, atingindo 112,0 em negros africanos. O antropólogo afirma que esses limites não poderiam ser definitivos com segurança, pois a proposta de valores de Lopicque se baseava em um baixo número de observações. Ávila informa que, no Museu Nacional, juntamente com Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, ele estaria realizando pesquisas sobre o índice. Mais que isso, o próprio Lopicque teria visitado a instituição para colher novos dados para dar prosseguimento às suas pesquisas. Ávila faz menção ainda às observações de Fróes da Fonseca nas escolas públicas do Distrito federal, onde confirmou as medidas de Lopicque, mas chamou atenção para as dificuldades de mensuração envolvidas. Ávila faz ainda menção ao trabalho que Ermírio Lima apresentou sobre essa questão no I Congresso Brasileiro de Eugenia¹¹⁸.

Ainda na linha de estudos anatômicos e morfológicos, Ávila publicou no *Boletim do Museu Nacional* dois artigos que envolviam o estudo antropofísico de tribos indígenas e análises de vestígios deixados por estes. O primeiro é *Contribuição ao Estudo Antropofísico do índio Brasileiro*, publicado em 1937. O texto se baseia em fichas remetidas ao Museu Nacional por Braulino de Carvalho, da *Comissão Brasileira Demarcadora das Fronteiras do Setor Norte*. As medidas foram colhidas em indígenas que viviam na região dos rios Negro, Branco e Uapês entre os anos de 1929 e 1930. Mesmo reconhecendo um pequeno número de fichas, Ávila afirma que seriam “uma contribuição valiosíssima para o estudo antropofísico do índio brasileiro” devido à dificuldade dos “povos primitivos se prestarem de bom grado a pesquisas de ordem antropométrica sem um longo trabalho prévio de paciente e incansável persuasão.”¹¹⁹ Ao todo foram 57 fichas de

¹¹⁷ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit.*, p. 150

¹¹⁸ LIMA, Ermírio. Considerações em torno do índice radio-pelvico de Lopicque e túbio-pelvico de Fróes da Fonseca. In: *Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I, p; 163-167.

¹¹⁹ ÁVILA, José Bastos. Contribuição ao estudo antropofísico do índio brasileiro. *Boletim do Museu Nacional*. RJ, v. 13, n. 3-4, 1937. p. 1.

índios das tribos Uapixanas (Aruaques), Aturais (Aruaques, Baré (Aruaque), Macuxís (Caribas), Macuxis-Jaricunas, Macuxis-Uapixanas, Tucano-Deçanas, Piratapuio-Tucano e Tucano-Tarianas. Com esses dados, Ávila monta tabelas antropométricas com variantes de peso, altura, idade e comprimento dos membros.

O segundo artigo é *Considerações em torno do desgaste dos dentes*, texto anexo ao trabalho de Carlos Estevão *O ossuário da Gruta do Padre, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas no Nordeste*, também publicado no *Boletim do Museu Nacional*. Ávila explica que o então Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, Carlos Estevão de Oliveira, trouxera em sua expedição à Gruta do Padre, região fronteira à cachoeira de Itaparica, no Rio São Francisco, grande quantidade de material arqueológico e antropológico, incluindo fragmentos de mandíbulas e numerosos dentes. Ávila comenta que o acentuado desgaste observado nos dentes, um padrão que se verifica com frequência entre povos pré-históricos e primitivos, utilizando seus termos, tem sido explicado pelos hábitos alimentares. Em particular, a mastigação de alimentos misturados com cinzas e partículas de quartzo ou de granito, decorrentes de processos rudimentares de cozinha e moagem, levaria ao desgaste e, em alguns casos, atingindo a porção cervical e a cavidade pulpar. Ávila incluiu no trabalho comentários sobre aspectos anatômicos, como aquele de que a elevação da articulação chamada de tubérculo articular seria indicativa de que seus portadores apresentariam certa “primitividade racial sem que esta implique necessariamente um remoto passado geológico.”¹²⁰

Antropometria Escolar

Exceto *Considerações em torno do desgaste dos dentes* e *Contribuição ao Estudo Antropofísico do índio Brasileiro*, os demais artigos de Ávila aqui analisados foram publicados (ou republicados) em *Questões Antropologia Brasileira* (1935). Este livro foi o primeiro publicado por Ávila e reuniu todos seus artigos e textos escritos até aquele momento, um total de seis entre 1924 e 1935. Como já indicado, Ávila entrou no Museu Nacional em 1932 como professor interino da Seção de Antropologia após afastamento de

¹²⁰ ÁVILA, José Bastos. Considerações em torno do desgaste dos dentes. Anexo ao trabalho de Carlos Estevão “O ossuário da Gruta do Padre, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas no Nordeste”. In: *Boletim do Museu Nacional*. XIV-XVII, 1942, p. 184.

Álvaro Fróes da Fonseca. Em fins de 1934, Fonseca pediu novo afastamento. Passado o tempo pedido, não reassumiu o cargo e foi exonerado em outubro de 1935. Ávila, assim, acabou por assumir o posto. Destarte, o principal motivo para a saída de Fonseca teria sido uma desavença entre ele e o então diretor do Museu Nacional, Roquette-Pinto. Como também aponta Keuller, o desentendimento ocorreu a partir do deslocamento de Padberg-Drenkpol para outra seção do Museu Nacional sem concurso, conforme indicado no regulamento do Museu.¹²¹ Para seu lugar, assumiu Paulo Roquette-Pinto, filho de Roquette, preparador interino da Seção desde 1932. Roquette-Pinto tentou reatar relações com Fróes da Fonseca e evitar sua exoneração. Contudo, como afirma o trecho da carta transcrito abaixo, a tentativa foi frustrada:

Acuso recebimento do recado trazido peço Dr. Ermirio Lima sobre um possível entendimento entre nós. Tal entendimento se me afigura inútil. O desmoronamento da minha ilusão a seu respeito se vem processando desde muito. Era meu intento desaparecer discretamente do Museu. Mas a iniquidade que aos meus olhos representa o ludíbrio de dois anos do Sr. Padberg Drenkpol, para dar tempo ao preparo de um amigo, bem como outros fatos de que tenho conhecimento e que são visceralmente contrários ao que entendo por moral administrativa, força-me a mudar de rumo. (...). A renúncia à cadeira de Antropologia, eu a darei ao Sr. Presidente da República – que me efetivou – e a quem exporei os motivos de meu ato.¹²²

De acordo com Keuller, apesar do incremento do Laboratório da Seção com o aumento de instrumentos conforme os inventários realizados naquele período, percebe-se que as investigações de laboratório foram menos intensas nos anos subsequentes à exoneração de Fróes da Fonseca. Isso ocorreu, principalmente, por problemas orçamentários e reduzido número de pessoal, já que a equipe da Seção ficara composta apenas por Bastos de Ávila, Paulo Roquette-Pinto e Ermirio E. Lima.¹²³ Em julho de 1935, Fróes da Fonseca escreveu o prefácio de *Questões de Antropologia Brasileira* e fez referência a sua saída do Museu Nacional, às condições de pesquisas e à transferência de sua função para Bastos de Ávila:

¹²¹ KEULLER, *Op Cit*, p. 222

¹²² ABL – Arquivo Roquette-Pinto. Cx. 14 D.7. “Carta de Fróes da Fonseca a Roquette-Pinto...”, 10/04/1933.

¹²³ KEULLER, *Op Cit*, p.222

Recebi na minha passagem na Cátedra do Museu uma herança difícil, dado o período de restrições materiais que atravessamos, embaraçando e mesmo impossibilitando pesquisas de vulto. Não me descuidei contudo de atrair para os alicerces da grande obra, operários capazes, e transferindo-a às mãos de Bastos de Ávila, certo estou de ter encontrado um realizador tão modesto quanto fecundo, que honrará as letras antropológicas do Brasil.¹²⁴

É nesse período, entre 1934 e 1935, já como Professor da Seção de Antropologia Etnografia, que Ávila finaliza e publica conclusões acerca das pesquisas antropométricas com crianças da rede pública de ensino do município do Rio de Janeiro, que o antropólogo iniciou em meados da década de 1920 quando ocupou o cargo de médico escolar. Sobre esse tema, em *Questões de Antropologia Brasileira* há os artigos *Forma e Dimensões da Cabeça e Coeficiente de Cefalização* e *Notas sobre o desenvolvimento físico da criança em idade escolar*.

O primeiro relata os resultados de pesquisas craniométricas em 100 escolares (masculinos) entre 8 e 13 anos. As fichas craniométricas analisadas no trabalho derivaram de estudo realizado em uma escola pública municipal do Rio de Janeiro (na 4ª mista do 21º Distrito). Em relação à idade, Ávila faz um comentário especial acerca da qualidade dos dados obtidos, indicando que, por ocasião da matrícula, muitas diretoras não pediam as certidões de idade dos alunos. Essa prática deveria ser alterada, pois poderia influir nos resultados finais de pesquisas escolares. Sobre a metodologia da pesquisa, Ávila destaca o “índice de cefalização de Dubois”, que de um modo aproximado poderia indicar o valor intelectual do indivíduo considerado. O autor também descreve os instrumentos usados na pesquisa, que foram cedidos pelo Museu Nacional. São eles: antropômetro universal, modelo Fróes da Fonseca, em uso no Museu Nacional; compasso de corrediça de Rudolf Martin; compasso de toque, também do mesmo autor e fita métrica de aço. Ávila apresentou cálculos de quatorze índices e médias craniométricas, com tabelas, gráficos e equações matemáticas. Não há comparações com dados de outros autores no texto. Ávila afirma que 80% das crianças teriam os índices de Dubois e o cefálico na faixa média aceitável. Destaca-se no texto o cálculo da altura do crânio, única medida que o autor descreve o procedimento de coleta:

¹²⁴ FONSECA, Álvaro Fróes. Prefácio. In: *Questões de Antropologia Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935*, p. 6.

O indivíduo é previamente colocado em posição tal que a cabeça se oriente segundo o plano de Franckfort; a seguir medem-se respectivamente as distâncias que vão do breugma e do tragnion ao solo; a diferença das duas grandezas assim obtidas, dá a altura do crânio. Dada a natural intranqüilidade das crianças, não é esta uma média que se torne com grande facilidade, requerendo sempre especial cuidado e atenção.¹²⁵

Já no segundo artigo, *Notas sobre o desenvolvimento físico da criança em idade escolar*, Ávila tece mais comentários acerca dos dados obtidos. Analisa e expõe os dados coletados entre 694 crianças (sexo masculino e feminino) do bairro de Santa Cruz durante o período letivo de 1924. Maria Júlia Pourchet participou do estudo, tendo auxiliado na coleta de dados e na confecção dos quadros e tabelas de crescimento de peso e altura. Quanto aos resultados, Ávila os compara com os da Inspetoria Médica de São Paulo em 1919. Na estatura, as médias de São Paulo seriam superiores nos dois sexos. No peso, São Paulo seria superior nos indivíduos masculinos até 12 anos. Nos indivíduos de sexo feminino, São Paulo seria superior em todas as idades. Com isso, Ávila argumenta que os dados indicariam uma superioridade do desenvolvimento físico do alunado paulistano comparado com o de Santa Cruz. Interpreta que seria uma comparação esperada, já que seriam conhecidas as melhores condições sócio-econômicas em São Paulo se comparadas ao estado de pobreza da maioria do alunado de Santa Cruz, minada pelo paludismo e verminoses, segundo Ávila.

O autor também compara seus dados com os colhidos pelos antropólogos franceses *Variot* e *Chaumet* em 400 de alunos de escolas parisienses. Assim, até os 13 anos os parisienses (sexo masculino) teriam média inferior de peso aos alunos de Santa Cruz. Nos 14 e 15 anos, as médias parisienses seriam superiores. Nos indivíduos de sexo feminino, a média de peso das parisienses era maior a partir dos 12 anos. Na estatura do sexo masculino, as médias se aproximariam até os 11 anos, a partir daí os parisienses teriam valores maiores. No sexo feminino, a superioridade nas médias pendeu para as parisienses a partir dos 8 anos de idade, destaca Ávila.

Ávila conclui no trabalho que os alunos de Santa Cruz não teriam qualquer grau de inferioridade. Segundo ele, poderiam atingir melhores níveis de crescimento se as condições do bairro carioca, reconhecidamente pobre e assolado por doenças, não fossem

¹²⁵ ÁVILA, Jose Bastos. *Op. Cit*, p. 117.

tão ruins. Atividades de inspeção e assistência médica poderiam ajudar na melhoria das condições das crianças nas escolas do Distrito Federal. No fim do texto Ávila faz uma ressalva que talvez tenha sido acrescentada para a publicação do livro *Questões de Antropologia Brasileira*, já que o artigo foi publicado em 1925 na revista *A Escola Primária*. O comentário é que as condições de higiene em Santa Cruz teriam melhorado depois das obras de saneamento realizadas durante o governo Washington Luis. Estas obras foram continuadas pelo governo posterior, segundo Ávila.

A partir dos comentários acima, conclui-se que as interpretações de Ávila, tal como a de Roquette-Pinto, se distanciaram de vertentes explicativas que desqualificavam os mestiços e os colocavam como inferiores, como destacou Santos.¹²⁶ A visão de Ávila acerca das condições de saúde do alunado de Santa Cruz, por exemplo, vai de encontro com as perspectivas do movimento sanitarista iniciado na década de 1920, que via na doença, pobreza e más condições de higiene o principal motivo de atraso e ignorância do país. Assim, Castro-Faria, em sua periodização acerca da história da antropologia física no Brasil, considera os estudos de Bastos de Ávila no Museu Nacional como o início do período denominado “Estabilidade”, iniciado em 1930, notando-se um prolongamento do anterior devido à estabilidade das técnicas, métodos e objetivos. Na visão de Castro Faria, Ávila seria, do ponto de vista intelectual, um discípulo de Roquette-Pinto.

Por suas pesquisas, Ávila obtém certo prestígio tanto dentro quanto fora do Museu Nacional, a ponto de ser convidado para participar do 1º Congresso Brasileiro Afro-Brasileiro, idealizado e organizado por Gilberto Freyre, que aconteceu em Recife em 1934. A seguir, iremos analisar a participação de José Bastos de Ávila neste evento, que foi um marco para os estudos acerca da contribuição do negro na formação do povo brasileiro.

O 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife (1934)

Em 1934 Ávila participou do 1º Congresso Afro-Brasileiro, realizado no Recife sob a organização de Gilberto Freyre. A partir das questões levantadas em *Casa-Grande & Senzala*, relativas à participação do negro na vida e cultura brasileira, - que chamaram a

¹²⁶ SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, Degeneração e Viabilidade de uma Nação: debates em Antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs) *Raça como Questão: História, Ciências e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, p. 85-104.

atenção de boa parte da intelectualidade do país –, o Congresso também contou com o apoio de Miguel Barros, fundador da Frente Negra Pelotense, Solano Trindade e Gerson Lima, integrantes da Frente Negra Pernambucana. No congresso foram discutidas teses sobre aspectos diversos da formação afro-brasileira: culinária, religião, folclore, linguística, entre outros. Dentre os vários intelectuais que participaram deste evento destacam-se: Arthur Ramos, Edson Carneiro, Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo, Mário de Andrade e Melville J. Herskovits.¹²⁷ O congresso também representou um amplo esforço de sistematização do que havia sido produzido até então sobre a cultura afro-brasileira, em um momento em que a universidade brasileira ainda estava em estágio de formação.¹²⁸ A partir do evento foram publicados volumes prefaciados por Roquete-Pinto, que enfatizou a importância de Freyre e a sua disposição de dedicar uma maior atenção ao negro na história brasileira.¹²⁹

Willians destaca a atenção dada por Gilberto Freyre à difusão e divulgação da cultura afro-brasileira na estruturação do Congresso. Freyre organizou várias atividades que proporcionariam o contato dos participantes com atividades culturais afro-brasileiras, o que envolveu a ajuda de colaboradores. Um dos principais foi Ulisses Pernambuco, cujas conexões com a comunidade religiosa afro-brasileira do Recife foi importante para o sucesso do evento. Segundo Willians, Pernambuco defendia os direitos dos cultos afro-brasileiros locais e um de seus objetivos em auxiliar na organização da conferência seria o de aumentar a consciência e a tolerância religiosa em Pernambuco.¹³⁰ Para organizar a exposição de arte alternativa, Freyre contou com o auxílio do amigo e artista Cícero Dias. Dias recrutou colegas artistas, como Noêmia, Di Cavalcanti, Manuel Bandeira e Tarsila do Amaral, que emprestaram obras para serem expostas durante o evento. Para

¹²⁷ SILVA, Júlio Claudio. Os estudos Afro-Brasileiros, o movimento negro e a trajetória intelectual de Arthur Ramos (1934-1949). In: *XI Encontro Regional de História: Democracia e Conflito. ANPUH-RJ*, Rio de Janeiro, 2004, p. 2 e GOMES, Arilson dos Santos. Congressos em debates: Primeiro Congresso Nacional do negro realizado na cidade de Porto Alegre no ano de 1958: organização, programação, participantes e temas. In: *IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História Seção Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Julho de 2008. p. 2

¹²⁸ GOMES, Arilson, *Op Cit*, p.2

¹²⁹ *Ibidem*

¹³⁰ WILLIAMS, Cari. “Coisas do Negro” Além do Pitoresco. The First Afro-Brazilian Congress. Mestrado em artes e estudos ibéricos e latino-americanos. University of California (Santa Bárbara), 2004, p. 16-17

Williams, estes artistas esperavam que a exposição viesse a mostrar a influência africana na arte brasileira.¹³¹

As atividades culturais do congresso também contaram com apresentações musicais. Gilberto Freyre incorporou o segmento musical no programa do Congresso com a ajuda de Ernani Braga, Vicente Fittipaldi, e Diegues Júnior. Estes três procuravam difundir as melodias afro-brasileiras e ritmos ouvidos em casas de culto e rodas de capoeira. Braga e seus colaboradores pretendiam usar a conferência como uma vitrine para a música afro-brasileira e assim organizaram uma audição no Conservatório do Recife, que abrangeu sete toadas inspiradas pela música do culto nagô. Além desta audição, no dia do encerramento, foi programada uma apresentação conjunta com a orquestra da brigada militar do Recife. De acordo com Williams, Diegues Júnior, influente músico do Recife e um dos principais organizadores do congresso, enfatizou a importância de reconhecer as origens africanas de grande parte da música popular do Brasil. Ele lamentava como as teorias de superioridade racial dominantes impediam a valorização dos ritmos africanos, raízes que sustentam a música brasileira, como por exemplo, o samba.¹³²

Para completar a agenda cultural do evento, Gilberto Freyre organizou um jantar exclusivamente com pratos afro-brasileiros. O próprio Freyre presidiu o banquete, realizado nos jardins da Escola Doméstica do Recife. Freyre usou esse banquete como uma oportunidade para destacar como a culinária africana influenciou a cozinha brasileira.¹³³

Em Recife, Ávila apresentou o trabalho *Contribuição ao estudo do índice de Lopicque: nota prévia*. Ávila inicia o texto explicando como é feita a tomada deste índice e como o seu criador, o antropólogo francês Luiz Lopicque, chegou até ele. O índice rádio-pélvico de Lopicque seria o quociente entre o comprimento do osso rádio e o diâmetro externo máximo da pélvis (bacia). O índice foi proposto em 1906 em conferência realizada na Sociedade Antropológica de Paris, com base na seguinte argumentação: *a macroesquelia aliada a dimensões menores da bacia, no sentido transversal, é uma característica do Negro africano, quase tão importante quanto o tipo de cabelo, índice nasal e índice*

¹³¹ WILLIAMS, Cari *Op Cit*, p. 17-18.

¹³² *Idem*, p. 19

¹³³ *Idem*, p. 20

bucal.¹³⁴ Ávila afirmou em seu estudo que o pequeno número de observações feitas por Lopicque, somente de 36, seria uma limitação. Segundo Ávila, Lopicque esteve no Brasil, tendo inclusive coletado mais medidas em negros brasileiros. Com isso, Lopicque concluiu que, para brancos, o índice seria menor que cem, sendo superior a este valor para negros.¹³⁵

Na segunda parte do texto, Ávila compara seus dados, coletados em escolares no Rio de Janeiro, com os pontos de corte sugeridos por Lopicque. Para tanto, investigou 163 alunos entre 6 e 15 anos de idade com ascendência africana avaliada principalmente pelo tipo de cabelo e cor da pele. O autor conclui o texto afirmando que o *índice de Lopicque, finalmente, ao lado de outros característicos raciaes – comprova a ascendência africana, ainda em indivíduos aparentemente de raça branca*.¹³⁶ Deste modo, Ávila concordava com as considerações de Gilberto Freyre e Roquette-Pinto em relação à mestiçagem como fator preponderante e positivo na população do Brasil.

A experiência de participação no congresso influenciou de certa forma os trabalhos posteriores de Ávila. Assim, logo após iniciou as pesquisas que iriam resultar no texto *O Negro em nosso meio escolar*, publicado três anos após a realização do evento. Ávila coletara fichas antropométricas de alunos negros entre sete e 15 anos de idade pertencentes ao sistema de ensino público do Rio do de Janeiro. A tese central do texto reafirma suas ideias expostas no Congresso do Recife, qual seja, de que, através do Índice de Lopicque, chegava-se à comprovação de que, por serem mestiços, os negros apresentavam traços de origem ancestral branca, fato que teria origem remota e que fora incorporado ao grupo racial respectivo.¹³⁷

No âmbito de seu estudo sobre os escolares negros, Ávila coletou dados sobre estatura, peso, altura tronco-cefálica e comprimento dos membros para averiguar distúrbios no crescimento e calcular o índice de Lopicque. Ávila chama atenção para o fato de o meio escolar pesquisado apresentar uma antropometria com dois tipos de negros, um em que o

¹³⁴ Ávila, José Bastos. Contribuição ao estudo do índice de Lopicque: nota prévia. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. Volume I. Editora Ariel, Rio de Janeiro, 1935. p. 31. Grifo do original.

¹³⁵ *Ibidem*

¹³⁶ ÁVILA, Jose Bastos (1937), *Op Cit*, p. 35

¹³⁷ ÁVILA, José Bastos. O negro em nosso meio escolar In: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Vol. II, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1937, p. 333.

índice de Lapicque é superior a cem, com estatura elevada, e outro com índice negativo e menor estatura. Essas observações estariam de acordo com as pesquisas de Roquette-Pinto em *Notas Sobre Typos Antropológicos*, texto que Ávila cita. O antropólogo cita parte em que Roquette-Pinto divide os melanodermos (negros) em dois tipos (maior e menor altura) onde o que tem maior altura estava perdendo espaço para o de menor. Isso, segundo Roquette-Pinto, estaria de acordo com as tribos negras advindas da África.¹³⁸

Segundo Williams, o congresso foi um marco nos estudos afro-brasileiros no país ao divulgar, esclarecer e incentivar trabalhos que abordavam de forma positiva a miscigenação e a contribuição do negro na sociedade brasileira. Ainda de acordo com esse autor, apesar de suscitar novos caminhos de pensamento sobre os estudos afro-brasileiros, em alguns dos trabalhos apresentados no congresso ainda ressoavam o racismo científico. Expressões como “sub-raça” ou “raça infeliz” indicavam que a dicotomia inferioridade-superioridade ainda existia entre a intelectualidade brasileira dos anos 30. No epílogo do segundo volume de trabalhos do congresso, foi prestada uma homenagem a Nina Rodrigues e foi incluída uma foto dele na publicação. Essa homenagem era relativa a Rodrigues como pioneiro nos estudos afro-brasileiros no final do século XIX, mas suas ideias reiteravam as teorias científicas racistas da época.¹³⁹

Neste sentido, Williams alega que algumas apresentações no Congresso ressoavam teorias racistas através de metodologias pseudocientíficas. Entre estas, o autor cita o trabalho de Ávila. De fato, o raciocínio de Ávila, em certos componentes, admite a existência de desigualdades entre as raças; contudo, ao mesmo tempo, evita o estabelecimento de hierarquias ou escalas baseadas em preceitos biológicos. Essas ambiguidades também são observadas em textos de Roquette-Pinto, como afirma Santos.¹⁴⁰ Assim, tanto em *O Negro em nosso meio escolar* quanto em *Contribuição ao*

¹³⁸ ROQUETTE-PINTO, Edgard, *Op cit*, p. 132 e ÁVILA, José Bastos. *Op Cit*, p. 336.-337

¹³⁹ *Idem*, p. 30

¹⁴⁰ De acordo com Santos, Roquette-Pinto apontaria a existência de desigualdades entre raças humanas. Seu raciocínio seria ambíguo, pois ao mesmo tempo que admitiria desigualdades, negaria hierarquizações. Com isso, Roquette-Pinto não chegou a propor uma completa desvinculação entre o orgânico/racial e o mental/social. SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do Século XX: Os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Orgs). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 123-144.

Estudo do índice de Lapicque, Ávila expõe que características antropométricas de negros podem ser encontradas em brancos e vice versa. Ecoando outros antropólogos, como é o caso de Roquette-Pinto, um argumento importante de Ávila é, portanto, mostrar o quanto a miscigenação estava presente na sociedade brasileira, e que isso não se fazia acompanhar de degeneração.

Fichas e Instrumentos Antropométricos

Para a realização dessas pesquisas e catalogação das medidas e dados coletados, Ávila contava com fichas antropométricas. As fichas antropométricas utilizadas em suas pesquisas com escolares foram elaboradas por Fróes da Fonseca para a Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Em outubro de 1927, Fróes da Fonseca apresentou as novas fichas antropológicas do Museu Nacional em artigo publicado no *Boletim do Museu Nacional*. No texto, Fonseca afirma que as fichas foram idealizadas de acordo com instruções de Roquette-Pinto, que naquele momento realizava pesquisas que resultariam no texto *Notas Sobre os Typos Antropológicos do Brasil*, que analisamos no capítulo anterior.

Ao propor as novas fichas, Fonseca pretendia ao mesmo tempo organizar as medidas antropométricas básicas em um único lugar e também agilizar os procedimentos de consulta. Assim, elenca os cinco princípios práticos que nortearam a elaboração das fichas. O primeiro seria um tamanho cômodo para facilitar o manuseio e futuras consultas rápidas. O segundo seria distribuir no espaço disponível das fichas as medidas mais úteis para o estabelecimento do tipo morfológico individual. O terceiro consistia em seriá-las para agilizar o trabalho antropométrico, leitura e futuras comparações com outras fichas. O quarto seria reunir de um lado da ficha o máximo de medidas obtidas diretamente, deixando para o verso as medidas e índices que se deduzem a partir da primeira e, por fim, dispor os dados numéricos de maneira a ser um catalisador de uma possível comparação em uma

série de fichas. As fichas tinham o tamanho de 4x6 polegadas, tamanho apropriado para os ficheiros aço existentes no Museu Nacional.¹⁴¹

A ficha escolar era disposta da seguinte maneira. Na face, na faixa superior, tinha ao centro as informações do laboratório que a emprega, no caso de Ávila, o de Antropologia do Museu Nacional, ficando à esquerda o número da ficha e à direita a data da coleta dos dados. A faixa subjacente continha espaços para nome do observado, nacionalidade, nacionalidade dos pais, sexo, idade, cor da pele, tipo e cor do cabelo, cor dos olhos e estado da dentição. O esquema em relação à dentição seria para a observação de pontos de cárie ou lesões. O espaço restante da ficha dedicava-se a todas as medidas antropométricas diretas tomadas a partir do antropômetro. Com este seriam tomadas medidas laterais esquerdas e direitas que afeririam medidas cefálicas, torácicas e de membros para constatar eventuais desvios de crescimento nos escolares. No verso do cartão, constariam os índices considerados mais importantes para Fonseca, que envolviam medidas das mãos e capacidade craniana. Por fim, havia espaço para observações especiais, foto da criança e impressão do polegar direito.¹⁴²

No que diz respeito à metodologia de coleta dos dados, Fonseca orienta o uso de instrumentos elaborados pelo antropólogo alemão Rudolf Martin. Isso reafirma a substituição progressiva dos aparelhos inventados pelo antropólogo francês Paul Broca, que entre fins do século XIX e início do século XX predominaram nos centros de investigação antropológica de todo o mundo, pelos instrumentos mais resistentes e menos dispendiosos de Martin.¹⁴³ Ávila utilizou o instrumental de Martin em suas pesquisas, como podemos observar em *Formas e dimensões da cabeça e Coeficiente de Cefalização*, texto que analisamos anteriormente.

O instrumental de Martin consiste em seis instrumentos que são considerados práticos e de fácil transporte por Fonseca. O primeiro seria o compasso de toque, que tem formato de ‘pinça’ e uma escala em centímetros acoplada em sua base que seria destinado à

¹⁴¹ FONSECA, Álvaro Fróes. As novas fichas antropológicas do Museu Nacional. In: *Boletim do Museu Nacional*. v.3, n. 3, set, 1927. p. 14-15.

¹⁴² FONSECA, *Op. Cit.*, p. 15-16

¹⁴³ SÁ, Guilherme José; SANTOS, Ricardo Ventura; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA Elizabeth. Crânios corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs) *Raça como Questão: História, Ciências e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, p. 117.

aferição da cefalometria, dimensões torácicas e pélvicas. O segundo seria o compasso de correção, contendo duas pontas e com um regulador para fixar a medida desejada, era utilizado para medidas laterais com espessura. Já o antropômetro combinava um mensurador de estatura com um compasso de barras. Continha um barra principal de metal separável em quatro partes que se ajustavam em uma escala de 200 mm e um cursor provido de correção transversal e uma régua graduada. O antropômetro era utilizado para medidas complexas e com bastante precisão. Outro instrumento era a fita métrica, para medidas superficiais, que deveria ser inextensível, de aço e retrátil. Ainda existia o goniômetro, instrumento com barra circular metrada (transferidor) acoplado a uma régua. Era utilizado para medidas angulares, entre elas o ângulo facial. Contudo, Fonseca argumenta que esta medida não consta na ficha escolar. Já que, para tal medida, exigia-se posição firme e rigorosa da cabeça, o que era difícil devido à agitação das crianças. Por fim, ainda existia o dinamômetro, instrumento parecido com uma “balança de mola”, utilizado para aferir dados de força muscular dos alunos.¹⁴⁴

Como podemos observar, a antropometria praticada por Ávila contava com os mais modernos aparelhos e instrumentos antropométricos daquele período. Possivelmente, as pesquisas anteriores de Roquette-Pinto sobre os tipos antropológicos do Brasil, que analisamos no capítulo anterior, ajudaram a sofisticar e aumentar o número de aparelhos antropométricos da Seção de Antropologia e Etnografia, propiciando, assim, melhores condições para as pesquisas de Ávila.

Em sua trajetória no Museu Nacional, além de realizar pesquisas antropométricas e fisiológicas, e ocupar a função de Professor, Ávila exerceu no fim de sua permanência na instituição o cargo de naturalista.

Bastos de Ávila: Naturalista

Ávila tornou-se naturalista interino da Seção de Antropologia e Etnografia em março de 1937. O Museu Nacional oferecia cursos e palestras regulares que envolviam história natural, antropologia e história do Brasil desde fins do século XIX. Com esses

¹⁴⁴ FONSECA, Álvaro Fróes da. *Op Cit*, p. 19-21.

curso, somados a sua experiência no laboratório de Antropologia, Ávila conseguiu essa posição depois de estar cinco anos oficialmente na instituição.

Como naturalista, Ávila passou a ter novas funções. Segundo o regulamento da Seção de Antropologia e Etnografia, a função de naturalista-ajudante era a de fazer excursões para aquisição de produtos e artefatos indígenas, entre outros, “ou para exame de quaisquer fenômenos, cujo estudo aproveite à instituição e à ciência”¹⁴⁵. Além de realizar excursões científicas, ficava incumbido de ajudar os diretores da seção na classificação das coleções e outros trabalhos técnicos.¹⁴⁶ Segundo Keuller, a partir das excursões, as pesquisas da 4ª Seção do Museu Nacional apresentavam como finalidade estudos de paleontologia humana, de arqueologia e etnografia regional, e de arqueologia indígena, ocorrendo em diferentes regiões do país. Ao longo da década de 1930, a Seção realizou sete expedições científicas.¹⁴⁷

Enquanto naturalista, Ávila excursionou pela região de Lagoa Santa, Minas Gerais, no primeiro semestre de 1937. A partir de cartas enviadas a Roquette-Pinto, então Diretor do Museu Nacional e do Relatório de viagem apresentado em setembro de 1937 ao mesmo, iremos reconstruir a expedição e o trabalho de campo de Ávila.

A expedição tinha por destino cavernas e grutas da Fazenda Nova Granja, no Vale do Rio das Velhas, que abrange a região de Lagoa Santa e adjacências. Esses estudos foram realizados através de parceria de duas divisões do Museu Nacional: a de Estratigrafia, representada por Ruy de Lima e Silva e Ney Vidal, e a de Antropologia, representada por Ávila. A motivação da expedição fora a comunicação proferida por José Machado em 1936, na qual o antropólogo se referiu a ossadas descobertas nas propriedades de seu pai. Logo após a comunicação, o local foi visitado por Ruy de Lima e Ávila, que o julgaram dignos de estudo, principalmente as cavernas e lapas denominadas “Carrancas”. José Machado ainda escreveu que, após as atividades de pesquisa paleontológica de Lund no

¹⁴⁵ KEULLER, *Op Cit*, p. 78

¹⁴⁶ *Idem*, p. 79

¹⁴⁷ *Idem*, p. 194 e 195. Ver Tabela: Expedições Científicas da 4ª Seção do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1926-1935)

século XIX, essas lapas não foram mais trabalhadas, circunstância que as tornava ainda mais interessantes e um bom campo de estudos.¹⁴⁸

Entretanto, já de início, a expedição encontrou problemas relativos à situação e manutenção das cavernas. Em carta enviada à Roquette-Pinto em março de 1937, Ávila expõe as péssimas condições de pesquisa e os motivos que o fizera procurar outras cavernas para exploração. Comentou que os trabalhos de exploração realizados nas cavernas e grutas de Lagoa Santa e Nova Granja foram prejudicados devido a escavações e revolvimento do solo praticados por exploradores anteriores que possivelmente usaram técnicas e métodos desaconselháveis:

à orientação e fundamento de futuras pesquisas rigorosas, devido a alterações e destruição de elementos fundamentais à ordem dos estudos dessa natureza, tais como – deslocamento de materiais de um ponto para o outro, escavações abandonadas deixadas descobertas e expostas à invasão de águas; introdução de elementos estranhos ao local deixados pelos pesquisadores (...) alterando aspectos primitivos (...) criando dúvidas, induzindo ao erro, dificultando pesquisas posteriores quando não tornando-as de êxito duvidoso e mesmo impossível.¹⁴⁹

No fim da carta, Ávila alerta para a existência de inúmeros naturalistas estrangeiros que percorriam o território nacional coletando material não só para abastecimento de seus institutos, mas também para venderem esses artigos em mercados negros de artes. Com isso desrespeitariam a legislação referente à proteção da riqueza natural do país provocando devastações e prejudicando pesquisas posteriores. Ávila termina reafirmando este fato como o principal motivo para o deslocamento de suas pesquisas para as zonas de Montes Claros e Serra do Cabral.

Mesmo com esses contratempos, Ávila conseguiu realizar sua expedição. No Relatório enviado à Seção em outubro de 1937, descreve a pesquisa como um diário de campo. Divide o relatório em duas partes: a primeira é uma exposição geral dos

¹⁴⁸ Correspondência e relatório dos trabalhos de exploração realizados por Bastos de Ávila e Ney Vidal na Gruta de Carrancas, em Minas Gerais, em 1937. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. AF. T.1.1.012.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 2

equipamentos utilizados e a segunda um resumo dos trabalhos executados. Anexos incluem fotos e plantas dos terrenos pesquisados.

Na primeira parte, Ávila afirma que, antes do início da expedição, precisou comprar material adequado como apetrechos de exploração, material fotográfico, aparelhos de iluminação de cavernas e ferramentas de sapa. Entretanto, ainda teve que improvisar material de exploração a partir de peças utilizadas na lavoura, como enxadas. Ávila ainda relata que contratou pessoal auxiliar para as explorações nas cavernas. Eram homens da lavoura que precisavam ser iniciados em algumas práticas do trabalho, que Ávila ressaltou que foi conseguido em pouco tempo, graças à boa vontade e inteligência dessas pessoas. Destaca que essas qualidades foram encontradas em todas as pessoas naturais do interior que ele encontrara e que não aconteceu nenhum acidente durante as escavações.

Na segunda parte do relatório, Ávila faz descrição pormenorizada de todo o terreno da região de Nova Granja, citando suas características geológicas e vegetativas. Também descreve as cavernas exploradas, denominadas “Carrancas”. Ao todo, a expedição recolhera: um crânio fragmentado (provavelmente de “botocudos”, segundo Ávila), inúmeros fragmentos ósseos, um machado de pedra polida, fragmentos de pontas de flechas, material geológico da caverna para estudos posteriores, e outro crânio (sem identificação) quase completo¹⁵⁰.

Enfim, ao longo deste capítulo, buscamos analisar os textos, as pesquisas desenvolvidas e as técnicas e práticas antropométricas utilizadas por José Bastos de Ávila em sua trajetória no Museu Nacional. Evidenciamos que Ávila, assim como Roquette-Pinto, insere-se em um movimento de afastamento, mesmo que não totalmente, das teses deterministas em voga no período que desqualificavam os mestiços e os não europeus. Esse movimento pensou o Brasil através do nacionalismo e da antropologia salientando que a viabilidade do país enquanto nação moderna aconteceria a partir da busca de soluções para problemas nacionais concretos por meio da ciência.¹⁵¹ Esta evidenciaria que a causa da “degeneração” do povo brasileiro não estaria em seu estoque biológico, mas sim na falta de políticas públicas adequadas, principalmente no que diz respeito à saúde e à educação.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 16-17

¹⁵¹ SANTOS, Ricardo Ventura, *Op Cit*, p. 91

Assim, Roquette-Pinto vai ter papel ativo na construção de políticas públicas voltadas principalmente para a educação popular.¹⁵²

Em 1933, Ávila foi convidado por Anísio Teixeira, chefe do Departamento de Instrução Pública do Rio de Janeiro, para integrar o recém criado Instituto de Pesquisas Educacionais (I.P.E). Contudo, o I.P.E só iniciou suas atividades em 1935. Assim, entre 1935 e 1938, Ávila dividiu seu tempo entre o I.P.E e suas atividades no Museu Nacional. Em 1938, pediu exoneração de seu cargo para se dedicar de forma exclusiva ao I.P.E. Ao sair, recebeu o título de Professor Honorário, concedido pela Congregação do Museu Nacional. No I.P.E, Ávila assumiu a direção da Seção de Antropometria, que tinha como objetivo imediato o estudo do desenvolvimento físico do escolar para auxiliar as políticas públicas a serem implementadas pelo Departamento de Instrução Pública.¹⁵³ Em relatório enviado à Lourenço Filho, chefe do I.P.E, em 1936, Ávila ressaltava que o trabalho da Seção era de antropologia física, em que todos os dados eram coligidos sob a mesma orientação técnica, instrumental de precisão científica e por funcionários experientes e especializados. Em longo prazo, Ávila apresentou quatro objetivos a serem cumpridos pela Seção: instalação do laboratório de antropometria, organização de uma ficha antropométrica escolar, preparo técnico dos auxiliares e a realização de um estudo em torno do coeficiente de cefalização de Dubois e sobre o desenvolvimento do escolar.¹⁵⁴ Ao todo, Ávila permaneceu por mais de 10 anos no I.P.E e deu continuidade às suas pesquisas em escolares, tendo assim toda rede municipal pública de ensino à sua disposição para coletar dados antropométricos e, assim, obter “matérias-primas” para seus estudos.

Entretanto, além de todos esses estudos e pesquisas antropométricas, a carreira de Ávila reserva um fato interessante e inusitado. Em 1933, foi premiado pela Academia Brasileira de Letras com o romance *No Pacoval de Carimbé*. No próximo capítulo, iremos

¹⁵² Para maiores informações acerca da atuação de Roquette-Pinto em iniciativas educacionais como por exemplo rádio e cinema educativo, ver LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

¹⁵³ Para mais informações acerca das políticas educacionais implementadas por Anísio Teixeira na rede de ensino público do Rio de Janeiro na década de 1930 ver D'ÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura. Política Social e racial no Brasil. 1917-1945*. São Paulo: UNESP, 2006.

¹⁵⁴ Arquivo Pessoal Lourenço Filho - Documentos relativos ao Instituto de Pesquisas Educacionais contendo relatórios e material administrativo; e um esboço para a elaboração de um livro sobre a educação na América Latina. Rio de Janeiro. Microfilme: Rolo 7- Fot 1 a 79 – Arquivo do CPDOC/FGV.

analisar este romance e observar como, a partir deste, Ávila nos revela ainda mais sobre sua visão acerca do Brasil.

Capítulo III: *No Pacoval de Carimbé*

Ávila ganhou em 1932 o prêmio Ramos Paz, oferecido pela Academia Brasileira de Letras, com o romance *No Pacoval de Carimbé*. O romance, em tom de aventura, descreve a expedição científica realizada pela Srta. Lúcia de Abreu à Ilha de Marajó, no Pará. A viagem é cheia de surpresas, percalços, armadilhas e ciladas, que a levou ao “Pacoval de Carimbé”, lugar onde estariam relíquias da arte indígena marajoara. Tais relíquias, a partir dos anos 1870, passaram a ser mencionadas nos meios científicos nacionais e internacionais. Neste capítulo faremos uma breve exposição do conteúdo do livro de Ávila, analisando-o e também ressaltando os momentos em que Ávila articula no texto e através dos personagens sua visão e interpretação da sociedade brasileira daquele período.

No Pacoval de Carimbé: Uma interpretação do Brasil

Ávila inicia o livro apresentando a personagem principal, Lúcia de Abreu, professora do Setor de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, especialista em cerâmica marajoara. Ela teria enriquecido o acervo do Museu com “belíssimas peças de valor incalculável que lançam luz sobre hábitos e cultura dos primitivos habitantes da ilha de Marajó.”¹⁵⁵ Seus estudos estariam sendo divulgados nos meios científicos e pela imprensa, com ampla repercussão nacional e internacional. Ávila descreve Lúcia de Abreu realizando palestra no salão nobre da Biblioteca Nacional, onde projeta exemplares da coleção do Museu chamando atenção para seus detalhes e desenhos. Na ocasião, a antropóloga fala que a coleção era maior, mas, por ocasião da Exposição Universal de Paris, quando o Museu Nacional enviara parte do acervo para ser exposto, voltou danificada, vítima de mau acondicionamento. Lúcia considerou que isso seria um prejuízo para a história da humanidade, considerando a importância da coleção para o período pré-colombiano. No texto, Ávila transparece que esse fato acontecera na vida real. De fato, em 1888, consta em relatório que Ladislau Netto enviou objetos cerâmicos de Marajó para o VII Congresso de Americanistas sediado em Berlim, quando alguns teriam se perdido. Depois, os mesmos (os que restaram da coleção) teriam sido expostos na seção brasileira da Exposição Universal de Paris em 1889.¹⁵⁶

Prosseguindo, Ávila disserta sobre o ambiente de trabalho de Lúcia, o laboratório de antropologia do Museu Nacional, o qual descreve em detalhes. Narra a alegria de Lúcia ao receber carta autorizando sua excursão para Marajó e seu diálogo com Roquette-Pinto, o diretor do Museu.¹⁵⁷ O autor descreve a preparação de dois meses para a expedição, incluindo visitas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para procurar mapas, documentos e relatórios sobre Marajó. Contudo, o documento mais importante ela havia encontrado em um antigo acervo de Ladislau Netto, pertencente a sua sobrinha. Era um roteiro incompleto de uma expedição à Ilha de Marajó que continha informações detalhadas sobre a região. Na sequência, o autor expõe o itinerário da viagem de Lúcia, onde o primeiro trecho, até Recife, seria de avião e o restante de barco.

¹⁵⁵ Ávila, José Bastos. *No Pacoval de Carimbé*. Rio de Janeiro: Calvino, 1933. p. 11.

¹⁵⁶ KEULLER, *Op Cit*, p. 70-71

¹⁵⁷ Roquette-Pinto e Ladislau Netto são os únicos personagens que Ávila faz alusão diretamente, sem uso de pseudônimos.

No avião, Lúcia tem como companheiro de viagem Pedro Rebouças, jornalista do *Diário de São Paulo*, com quem trava longos diálogos. Nestes, podemos perceber que Ávila, juntamente com sua opinião, insere temas que permeavam a sociedade brasileira do período. Na primeira cena, Lúcia ainda esperava o avião, enquanto conversa com Pedro Rebouças e Roquette-Pinto. Ela pergunta a Rebouças quais impressões ele teria acerca do interior do país que ele visitara anteriormente:

Infelizmente minha senhora, as mais desconsoladoras; no sul, como no centro chama atenção do viajante o abandono entristecedor em que vive nossa gente. Sem higiene, sem instrução, entregue á rotina, é de admirar que já não esteja de todo degenerada; é que o cerne é realmente ótimo. Provavelmente o mesmo espetáculo desalentador me aguarda no Norte desconhecido...¹⁵⁸

Assim que pronuncia estas palavras, Rebouças é interrompido por Roquette-Pinto, que diz que ele é um pessimista e que os estados das regiões mencionadas continham “trabalhadores incansáveis, sentinelas avançadas de nossa terra.”¹⁵⁹ Do mesmo modo, Rebouças interpela Roquette-Pinto para se justificar:

Meu caro Diretor, refiro-me ao povo, ao brasileiro que sofre e que trabalha, e que não tem uma escola para mandar o filho aprender aquilo que ele também ignora e que o libertaria do sofrimento e da miséria. (...) Como sanar o mal? O problema na aparência complexo, se resolveria, penso eu, naturalmente, suavemente, dentro da ordem, com uma administração sadia e forte de boa vontade e de sã consciência. Administradores eis o que nos tem faltado (...) Para cúmulo dos males, a política interesseira e mesquinha, sem dúvida a maior praga do Brasil, pior que a saúva e mais nefasta que as secas, aí está vigilante para abafar as iniciativas felizes de alguns patriotas inspirados.¹⁶⁰

Na sequência, Rebouças afirma que o Brasil deveria ter uma divisão territorial diferente, com menos estados e câmaras, onde se economizariam divisas que poderiam ser

¹⁵⁸ ÁVILA, José Bastos. (1933) *Op Cit*, p. 35

¹⁵⁹ *Ibidem*

¹⁶⁰ *Idem*, p. 35-36

investidas em mais escolas e hospitais. Além disso, cada estado teria sua faixa de litoral e sertão, de modo que “não haveria lugar para bairrismo, pois todos seriam brasileiros”. Ele dá os exemplos dos estados de Sergipe e Amazonas:

Impõe-se outra divisão política para nossa terra; eu não posso compreender um Estado como Sergipe, por exemplo, pequenino, parco de recursos, se és que os tem, mantendo uma Câmara dos Deputados, polícia.....E ao lado de Sergipe, o Amazonas, um mundo desabitado, mas também empobrecido em meio a riquezas sem par.... O Brasil apresenta duas zonas distintas, a do litoral em que domina o comércio, [e] a do *hinterland* ou sertão em que devia dominar a agricultura. Sergipe tem litoral, mas não tem sertão suficiente, o Amazonas é todo um sertão sem litoral; aqui um corpo sem cabeça; ali uma cabeça sem corpo...Destarte, cada Estado teria sua faixa de litoral e de sertão; punha-se um ponto final nas questões irritantes de limites entre Estados da mesma pátria...o maior benefício seria sem dúvida [em] fecharem-se as câmaras e os senados quixotescos, liquidarem-se os governos fantasia, revertendo para o povo em escolas e hospitais as dotações orçamentárias.¹⁶¹

Compreendemos que Ávila, através de Rebouças, expõe ideias presentes na campanha pelo saneamento rural, deflagrada na primeira década do século XX, que teve papel importante na construção de argumentos relativos aos contrastes no território e na sociedade brasileira. Com um discurso científico que dava às condições de saúde lugar privilegiado, a campanha contribuiu para revisar as teses sobre a inferioridade racial dos brasileiros, principalmente dos mestiços. As imagens sobre o Brasil construídas por essa campanha “acentuavam o abandono das populações do interior pelas elites intelectuais e políticas do país; não se tratava propriamente de atraso dos sertões, mas de desprezo pelos sertões por parte daqueles que viviam enredados no parasitismo litorâneo”.¹⁶²

Ávila ainda faz referência a *Os Sertões*, obra de Euclides da Cunha. A personagem Lúcia de Abreu, que encontrou trecho incompleto de roteiro de viagem escrito por Ladislau Netto, após buscas adicionais encontrou o restante do roteiro que levaria ao “Pacoval de Carimbé”. O interessante é que o tal roteiro foi encontrado dentro de um exemplar de *Os*

¹⁶¹ *Idem*, p. 36-38

¹⁶²LIMA Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p. 208

Sertões, que pertencia ao Professor Henrique Robertson, personagem que ciceroneou a antropóloga em sua escala no Recife.¹⁶³

De fato, *Os Sertões* era uma obra de referência para os intelectuais da campanha do saneamento. De acordo com Lima & Hochman, em *Os Sertões* destacam-se elementos de força e de fragilidade em que o sertanejo seria um forte, mas também carente de civilização. Nesta obra seria destacada a importância do conhecimento empírico do país, o que seria premissa para os intelectuais que aderiram à campanha do saneamento. Assim, viagens científicas pelo interior do país são apontadas como ponto de origem de sua interpretação. A principal referência é a “*Viagem científica pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Pará e de Norte a Sul de Goiás*”, organizada pelo Instituto Oswaldo Cruz. Esta viagem percorreu durante sete meses áreas assoladas pela seca e que eram praticamente desconhecidas por naturalistas estrangeiros. Além de informações sobre clima, fauna e flora, o relatório apresenta, em detalhes, as doenças que afetavam homens e atividades pecuárias. O relatório dessa viagem, escrito por Belisário Penna, tem como forte a ideia do abandono da população do Brasil Central. Esta seria uma população esquecida, abandonada e doente, mas que em algumas regiões ainda se apresentava robusta e resistente. Deste modo, o quadro de isolamento era responsável pela ausência de qualquer sentimento de identidade nacional que seria acentuado pelo abandono do governo federal, cuja presença só era sentida nos aspectos coercitivos.¹⁶⁴ Assim, seria a esse abandono que Ávila faz referência quando fala dos “males da política interesseira e mesquinha” que estariam prejudicando o país e ajudando a difundir o sofrimento e a miséria.

Como também podemos observar, Ávila, em sua interpretação, concebe o Brasil na perspectiva dual presente em *Os Sertões* e que inspirara o movimento sanitarista das primeiras décadas do século XX. De acordo com Lima, sertão e litoral representariam os contrastes de uma sociedade vista como um problema a ser investigado e objeto de diferentes tentativas de interpretação. Assim, existiria uma corrente de pensamento voltada

¹⁶³ Provavelmente Ávila homenageou o arqueólogo do Museu Nacional Jorge Padberg Drenkpol, que tinha ascendência alemã e fizera vários trabalhos sobre indígenas sul-americanos e excursionou em Marajó e Lagoa Santa entre as décadas de 1930 e 1940

¹⁶⁴ LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil redescoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.p. 28-30.

para o tema da “incorporação dos sertões”, em que autores como Euclides da Cunha, Belisário Penna, Roquette-Pinto, Monteiro Lobato, entre outros, criaram imagens fortes e duradouras acerca do homem do interior, além de apresentarem propostas como as do saneamento do Brasil, da educação enquanto meio de incorporação social e do desenvolvimento de uma etnografia sertaneja.¹⁶⁵ Destarte, como observamos no texto, Ávila compartilha a concepção do sertão como um dos pólos que contraporía o atraso com o moderno. O sertão seria a ideia de distância em relação ao poder público e projetos modernizadores. Como destaca Lima, uma boa tradução dessa concepção é imagem criada pelo médico e romancista Afrânio Peixoto, de que o sertão não estaria nos confins do Brasil, mas também no Rio de Janeiro, ou melhor, ele começaria onde terminava a Avenida Central¹⁶⁶. De fato, enquanto médico escolar na década de 1920 e em suas pesquisas antropométricas em escolares na década de 1930, como observamos no capítulo anterior, Ávila de certa forma “visitou” os sertões evidenciados por Peixoto, onde constatou más condições sanitárias e de vida dos estudantes dos subúrbios cariocas e como elas prejudicavam o desenvolvimento físico e intelectual destes.

Como já ressaltamos, Roquette-Pinto, presente no diálogo imaginado por Ávila, também se envolveu no âmbito político e intelectual no projeto de redenção nacional de inícios do século XX que foi ampliado pelo movimento sanitário. Roquette-Pinto participou da Liga Pró-Saneamento do Brasil que levou à criação de postos de profilaxia rural e pela centralização dos serviços de saúde, que foi alcançada em 1919 com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Seus trabalhos tinham intensa preocupação com a saúde e a educação da população, em que a inferioridade propalada por ideários racistas estariam no âmbito ambiental/social e não no biológico/racial.¹⁶⁷ Como observamos no capítulo anterior, Em *Notas sobre tipos antropológicos* concluiu que nenhum dos tipos populacionais brasileiros por ele pesquisado possuía alguma degeneração antropológica. Conclui que

¹⁶⁵ LIMA Nísia Trindade. *Op. Cit.*, p. 17

¹⁶⁶ *Idem*, p. 60

¹⁶⁷ SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do Século XX: Os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Orgs). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 134

o número de indivíduos somaticamente deficientes em algumas regiões do país é realmente considerável. Isso, porém, não corre por conta de qualquer fator de ordem racial; deriva de causas patológicas cuja remoção na maioria dos casos independe da antropologia. É questão de política sanitária e educativa.¹⁶⁸

Outra questão a que Ávila faz alusão em seu texto é a política imigratória. Enquanto a personagem Lúcia de Abreu observa a beleza do país através da janela do avião, Ávila narra:

Afinal, como Francisco I, também não vira o testamento em que o Soberano Senhor de todas as coisas, fizera doação aos Brasileiros de todos aqueles latifúndios inexplorados que estavam a desafiar as iniciativas de homens de boa vontade. E isto em pleno século de super-população dos grandes centros europeus e asiáticos. O bom senso aconselha uma política imigratória sob o *controle* nacional, enquanto fosse tempo; porque dia soará em que a imigração se há de fazer com *controle* ou sem ele, por bem ou por mal. Esta, a dura verdade. Duas cadeiras adiante, os Americanos dormiam a sono alto. – Aqueles dois, refletia a Srta Lúcia de Abreu, já são do que vêm sem serem chamados.¹⁶⁹

A questão imigratória permeou o ambiente intelectual e político nas primeiras décadas do século XX. Medidas e critérios relacionados à restrição à imigração foram amplamente debatidos e pensados nesses meios. Assim, no I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929, do qual Ávila participou¹⁷⁰, o médico Azevedo Amaral defendeu a criação de práticas que restringissem a entrada de imigrantes no Brasil. Para o médico, um país como o Brasil teria que adotar medidas restritivas em

¹⁶⁸ROQUETTE-PINTO, Edgard. Nota sobre typos antropológicos do Brasil. In: *Actas e Trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, 1929, p. 146

¹⁶⁹ÁVILA, José Bastos, *Op Cit*, p. 47. Grifos do original.

¹⁷⁰ *Listagem dos inscritos no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia* (Datilografado). Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional/MAST – Série 4: Eventos, subsérie 1: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia: AF.T.4.1.001. Nos documentos da secretaria deste congresso, também presentes neste acervo, consta que Ávila apenas participou do Congresso, estando presente em suas seções, mas sem ter apresentado trabalho ou palestra.

nome dos “interesses da raça” e contar com o aumento natural da população para o povoamento do território. Amaral afirmou que não queria suspender a imigração, mas sim evitar a entrada de elementos “inferiores” que sobrecarregam um contingente “lastimável de atraso e perturbação social”. O autor dizia que uma política rigorosa de seleção imigratória não teria consequências negativas comparadas à “ruína racial” proporcionada pela imigração “promíscua”.¹⁷¹ Roquette-Pinto, presidente do Congresso, foi o principal opositor das ideias de Amaral, principalmente quanto aos critérios raciais sugeridos por ele para a regulação imigratória e sua visão negativa acerca da miscigenação. Em *Notas sobre tipos Antropológicos do Brasil*, apresentado durante o Congresso, Roquette-Pinto afirmou, como já salientamos, que o mestiço teria plenas condições de povoar o país e não apresentaria degeneração.¹⁷²

De fato, na citação acima, Ávila faz menção à “super-população dos centros europeus e asiáticos” e como isso poderia de certa forma demandar uma política de controle imigratório que visasse proteger o país. Como aponta Ramos, entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a diplomacia brasileira se esforçou para manter e difundir uma imagem positiva do Brasil junto ao público europeu e, em menor medida, ao norte-americano, através de livros e exposições com o objetivo de atrair capitais e imigrantes. Esta propaganda foi um dos instrumentos utilizados para atrair populações que, enquanto minorias no interior dos estados nacionais construídos e destruídos desde o século XIX, viviam perseguições religiosas ou étnicas e migravam entre diversos pontos da Europa por conta das constantes redefinições de fronteiras e lealdade políticas. Assim, essas pessoas eram atraídas pela perspectiva de reconstruírem suas vidas fora da Europa.¹⁷³

Entretanto, essas ofertas atraíram também imigrantes japoneses, que chegaram ao país nas primeiras décadas do século XX e também negros dos Estados Unidos. A princípio, esses imigrantes de países considerados civilizados e com boa experiência com trabalho livre deveriam se encaixar nos objetivos da política imigratória, como destaca

¹⁷¹ AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. *Actas e Trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia*. In: p. 233

¹⁷² ROQUETTE-PINTO, Edgard, *Ibidem*

¹⁷³ RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vem com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 59

Ramos. Destarte, a realidade da imigração japonesa e a possibilidade da imigração negra receberam críticas em função dos supostos riscos aos quais o Brasil estava exposto pela falta de controle sobre a entrada de imigrantes, principalmente negros e amarelos. A justificava para esses riscos iam desde critérios raciais até questões relacionadas à assimilação na cultura brasileira desses povos. Assim, como afirma Ramos, criou-se a categoria de “imigrante indesejável”, que qualificou negativamente populações e indivíduos e foi estruturada numa série de critérios que vão da raça às convicções políticas dos imigrantes.¹⁷⁴

Outra passagem em que Ávila expressa forte tom nacionalista é quando a personagem Lúcia de Abreu e Pedro Rebouças fazem escala na Bahia e saem para um almoço em Salvador. O autor censura o descaso dos brasileiros pelos produtos regionais característicos do país, quando os personagens não encontram pratos típicos da culinária baiana no restaurante em que fazem a refeição:

O Dr. Rebouças, de carta em punho, tirou-a da absorção em que estava mergulhada:

– Até parece que vamos almoçar na “Rotisserie” à Rua Gonçalves Dias...ou em qualquer *grill room* elegante de Paris ou de Londres. E eu que já tinha feito meus projetos...

– É um elogio ou uma censura que está fazendo à Bahia? indagou displicente a Srta Lúcia de Abreu.

– Claro que é uma censura, minha Senhora! Onde está a velha Bahia, aquela Bahia que todos conhecemos pelos menos de tradição?! A Bahia do *cururu*, do *efó*, do *bobó*, do *vatapá*, da *moqueca*, do *abará*, do *acarajé*, das *frigideiras de camarão*?!.....Na Europa, quando se visitam suas cidades, percebe-se o interesse com que são exibidos os produtos locais, característicos da terra.....O garçom, de volta, distribuía os pratos solicitados:

– Que vão tomar, perguntou, vinho, cerveja?

– Traga-nos água de côco, geladinha.

– Ah! queira desculpar, não temos água de côco

– Está vendo?!Excelentíssima, não temos água de côco.....Mas afinal, Professora, não tem a Senhora a impressão dolorosa de que nós brasileiros não ligamos às nossas coisas? De que vivemos uma vida que não [é] aquela que deveríamos viver?¹⁷⁵

¹⁷⁴ *Idem*, p. 60

¹⁷⁵ ÁVILA, José Bastos de. *Op Cit*, p. 56-59. Grifos do original.

O mesmo descaso reservado à culinária local se entenderia para as instituições científicas localizadas fora do centro do país. A descrição do Museu Nacional feita por Ávila, como vimos anteriormente, seria totalmente diferente da descrição feita do Museu Goeldi, no Pará, que foi descrito a partir de seus abandonos e problemas¹⁷⁶:

A Srta Lúcia de Abreu tomou o auto defronte ao teatro da Paz e mandou tocar para o Museu Goeldi.....Um jardim quase abandonado o cercava, belo não obstante, pelas belas árvores que lhe davam sombra. Alguns animais, aves e roedores, o povoaram fugindo ariscos à vista dos raros visitantes....Se Goeldi....pudesse imaginar a que estado de decadência vai descambando o monumento gigantesco que criou, talvez do ímpeto de sua indignação cobrasse forças e animo para de novo trocar a névoa de sua pátria pela luminosidade da Amazônia, e tentasse salvar do desmoronamento total, a obra a que tinha consagrado esforços de sua vida... A Professora preferiu conservar-se incógnita; como qualquer curioso anônimo percorreu as galerias desertas e abandonadas do Museu...faltavam ali o espírito agudo e a mão carinhosa que desse outro brilho àqueles tesouros desconhecidos, realçando-lhes o valor real¹⁷⁷

Outro exemplo do nacionalismo expresso por Ávila seria na escolha dos “vilões” do romance. Enquanto a heroína é uma cientista nacional, os vilões são estrangeiros (alemães) que queriam chegar primeiro do que Lúcia ao local onde estavam as cerâmicas marajoaras e as retirar para vendê-las no mercado negro.

Lúcia de Abreu, depois de viajar por ar e por mar, chega à Ilha de Marajó, onde tem a ajuda de um descendente marajoara para chegar ao “Pacoval de Carimbé”. Carlos Dumpel, um contrabandista alemão, tentou impedir a chegada de Lúcia ao referido lugar construindo ciladas e armadilhas. Contudo, ele morre em um desses intentos e Lúcia chega finalmente a seu destino, onde recolhe grande quantidade de objetos que enriqueceriam a coleção do Museu Nacional. Contudo, uma grande enxurrada leva todos os materiais, impedindo a pesquisadora de retornar com seus achados.

¹⁷⁶ CORREA, Mariza, *Op Cit*, p. 72, também chama a atenção para essa passagem do texto de Ávila, onde o autor descreve de formas diferentes as duas instituições.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 103-106

Portanto, *No Pacoval do Carimbé*, Bastos de Ávila discute e interpreta aspectos da sociedade brasileira, abordando questões proeminentes daquele período.¹⁷⁸ Educação, saúde e uma política de valorização do “bem nacional” seriam vitais para o desenvolvimento do país. Em seu romance, Ávila lança mão de ideias e perspectivas que estavam presentes nos discursos e nos trabalhos daqueles que faziam juntamente com ele a antropologia no Museu Nacional, como Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca.

No Pacoval do Carimbé também pode ser interpretado como um retrato do “fazer ciência” naquele período no Brasil. Assim, relata desde a demora de Lúcia de Abreu para conseguir autorização e financiamento para a viagem, a expedição que se torna uma aventura a partir das dificuldades que vão desde a pane no hidroavião que a levava até o seu destino até a improvisação de ferramentas e falta de material humano para auxílio nas escavações. O autor também revela o perigo dos contrabandistas que viriam ao país roubar peças arqueológicas e obter lucros com o comércio e venda ilegais destas.

Destarte, *No Pacoval de Carimbé* não é de todo uma aventura fictícia, fruto da imaginação do autor. A personagem de Lúcia de Abreu é certamente inspirada em Heloísa Alberto Torres, naturalista e companheira de pesquisas de Bastos de Ávila na Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional e que viria a ser futura diretora deste.

Ribeiro, em uma busca no acervo pessoal de Heloísa Alberto Torres, “matara a charada” se alguma dúvida ainda restasse sobre a identidade real da personagem do premiado romance. Neste arquivo encontra-se o caderno de campo da viagem a Marajó, permitindo uma compreensão mais exata dos acontecimentos. Nele, encontram-se desenhos e mapas – feitos a mão, pela autora – de arquipélagos e logradouros a serem visitados. Somam-se aos mapas e às ilustrações referentes a animais, comidas, peixes, bem como observações acerca da cultura local e relatos de superstições nativas. Nas páginas do caderno está um diário da viagem iniciada em 25 de julho de 1930, partindo do Rio de Janeiro para a Bahia, a bordo do *Duque de Caxias*, atravessando Maceió, Recife, Fortaleza, Belém e alguns lugarejos no interior da Amazônia – Catarina Chaves, Mexiana, Nazareth, Ananatuba, Montenegro, Pacoval de Cururu, entre outros. A viagem durou de 25 de julho a 10 de outubro. No caderno, registram-se ainda os trabalhos de escavação nas covas, o

¹⁷⁸ Pautamos a ideia de “interpretação do Brasil” em BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. Apresentação. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.) *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 13

levantamento e o acondicionamento do material cerâmico, levado para as coleções do Museu Nacional. Em seu regresso ao Rio de Janeiro, Heloísa Alberto Torres proferiu uma conferência sobre a arte marajoara, na Escola Nacional de Belas Artes.¹⁷⁹ A seguir, analisaremos a trajetória de Heloísa Alberto Torres, que inspirou a personagem principal do romance de Ávila.

Heloísa Alberto Torres

Heloísa Alberto Torres teve presença marcante no cenário antropológico brasileiro na primeira metade do século XX e também papel fundamental na formação de jovens pesquisadores através da experiência de pesquisa de campo e no desenvolvimento da etnologia. Além disso, suas pesquisas envolvendo práticas culturais indígenas, principalmente a arte cerâmica, foram reconhecidas em várias partes do mundo, principalmente nos EUA, onde firmou sólida relação acadêmica a partir dos anos 1940, que foi capital para a afirmação e especialização da antropologia neste período.

Heloísa era de filha de Alberto de Seixas Martins Torres, renomado político brasileiro na passagem entre os séculos XIX e XX. Formado em Direito, Alberto Torres iniciou sua carreira como líder abolicionista eleito para a Constituinte Fluminense em 1890 e, depois, na Câmara Federal em 1893. Foi Ministro da Justiça aos trinta anos no governo Prudente de Moraes, entre 1896 a 1898. Afastou-se desse cargo para assumir a presidência do Estado do Rio de Janeiro entre 1897 e 1900. Encerrou a carreira política sendo nomeado Ministro do Supremo Tribunal. Suas obras mais importantes foram: *A Organização Nacional* e *O Problema Nacional Brasileiro*.¹⁸⁰ De acordo com Ribeiro, Alberto Torres tinha hábito de realizar reuniões em sua casa com amigos que ao mesmo tempo faziam parte da intelectualidade brasileira: Oliveira Vianna, Alcides Gentil, Antonio Torres, Carlos

¹⁷⁹ RIBEIRO, Ana Miglievich. Uma mulher intelectual em tempos pioneiros: Heloísa Alberto Torres, nação e a formação das ciências sociais brasileiras. In: *Onteiaiken. Boletim sobre Prácticas y estúdios de Acción Colectiva*. Universidade Nacional de Córdoba. nº10, Ano 5, Córdoba, Novembro de 2010, p. 1

¹⁸⁰ RIBEIRO, Ana Miglievich. *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 30

Pontes Mendonça Pinto e o jovem naturalista Roquette-Pinto, que mais tarde seria uma figura de grande influência intelectual no trabalho de Heloísa.¹⁸¹

Com isso, Heloísa se aproximou, ainda cedo, desta intelectualidade que seria influente em sua futura carreira profissional. Ainda adolescente, também teve a tarefa de tomar conta da biblioteca de seu pai, entrando em contato com livros que mais tarde lhe seriam úteis. Com a morte do pai, ela herdou com sua irmã os livros de Antropologia, Sociologia e Ética. Para Ribeiro, Heloísa tinha na figura do pai o modelo de intelectual e homem público que inspiraria sua carreira profissional. Ela soubera usufruir suas heranças, entre as quais a boa oratória e a devoção às causas nacionais. Assim, o nome do pai abriu-lhe as portas que provavelmente estariam fechadas a outras mulheres sem a mesma origem familiar. Mas também foi perseguida por causa de seu sobrenome, que não tinha apenas admiradores, mas também inimigos. Com isso sua relação com o pai foi uma marca no desenvolvimento de sua carreira. Ao ser elogiada, seu pai também era.¹⁸²

Assim, quando seu pai morre em 1917, decide estudar antropologia e procura Roquette-Pinto no Museu Nacional e já em 1922 ingressa como estagiária da instituição. Figura importante no círculo de amigos de seu pai, Ribeiro considera que não havia razões para ele recusar o pedido da filha do amigo falecido. A partir daí, os laços com Heloísa se estreitaram a tal ponto de ela ser considerada o seu braço direito no dia-a-dia do Museu Nacional. Heloísa entregaria-se vigorosamente ao Museu Nacional e dedicaria boa parte de sua vida a ele. Roquette-Pinto lhe ensinaria as primeiras lições e permaneceria como modelo de dedicação à ciência e amigo solidário. Segundo Ribeiro, Heloísa foi introduzida no Museu Nacional através de Roquette-Pinto quando ele desfrutava de prestígio no meio científico por causa da publicação de seus estudos. Para Ribeiro, a influência de Roquette-Pinto sobre Heloísa Alberto Torres *é crucial para o entendimento de sua formação na Antropologia com preocupação na temática indígena, devoção à causa do Museu Nacional e da preservação da cultura.*¹⁸³

Em 1919, Roquette-Pinto iniciou a pesquisa sobre os tipos antropológicos, que analisamos no capítulo anterior, em função da participação do Museu Nacional nas

¹⁸¹ *Idem*, p. 31.

¹⁸² *Idem*, p. 33

¹⁸³ *Idem*, p. 38

comemorações do centenário da independência. Nesse ano, iniciaria na técnica antropométrica mulheres para o levantamento de mensurações em indivíduos do sexo feminino e à frente da turma estava a então estagiária Heloísa Alberto Torres, que teve importante colaboração nos trabalhos de coleta de dados antropométricos. Heloísa ainda acompanhou com afinco os demais trabalhos de Roquette-Pinto e também traduziu para o inglês os textos do antropólogo sobre tecidos indígenas paraguaios.¹⁸⁴

Contudo, Heloísa somente se tornaria funcionária do Museu em 1925, quando prestou concurso para professora substituta na Divisão de Antropologia e Etnografia, perante banca dirigida por Arthur Neiva, diretor da instituição naquele período. O concurso, conhecido por sua dificuldade, contava com provas escrita, oral e prática. Heloísa disputou o cargo com Padberg Drenkpol Raymundo Lopes, Cornélio Fernandes Netto e Francisco Borja Mandacarú Araújo. No fim, ficou classificada em primeiro lugar, por unanimidade. De acordo com Ribeiro, a imprensa carioca não ignoraria este concurso e muito menos a vitória de Heloísa, filha de Alberto Torres. A autora chama a atenção para o fato de que, nas matérias escritas sobre o concurso, enfatizava-se a divisão de louros entre filha e pai. Seriam assim matérias escritas por homens que elogiavam a vitória de uma mulher que seria “filha de quem é”. Como exemplo, cita a matéria “Elevando a mulher e honrando um grande nome”, publicada no jornal “O Globo” em 24 de agosto de 1925. Nesse texto, as referências à professora vitoriosa revelavam os limites da aceitação da mulher no mundo intelectual, chamando a atenção expressões como “a filha desse pensador e gênio e frágil heroína.” Neste sentido, os comentários elogiosos faziam na verdade uma crítica ao movimento feminista do qual a *brilhante atuação de Heloísa* distinguia-se pelo seu devotamento à ciência “*sem os alardes das lutas feministas em geral.*”¹⁸⁵

Destarte, de acordo com Ribeiro, as relações de Heloísa com o movimento feminista nunca foram bem esclarecidas já que ela nunca se rotulara como tal. Contudo, aos trinta anos e em 1925, Heloísa alcançara um posto raro para uma mulher de seu tempo e nesse sentido teve seu nome relacionado à conquista pela mulher de espaços públicos. *Heloísa reconhecidamente não se envolveu com a causa feminista, ao contrário, sua experiência*

¹⁸⁴ *Ibidem*

¹⁸⁵ *Idem*, p. 40

*esteve sempre associada a uma cumplicidade com homens notáveis de sua época.*¹⁸⁶ Para a autora, a prova de que Heloísa não se envolveu em lutas feministas é sua convivência pouco estreita com Bertha Lutz, zoóloga do Museu Nacional que foi uma das pioneiras na luta pelo voto feminino no Brasil, por mudanças na legislação trabalhista e presidente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Bertha Lutz entrou no Museu seis anos antes de Heloísa e, com temperamentos fortes, seguiram estilos diferentes. De acordo com Ribeiro, a impulsividade e impaciência de Lutz contrastavam com o formalismo de Heloísa. Contudo, isso não impediu que compartilhassem, como membros da mesma instituição, várias solenidades. Assim, Heloísa manteve-se distante das principais lutas pela emancipação feminina. Contudo, ela participou apenas da União Federal Feminista, quando essa organização convocou mulheres e homens para se pronunciarem contra a II Guerra Mundial. Mesmo tendo sido a primeira mulher a ingressar como professora da Divisão de Etnografia e Antropologia e uma das primeiras do Museu, quando procurada pela imprensa, Heloísa preferiu sempre salientar suas alianças com homens admiráveis como o pai e seu mestre, que a ajudaram a ter sucesso no concurso, do que fazer referência às conquistas feministas.¹⁸⁷

Em 1926, Heloísa iniciou suas expedições de campo, atividade que marcaria indelevelmente sua carreira. Foi para o litoral de São Paulo para verificar os sambaquis de Iguape e em 1927 visitou Vespasiano, Minas Gerais, para examinar sítios arqueológicos, que também verificou em Magé, Rio de Janeiro, em 1928, cujos achados se concentraram em cerâmicas tupi-guarani. Até o início da década de 1930, trabalhou no levantamento de fontes bibliográficas, organizou coleções de arqueologia, restaurou peças e identificou documentos. Contudo, dedicou-se especialmente à arte cerâmica marajoara, sobre a qual publicou resultados de pesquisas em 1929. Para Ribeiro, à medida que Roquette-Pinto se afastava do Museu Nacional para se dedicar à educação, Heloísa se envolve mais em suas atividades e ia de certa forma substituindo o mestre.¹⁸⁸

Os primeiros resultados de pesquisas feitas por Heloísa foram expostos em uma palestra ministrada no salão da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1929. Tal palestra foi posteriormente publicada sob a forma de livreto com o

¹⁸⁶ *Idem*, p. 41

¹⁸⁷ *Idem*, p. 41 – 42

¹⁸⁸ *Idem*, p. 43

título de “Cerâmica Marajoara”. Este texto, da pequena produção bibliográfica que Heloísa tivera, é um dos mais densos e técnicos e também elucida a paixão de Heloísa pela arte indígena nas cerâmicas e a sua vontade de excursionar pelo lugar da origem destes artefatos. Heloísa demonstra amplo conhecimento sobre a técnica e a interpretação dos motivos encontrados nos vasos e objetos. Na defesa de sua tese sobre a origem e significado destas, também demonstra grande conhecimento geográfico e botânico da região amazônica, ainda que sua primeira viagem à região somente acontecesse um ano depois. Muito provavelmente Bastos de Ávila leu esse texto (ou esteve presente na palestra que originou o livro) para a construção do romance que tem Heloísa como personagem principal. Aliás, no livro, ele faz referência à palestra e, nesta passagem, muda o lugar desta para a Biblioteca Nacional e enfatiza o conhecimento e a admiração de Heloísa pela arte marajoara:

Prosseguindo em suas considerações ao mesmo tempo que eram feitas nítidas projeções luminosas, de novo a conferencista chama a atenção dos ouvintes que enchiam literalmente o amplo salão da Biblioteca para a originalidade dos ornamentos e motivos dos desenhos em torno dos quais se multiplicava o espírito inventivo daqueles artistas desconhecidos....E enaltecendo mais uma vez, em rasgos de eloquência, o espírito genial daqueles artistas tão grandes quanto ignorados, criadores soberbos de obras acabadas, que a terra generosa não quisera por mais tempo ocultar no seio fecundo e antes se comprazia em as restringir á luz do sol – para orgulho da posteridade – a Srta Lucia de Abreu, entre aclamações calorosas, encerrou sua conferência.

A seguir, analisaremos com mais pormenor essa referida palestra de Heloísa Alberto Torres, transformada em livro e que inspirou a personagem principal do romance de Ávila.

Cerâmica Marajoara

Heloísa Alberto Torres inicia sua palestra na Escola Nacional de Belas Artes afirmando que, até 1870, as ricas cerâmicas do baixo rio Amazonas permaneceram inexploradas. Mesmo possuindo importantes culturas indígenas, o Brasil ainda não chamava a atenção de estudiosos americanos. Cita que o antropólogo não deu a devida importância à cerâmica de Marajó e disse que as populações do Brasil não apresentavam

mais do que “restos dispersos e decadentes de civilizações extintas”. Torres alega que essa visão seria, em parte, justa, já que as civilizações da América Central e dos Andes maravilharam os olhos dos colonizadores com suas impressionantes construções enquanto a selva amazônica escondia, aos recém-vindos, os documentos de uma civilização desenvolvida. Para Torres, os marajoaras tiveram construções menos vultosas em proporções materiais, contudo suas obras, se cuidadosamente observadas, revelariam fino desenvolvimento artístico. Assim, se confrontássemos os produtos cerâmicos da civilização centro-americanas e andinas com a cultura artística de Marajó, esta se destacaria e se distanciaria muito.¹⁸⁹

Entretanto, Torres reserva as críticas mais duras à Agassiz, que ela chama de “difamador de nossa gente”. Destarte, ele seria o causador involuntário da exploração das cerâmicas marajoaras. Pois em 1865 veio ao Brasil na expedição “Tahyer Expedition” e, tendo estudado o vale amazônico, propôs que sua formação adviera do período das glaciações. Essa teoria chamou a atenção do geólogo americano Carlos Frederic Hartt, que veio ao Brasil em 1870 e acabou contrariando a teoria de Agassiz. Hartt, através de Domingos Ferreira Penna, professor do Museu Nacional, soube dos depósitos de louça antiga em Marajó e enviou seus auxiliares para averiguar. Bernard esteve em 1870 e Steer, Orville Derby e Becley em 1871, quando visitaram os sítios arqueológicos de Marajó. Nesse ano, Ferreira Pena, já como naturalista viajante do Museu Nacional, também visitou a região e recolheu material para a instituição. Assim foram montadas coleções no Museu da Universidade de Cornell, no Peabody Museum de Cambridge, no Museu Goeldi e no Museu Nacional. Contudo, quem mais contribuiu para essas coleções fora Ladislau Netto, que viajou a Marajó em 1880 e trouxe a maior quantidade de artefatos daquela região até então.¹⁹⁰ Como observamos no romance, Ávila provavelmente sabia desse fato e assim colocou como rota a ser traçada pela personagem Lúcia de Abreu a mesma utilizada por Netto. Em tom de aventura, como vimos anteriormente, no enredo do livro de Ávila esta rota estaria em um mapa que Lúcia de Abreu inicialmente teria apenas uma parte e que só viria a encontrar o restante no desenrolar da trama.

¹⁸⁹ TORRES, Heloísa Alberto. *Cerâmica de Marajó – registro da conferência proferida por Heloísa Alberto Torres na Escola Nacional de Belas Artes*. Série Salão, Editora Typografia Brasil Social Humaytá, Rio de Janeiro 1929. p. 3

¹⁹⁰ *Idem*, p. 4

Hartt teria criticado a teoria de Agassiz sobre a formação do Vale Amazônico com uma explicação que, segundo Torres, seria interessante do ponto de vista cultural. A autora afirma que as explicações de Hartt sobre a formação do vale ainda naquele momento estariam em voga. Antes dele, a geologia da Amazônia seria “uma página em branco, quando não errada”. Assim, Torres expõe a explicação de Hartt sobre a formação do vale, que se dera a partir da idade siluriana. O vale seria um imenso canal onde foram depositadas camadas de terrenos dos períodos do siluriano superior, devoniano, carbonífero e cretáceo, que apareceram em ambos os lados do vale estreitando a passagem entre as ilhas formadas. O material resultante da desnudação das encostas pela elevação dos Andes teria enchido os vales e os detritos forçaram a submersão da bacia amazônica. Ao longo do processo de elevação dos Andes, esse processo continuou e, no fim do quaternário, houve um levantamento da costa que erodiu as rochas e escavou o leito dos rios. Assim uma massa colossal de sedimento escorreu por estes alcançando o Amazonas e formando a grande várzea. Nesta, “correria então este rio caudaloso que teria suas margens habitáveis”.¹⁹¹

Seriam nessas margens que a civilização estudada por Torres teria se desenvolvido. Entretanto, a autora argumenta que até aquele momento as análises sobre a cultura das cerâmicas de Marajó seriam incompletas. Isto se daria porque somente foram encontrados vestígios de cemitérios e nenhum das aldeias. São incompletos também porque as condições da ilha seriam as piores possíveis para a conservação de certo tipo de materiais como obras de talha, tecidos e trançados. Tudo isso havia se perdido por causa da umidade. Juntamente incompleta também estariam as explicações sobre a origem do homem de Marajó. De acordo com Torres, alguns traços ligariam esse povo a terras mais ao norte como alto Amazonas, Venezuela, Colômbia e até as Antilhas. Duas opções apareceriam como possíveis rotas dos primeiros habitantes da região: o oceano e os afluentes da margem esquerda do Rio Amazonas. Ambas poderiam ter sido usadas por diferentes ondas imigratórias. Com alta cultura, com técnica de cerâmica jovem e situada no fim de uma estrada natural cujas margens eram pouco propícias à fixação, a antropóloga achava mais sensato considerar a ilha como zona de penetração desses traços do que como centro de

¹⁹¹ *Idem*, p. 4-5

irradiação. Ela pode ter abrigado sucessivas ondas imigratórias de várias culturas com certo desenvolvimento local que resultaram em forte expressão artística¹⁹².

Em relação à cultura material do povo marajoara, muito se poderia aferir na observação das cerâmicas e dos raros objetos encontrados em seu interior. Segundo Torres, os principais objetos e conclusões sobre sua cultura seriam: ornamentação do corpo com pintura, pintadeiras de argila (vindas do norte), fusaiolas de barro, banco talhado em um só bloco de madeira, emprego de máscaras cerimoniais, tangas de barro, incineração de ossos, enterramento secundário em urnas, urnas antropomorfas, marcas de argila (elemento de culturas centro-americanas), ídolos de barro e machado de diorito. Para Torres, o único documento que restara sobre os primitivos de Marajó seria a sua arte.¹⁹³

E para a expansão e o aprofundamento do conhecimento sobre esta arte, as condições geográficas teriam papel fundamental. Segundo Torres, na América do Sul haveria uma divisão na técnica e na tipologia que foram determinadas por meios geográficos onde o elemento botânico teve grande influência. Na região andina, com poucas matas, desde cedo o homem teve necessidade de acondicionar líquidos ao passo que, no vale do Amazonas, rico em plantas que se prestam a trançados, a necessidade não fora tão premente. Nesta região, além de pericarpo de frutas (cabaça) para armazenar líquidos, os indígenas alcançaram cedo a solução do “trançado impermeabilizado”, que não requereria nenhum conhecimento prévio, apenas folhas e habilidades com as mãos. Já a cerâmica obrigava a outras posses culturais quando não mais o fogo. Algumas tribos da A. do Sul ainda teriam esse costume e o usariam não porque ignoram a arte cerâmica, mas porque os potes de barro seriam ‘tralhas’ para as populações em constante mudança de habitat. Para Torres, o aperfeiçoamento prático manual e a demora no método do “trançado” foram essenciais para a formação da arte marajoara que seria impressa na cerâmica. Deste modo, *o fato de os indígenas dessas regiões se terem demorado nos trançados e terem por isso adquirido um grau tão elevado no seu desenvolvimento foi, ao que penso, fator decisivo na formação da arte de Marajó*¹⁹⁴.

¹⁹² *Idem*, p. 7

¹⁹³ *Idem*, p. 8

¹⁹⁴ *Ibidem*.

Posteriormente, com o desenvolvimento da arte cerâmica na cultura marajoara, foi criado um método de fabricação simples denominado “enrolamento”. De acordo com Torres, o artífice fazia cilindros de barro que ficavam dispostos em espiral para formar o fundo do vaso e, em seguida, pela superposição dos rolos, construía suas paredes. Nos grandes vasos, construía-se apenas um arcabouço de barro grosseiro e reforçavam-se as paredes com superposição de uma camada de material mais preparado. A queima seria por processos primitivos com o cozimento sendo efetuado apenas na superfície. Segundo Torres, a fabricação da louça é anexa à arte da cozinha e competiria à mulher. A queima e tempo imprimiriam variações e tonalidades ricas. As ornamentações na cerâmica eram realizadas com uso da técnica denominada “champ-levé”. Nesse processo era colocada uma fina camada de barro sobre toda a superfície para fazer o negativo do desenho, deixando em relevo a zona delimitada. Os restantes do relevo seriam o vaso em si, onde usavam ranhuras para deixar a superfície mais apta à fixação. Para Torres, a arte cerâmica marajoara teria grande dependência do aperfeiçoamento da técnica. Assim, *Marajó, centro essencialmente artístico, trabalhava a mão livre, tendo por só móvel a mentalidade firme que educação e técnica rígida lhe assegurava.*¹⁹⁵

Essa visão de Torres foi inspirada nos trabalhos do antropólogo alemão Max Schmidt, do Museu de Etnografia de Berlim que fazia trabalhos entre índios do Brasil naquele período. Em seu texto, a antropóloga tece elogios a Schmidt e se diz adepta de sua teoria que explicava o motivo das ornamentações nos vasos marajoaras. A “teoria do trançado” afirmava que a técnica dos indígenas de tecer vasos impermeabilizados a partir da vegetação existente teria influenciado e aperfeiçoado a arte e a cultura cerâmica dos marajoaras. De acordo com Torres, o “trançado” teria motivos ornamentais derivados da técnica que dependia da feição da matéria-prima utilizada. O meio botânico entraria em jogo novamente em relação à distribuição gráfica da palmeira em que os vários tipos de folha influenciariam. Dependendo do formato da folha, o trançado seria diferente. Assim, na região em que o índio tinha a folha de palmeira como principal contingente ao seu trançado, esta região seria pobre em motivos ornamentais; isso se verificaria em Mato Grosso, entre os Bororo. Já outro tipo de folha, mais larga, permitiria maior número de variações do trançado. Do entrelaçamento das tiras, formar-se-iam polígonos (quadriláteros

¹⁹⁵ *Idem*, p. 11

ou triângulos) que constituíram o fundamento do trançado. De acordo com Torres, Max chamava essas formações de “unidade do trançado”. A antropóloga concorda assim com a máxima de Max Schmidt, que “a arte surgiu da técnica”. Assim, *uma vez constituindo o primeiro motivo, ornamental, terá então impressionado a sensibilidade do artífice que, desenvolvendo-o, transformava-se em artista consciente, introduzindo alterações na própria técnica.*¹⁹⁶

Com a técnica do trançado bastante desenvolvida, Torres destaca que a arte de Marajó teria horror ao vazio. Todo campo da cerâmica seria sempre coberto com decorações. Mesmo tendo traços ligando ao alto Amazonas e terras do Norte, a decoração de Marajó seria um desenvolvimento puramente local, não atingido por nenhum grupo indígena do continente. Assim, antes da aplicação da arte decorativa à cerâmica, os Marajoaras certamente tiveram grande desenvolvimento na arte dos trançados. Torres argumenta que estudos futuros poderiam explicar alguns sinais que se repetem nos vasos e que não representariam um simples ornato, mas uma ideia. Cita um fragmento de prato cuja parte interna contém uma pintura que não seria um ornamento, pois se repetiria na face externa. Torres desconfia que seria uma expressão de ideia, um quase princípio de escrita. Para a antropóloga, a mentalidade dos marajoaras se desenvolveu de modo original e complexo. Algumas figuras, por exemplo, dependendo da posição em que observadas, pareciam representar diferentes seres. Cita uma que horizontalmente representava um jacaré e verticalmente uma coruja.¹⁹⁷

Enfim, no último tópico de seu texto, Torres relata que os trabalhos que vinha desenvolvendo atravessavam momentos de intensa emoção. Para a antropóloga, era motivo de orgulho considerar que, na cultura indígena americana, onde somente mulheres eram oleiras, tinha-se desenvolvido na cerâmica a arte mais rica, sóbria e vigorosa. Entretanto, os homens participariam desta arte quando voltada para fins religiosos. Mesmo assim, *a mulher, quando lhe coube passar a seu campo de atividade a arte desenvolvida que o homem criara, mostrou-se à altura do companheiro e, mais previdente do que ele, soube imprimir em maneira durável a perpetuação duma cultura forte*¹⁹⁸.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 17

¹⁹⁷ *Idem*, p. 21

¹⁹⁸ *Idem*, p. 22

Neste sentido, seria essa emoção relatada por Torres que Ávila buscou transmitir a seus leitores em *Pacoval do Carimbé*. A pesquisa de campo da antropóloga, contada em tom de aventura, era de fato uma experiência extraordinária para uma mulher em inícios dos anos 1930. Como ressalta Corrêa, esse período está associado historicamente à concessão da cidadania às mulheres através do voto, justamente no ano da premiação do romance de Ávila, em 1932. Para a autora, este escolheu como heroína uma jovem pesquisadora do Museu Nacional ao tempo que outra pesquisadora da mesma instituição, Bertha Lutz, era a principal responsável pelo movimento que levou a essa concessão. Deste modo, as mulheres estavam em cena, lutando pelos seus direitos, no momento em que Ávila torna Heloísa personagem de sua ficção.¹⁹⁹ A isso, nós podemos somar o fato de Ávila ter conhecido e convivido com Lutz e Heloísa no Museu Nacional a partir de 1929, momento em que ele começa suas atividades na instituição. Supomos também uma possível proximidade de Heloísa com Ávila, o que daria a ele acesso a detalhes da viagem, já que ela nunca publicou nada relatando sua viagem a Marajó. Os detalhes desta estariam registrados apenas em sua experiência pessoal e em seu caderno de campo.

De acordo com Ribeiro, Heloísa iniciou ao fim da expedição à Marajó, em 1930, uma nova etapa em sua trajetória profissional. Em 31 de abril do mesmo ano, tornou-se Professora chefe da Seção de Antropologia e Etnografia. Nesse cargo, Heloísa promoveu diversos cursos de extensão universitária e suas atividades administrativas foram se tornando cada vez mais absorventes até que, em 1938, torna-se Diretora do Museu Nacional, cargo em que permaneceu até 1955. Além da direção do Museu Nacional, Heloísa organizou outros órgãos voltados para a formulação e afirmação da cultura nacional, como o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e científicas no Brasil, o Conselho Nacional de Proteção aos índios e a Fundação Nacional do Índio.²⁰⁰

Destarte, não podemos deixar de destacar a atuação de Heloísa no processo de institucionalização da Antropologia no Brasil principalmente no que se refere ao papel da pesquisa de campo nesta disciplina. Segundo Corrêa, a produção não publicada de Heloísa (cartas e relatórios de pesquisa) revela um grande investimento de energia nas pesquisas de

¹⁹⁹ CORRÊA, Mariza. *Op Cit*, p. 76

²⁰⁰ RIBEIRO, Ana, *Op Cit*, p. 44

campo. De acordo com a autora, na época em que a influência norte-americana estava consolidada em São Paulo nas Ciências Sociais através dos estudos sócio-antropológicos de comunidade, feitos principalmente por pesquisadores da Escola Livre de Sociologia e Política, no Rio de Janeiro essa influência chegou através de Heloísa Alberto Torres. Castro Faria, segundo Corrêa, menciona a intensa correspondência de Torres com Boas, Linton, Rivet e Charles Wagley. Assim, *usando seu prestígio e ampla rede de amizades, Torres guiava os pesquisadores visitantes através da intrincada burocracia, que exigia o registro de estrangeiros e uma permissão especial para realizar expedições científicas no país.*²⁰¹ A Universidade de Columbia, por exemplo, tinha um acordo informal com o Museu Nacional para co-patrocinar estudos etnológicos no Brasil. Para cá vieram os antropólogos norte-americanos Wagley, Lipkind, Quain, Landes, Murphy, entre outros. Eles não ficaram muito tempo no Museu Nacional, mas Torres tentava aproveitar ao máximo sua estadia para treinar jovens pesquisadores.²⁰²

Também, fotos de Torres com pesquisadores norte-americanos demonstrariam sua centralidade, que derivava tanto de sua posição institucional quanto de seu poder de acionar essa ampla rede social construída. Corrêa afirma que as influências sofridas pelo país durante e logo após a 2ª Guerra Mundial também se expressariam na antropologia, que ainda estava em processo de afirmação e constituição. Para Corrêa, a primeira influência já se encontraria na linguagem, já que Torres e Wagley falavam no início dos anos 40 em antropologistas (anthropologists). Isso sinalizaria a influência do inglês e da estreita relação com norte-americanos, que passavam a ser mais presentes que os franceses na vida intelectual do país. Essa influência também seria comprovada pela experiência de aprendizado de três aspirantes a antropólogos (Eduardo Galvão, Rubens Meanda e Nelson Teixeira), que foram treinados pelos antropólogos norte-americanos Weagley e Watson, por indicação de Heloísa. Corrêa afirma que alguns desses jovens foram até o fim e outros não. Eduardo Galvão se formou na Universidade de Columbia e foi o primeiro PhD formado sob a orientação de Charles Weagley e provavelmente o primeiro brasileiro a obter este título em antropologia. Assim, *Heloísa foi presença constante no noticiário carioca entre as décadas de 20 e 50 e terá sido um modelo importante para muitas jovens nesse período em*

²⁰¹ CORRÊA, Mariza. *Op Cit*, p. 142

²⁰² *Ibidem*

*que as mulheres começavam a freqüentar as universidades em nosso país. Em sua disciplina, nenhum antropólogo brasileiro em sua geração se empenhou tanto em assentar os alicerces da pesquisa de campo entre nós.*²⁰³

Enfim, neste capítulo analisamos o romance *No Pacoval do Carimbé*, escrito por José Bastos de Ávila e premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1932. Neste livro percebemos a inserção da visão e da interpretação que Ávila faz do Brasil a partir de sua experiência no Museu Nacional. *No Pacoval do Carimbé* pode ser interpretado como a síntese do pensamento de um grupo de intelectuais e cientistas que, vinculados a esta instituição, pensaram o país através da perspectiva da mestiçagem e viam na educação e em melhores condições de saúde os meios primordiais para o desenvolvimento do Brasil. O envolvimento desse grupo em políticas públicas voltadas para essas áreas seria a materialização de suas ideias. Um exemplo clássico seria o de Roquette-Pinto, que se engajara em fins da década de 1930 em iniciativas voltadas para a educação popular. Outro exemplo pode ser o próprio Ávila, que ainda no Museu Nacional é convidado por Anísio Teixeira a integrar o Departamento de Instrução Pública do Rio de Janeiro e participar da reforma educacional proposta por ele para o ensino público da cidade, à qual já fizemos menção no capítulo anterior.

Também, no *Pacoval do Carimbé* pode ser interpretado como um relato acerca das condições e dificuldades de fazer ciência no Brasil. A expedição científica da personagem Lúcia de Abreu é narrada em tom de aventura a partir dos vários problemas e obstáculos que ela encontra em seus caminhos, sendo muitos destes relacionados às más condições e falta de estrutura e apoio para realizar de forma plena sua pesquisa de campo. Essa personagem é inspirada em Heloísa Alberto Torres, antropóloga do Museu Nacional que vinha se destacando no meio científico com pesquisas sobre cultura e arte, principalmente cerâmica, de tribos indígenas do norte do país e que realizou uma expedição à Ilha de Marajó em 1929 em busca de vestígios e objetos que elucidassem mais detalhes sobre a cultura marajoara. Torres seria personagem fundamental no processo de institucionalização e, principalmente, especialização da Antropologia no Brasil. Neste meio, também ajudou a consolidar a importância da pesquisa de campo no trabalho antropológico. Torres também auxiliou na criação do Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e científicas no

²⁰³ CORRÊA, Mariza. *Op Cit*, p. 161

Brasil cuja função era elaborar uma proposta de legislação para regularizar as incursões no território brasileiro. Em 1933 este conselho foi institucionalizado e passou a ser subordinado ao Ministério da Agricultura com o objetivo de fiscalizar a realização de expedições e exportações de objetos, juntamente como designar funcionários para fiscalizar tanto o comércio ilegal e a exportação de artigos indígenas para museus estrangeiros quanto a exploração de escavações arqueológicas.²⁰⁴ Como observamos, em *Pacoval do Carimbé* Ávila chamou atenção para estas questões que envolviam fiscalização e preservação de acervos arqueológicos relacionados às culturas indígenas.

Considerações Finais

Ao longo desta dissertação, abordamos a trajetória de José Bastos de Ávila no Museu Nacional entre os anos de 1928 e 1938. Ressaltamos sua inserção na agenda de pesquisas em antropologia física realizadas nesta instituição desde fins do século XIX. Ávila foi um importante continuador das inovações nos programas de pesquisas introduzidas no Museu Nacional principalmente por Edgard Roquette-Pinto. Personagem pouco pesquisado na história da antropologia física do Brasil, Ávila está localizado em um período de renovações temáticas e metodológicas de pesquisas antropológicas e antropométricas no Brasil. O tema da infância escolar seria uma dessas renovações e acabaria por lhe dar notoriedade e reconhecimento. Ávila saiu do Museu Nacional com o título de Professor Honorário e foi convidado a continuar suas pesquisas antropométricas

²⁰⁴ Informações acerca do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil retiradas do site: http://www.mast.br/nav_h03_txt323a18.htm, extraído em 4 de junho de 2011 às 16h22min.

em escolares no Instituto de Pesquisas Educacionais (I.P.E). Nesta instituição, integrante do Departamento de Instrução Pública do Rio de Janeiro, Ávila teria toda a rede de ensino municipal a sua disposição para coletar dados antropométricos de escolares e, assim, obter “matéria-prima” para seus estudos. Ávila ficou na chefia do Serviço de Antropometria do Centro de Pesquisas Educacionais (que substituiu o I.P.E) até o fim do Estado Novo em 1945.

Também observamos que a importância dos trabalhos de Ávila está em sua inserção em um movimento cada vez maior de distanciamento de vertentes explicativas deterministas que desqualificavam os mestiços e os colocavam como inferiores. Neste sentido, suas ideias também vão ao encontro das perspectivas do movimento sanitarista iniciado na década de 1920, que via na doença, pobreza e más condições de higiene o principal motivo de atraso e ignorância do país. Em *Notas sobre desenvolvimento físico da criança em idade escolar*, por exemplo, Ávila coletou dados antropométricos de escolares entre 7 e 15 anos da localidade de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e os comparou com informações de crianças de outros lugares como São Paulo e Paris. Concluiu que as crianças não tinham nenhum grau de inferioridade e que poderiam atingir maior nível se não fossem as péssimas condições sanitárias da localidade em questão. Argumentou que as escolas do Rio de Janeiro não precisavam apenas de inspeção, mas também de assistência médica.²⁰⁵ Assim, os trabalhos de Ávila, juntamente com os de Roquette-Pinto, refletem a busca do país pela liberação das amarras ideológicas impostas pelos ideários raciais que viam no mestiço a principal fonte de degeneração do país. Esses antropólogos buscariam em seus trabalhos comprovar a capacidade e os efeitos positivos da mestiçagem no povo brasileiro e também chamar atenção para a falta de políticas públicas adequadas relativas à saúde e educação da população.

Ávila também contribuiu e participou do I Congresso Afro-Brasileiro do Recife em 1933 onde juntamente com Roquette-Pinto e Gilberto Freyre foram debatidas questões relativas à formação do povo brasileiro e a participação do negro em sua cultura. Um desdobramento da participação de Ávila neste congresso foi o texto *O Negro em nosso meio escolar*, em que o antropólogo quis provar que, por serem mestiços, os negros apresentavam traços de origem ancestral branca, fato que teria origem remota e que fora

²⁰⁵ ÁVILA, José Bastos (1935), *Op Cit*, p. 67-78.

incorporado ao grupo racial respectivo. O antropólogo realizou medições em escolares negros e brancos para reafirmar que a mestiçagem de ambos não lhes causava degeneração e que não existiriam “grupos raciais puros”, como afirmavam as teses deterministas em voga naquele período. Assim, a antropometria, antes usada na afirmação de teses deterministas, foi usada por Ávila na refutação destas.

A trajetória de Ávila é bastante diversificada e aborda temas diversos na antropologia física como morfologia, anatomia e antropometria escolar. Como naturalista, realizou trabalhos antropofísicos com indígenas e uma expedição científica a Minas Gerais visitando sítios arqueológicos. Nestes, recolheu material para o Museu Nacional e constatou a depredação e a má conservação das cavernas oriundas da utilização de técnicas nocivas à integridade do ambiente e a ação de aproveitadores que viriam ao país roubar esses objetos para venderem em mercados clandestinos de artes.

Ao mesmo tempo em que realizava estas atividades no Museu Nacional, Ávila escreveu o romance *No Pacoval do Carimbé*, premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1933. No romance, faz homenagem à Heloísa Alberto Torres, antropóloga do Museu Nacional que vinha obtendo prestígio a partir de seus estudos sobre a arte (principalmente cerâmica) marajoara. No livro, o autor narra a viagem de Heloísa à Ilha Marajó em tons de aventura. Assim, mostra as dificuldades de se fazer ciência naquele período, que estão relacionadas às más condições e falta de estrutura e apoio para se realizar de forma satisfatória uma expedição científica como fizera Heloísa. Neste sentido, *No Pacoval do Carimbé* também pode ser interpretado como uma reflexão sobre a atividade científica no Brasil em inícios do século XX. No romance Ávila ainda escolhe como protagonista uma mulher, em um período em que estas estavam lutando e conseguindo seus direitos de cidadania. No texto, o autor exaltaria a paixão, a competência e a dedicação de Heloísa à antropologia, mais especificamente, à pesquisa de campo. De fato, Heloísa deu contribuição fundamental para a especialização da disciplina no país e ajudou a destacar importância da pesquisa de campo no trabalho antropológico.

Entretanto, em *No Pacoval de Carimbé* Ávila insere, através dos personagens, suas visões acerca da política nacional e da sociedade brasileira daquele período. Em tom nacionalista, Ávila censuraria o descaso dos brasileiros pelas “coisas nacionais” e sua prática de “viver uma vida que não era sua”, baseada em padrões culturais europeus. Temas como imigração e integração nacional também seriam abordados pelo autor.

Por fim, destacamos que os trabalhos de Ávila, mesmo admitindo a existência de desigualdades entre as raças, ao mesmo tempo, evitam o estabelecimento de hierarquias ou escalas baseadas em princípios biológicos. As pesquisas antropométricas em escolares apontariam que o principal fator que prejudicaria o desenvolvimento destes não estaria em sua composição biológica ou racial, mas sim na falta de estruturas ideais de saúde e educação.

Bibliografia

AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: *Actas e Trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I. 1929.

ÁVILA, Fernando Bastos de. *A alma de um padre*. EDUSC e Academia Brasileira de Letras, 2005.

ÁVILA, José Bastos de. *No Pacoval de Carimbé*. Rio de Janeiro: Calvino, 1933.

_____ *Questões de Antropologia Brasileira*. RJ: Civilização Brasileira, 1935.

_____ Contribuição ao estudo do índice de Lopicque: nota prévia. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. Volume I. Editora Ariel, Rio de Janeiro, 1935. [B]

_____ O negro em nosso meio escolar In: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Vol. II, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1937.

_____ Contribuição ao estudo antropofísico do índio brasileiro. *Boletim do Museu Nacional*. RJ, v. 13, n. 3-4, 1937. [B]

ÁVILA, José Bastos de. *Antropometria e Desenvolvimento Físico: Métodos e Pesquisa em Antropologias Físicas*. Rio de Janeiro: Vilani e Barbas, 1940.

_____ Considerações em torno do desgaste dos dentes. Anexo ao trabalho de Carlos Estevão “O ossuário da Gruta do Padre, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas no Nordeste”. In: *Boletim do Museu Nacional*. XIV-XVII, 1942.

BENCHIMOL, J. L. *Dos micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pausteriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Editora UFRJ, 1999.

BHERING, Marcos Jungmann. *Positivismo e modernização: políticas e institutos Científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2008.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. Apresentação. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.) *Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTRO MOREIRA, Ildeu; MASSARANI, Luisa; ARANHA, Jayme. Roquette-Pinto e a divulgação científica. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

CASTRO-FARIA Luís. Pesquisas de antropologia física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.13, 1952.

CORRÊA, Mariza. *Antropóloga e Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da(in)diferença no Rio de Janeiro 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura. Política Social e racial no Brasil. 1917-1945*. São Paulo: UNESP, 2006.

DUARTE, Regina Duarte. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte.: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). In: *História, Ciências, Saúde . Manguinhos*, vol. 11(1) jan.-abr. 2004.

DUARTE, Regina Horta. Rumo ao Brasil. Roquette-Pinto viajante. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

_____. *A Biologia Militante: O Museu Nacional, especialização, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

FONSECA, Álvaro Fróes. As novas fichas antropológicas do Museu Nacional. In: *Boletim do Museu Nacional*. v.3, n. 3, set, 1927.

FONSECA, Álvaro Fróes. Prefácio. In: *Questões de Antropologia Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*, 1935, p. 6.

FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de D. Pedro II* Belo Horizonte, UFMG, 2002.

GOMES, Arilson dos Santos. Congressos em debates: Primeiro Congresso Nacional do negro realizado na cidade de Porto Alegre no ano de 1958: organização, programação, participantes e temas. In: *IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História Seção Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Julho de 2008.

HOCHMAN, Gilberto & Lima, NÍSIA Trindade. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil redescoberto pelo movimento sanitarista da primeira república*. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

KUELLER, Adriana Martins. *Os Estudos Físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientista, objetos, idéias e instrumentos(1876-1939)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2008.

LACERDA, João Batista de. Documents pour servir à l’histoire de l’homme fossile Du Brésil. *Mém. Soc. Antrop.* Paris, 1875, p. 517-542.

_____ A força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígenas. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1882.

_____ .*Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 145-173.

_____ Crânios de Maracá – Guiana Brasileira. Contribuição para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, Vol IV. P.

LIMA, Ermiro. Considerações em torno do índice radio-pelvico de Lapique e túbio-pelvico de Fróes da Fonseca. In: *Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I, p; 163-167.

LIMA Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JR; Carlos E. A. *Rondônia de Edgard Roquette-Pinto: Antropologia e projeto nacional*. In: In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Org.). *Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____ Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., junho de 2008.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.) *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O aprofundamento do Regionalismo e a crise do modelo liberal. In: *História Geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

OLIVEIRA, L.L.A. *Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo/Brasília: Brasiliense, CNPq, 1900.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vem com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

RIBEIRO, Ana Miglievich. *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Ana Miglievich. Um mulher intelectual em tempos pioneiros: Heloísa Alberto Torres, não e a formação das ciências sociais brasileiras. In: *Onteiken. Boletim sobre Prácticas y estúdios de Acción Colectiva*. Universidade Nacional de Córdoba. nº10, Ano 5, Córdoba, Novembro de 2010.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. Notas Sobre os tipos antropológicos do Brasil. In: *Actas e Trabalhos do I Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I. 1929.

_____. *Rondônia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. Fac-símile da 1.ed. de 1917. 2005.

SÁ, Guilherme José; SANTOS, Ricardo Ventura; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA Elizabeth. Crânios corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs) *Raça como Questão: História, Ciências e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

SANTOS, Ricardo Ventura; MELLO E SILVA, Maria Celina Soares de. Antropologia Física no Museu Nacional. In: *Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ UFRJ. (Série Livros, 14). 2006.

SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do Século XX: Os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (Orgs). *Antropologia Brasileira: Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____ Mestiçagem, Degeneração e Viabilidade de uma Nação: debates em Antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs) *Raça como Questão: História, Ciências e Identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

SANTOS, Rita de Cássio Melo. “No coração do Brasil”: *Roquette-Pinto e a expedição à Serra do Norte*. Dissertação (mestrado) UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

_____ Previsões são sempre traiçoeiras: João Batista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.227-228.

SILVA, Júlio Claudio. Os estudos Afro-Brasileiros, o movimento negro e a trajetória intelectual de Arthur Ramos (1934-1949). In: *XI Encontro Regional de História: Democracia e Conflito*. ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Lia Gomes Pinto. Educação e profissionalização em ciências. Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro, décadas de 1920 e 30.. In: *XIX Encontro Regional de História. Anpuh - São Paulo. Poder, violência e exclusão, 2008, São Paulo. Anais do XIX Encontro Regional de História da Seção São Paulo da Anpuh. Poder, violência e exclusão*. São Paulo : Anpuh/SP, 2008. v. XIX.

TANNER, J.M. *A History Of the study of human growth*. Cambridge: University Press; 1981.

TORRES, Heloísa Alberto. *Cerâmica de Marajó – registro da conferência proferida por Heloísa Alberto Torres na Escola Nacional de Belas Artes*. Série Salão, Editora Typografia Brasil Social Humaytá, Rio de Janeiro 1929.

WILLIAMS, Cari. “Coisas do Negro” Além do Pitoresco. The First Afro-Brazilian Congress. Mestrado em artes e estudos ibéricos e latino-americanos. University of California (Santa Bárbara), 2004.

ICONOGRAFIA

48.13.2.002

Gambitirritia

Meninos				Meninas			
S. de Lappegue > 100				S. de Lappegue > 100			
Id.	Quant. Mm	Med	S	Id.	Quant. Mm	Med	S
7	21.0	22.2	1.8	7	22.9	25.5	1.3
8	22.8	24.2	1.0	8	21.3	24.1	0.7
9	20.2	25.8	1.2	9	23.3	23.9	1.8
10	22.3	27.0	0.9	10	24.2	28.0	1.1
11	24.7	28.9	1.3	11	24.4	31.0	1.8
12	25.7	26.5	0.5	12	26.0	26.6	0.5
13	26.4	27.7	2.4	13	27.1	27.1	1.4
14/15	27.2	29.7	0.5	14/15	28.5	32.7	-
75				75			

Meninos				Meninas			
S. de Lappegue < 100				S. de Lappegue < 100			
Id.	Quant. Mm	Med	S	Id.	Quant. Mm	Med	S
7	22.0	24.3	0.6	7	25.7	26.5	0.4
8	21.8	23.0	0.4	8	-	25.8	-
9	23.2	26.7	1.3	9	24.6	24.6	1.2
10	24.2	26.8	1.3	10	24.5	26.0	1.6
11	23.5	29.9	4.1	11	25.0	26.7	1.4
12	-	26.5	-	12	27.4	28.0	1.0
13	24.2	24.7	0.2	13	27.6	27.6	-
14/15	-	-	-	14/15	29.5	30.0	0.7
83				83			

Tabela Antropométrica manuscrita de José Bastos de Ávila relativa, a coleta de dados de alunos (meninos e meninas) da rede pública de ensino da Capital Federal datado de 1935. Arquivo de Antropologia Física do Setor de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Série 3: Produção Científica/ Subsérie 2: Autores do Museu Nacional. A.F.T.3.2.002

43

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ORIGEM: N.

Distrito Federal, de de 193.....

1935

Argentina (antiga) -	100
U. Boufeim -	400
B. Ottocci -	75
E. Unidos -	629
Argentina (actual) -	50
Total -	954

I.P.E. DIVISÃO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
SECCÃO DE ANTROPOMETRIA

31/12/35

Anotações de Bastos de Ávila, em papel timbrado do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, sobre o número de crianças pesquisadas e suas respectivas escolas. Arquivo de Antropologia Física do Setor de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Série 3: Produção Científica/ Subsérie 2 - Autores do Museu Nacional. A.F.T.3.2.008

N.	Directoria Geral de Instrução Publica do Districto Federal <small>(Laboratorio de Anthropologia do Museu Nacional)</small>		Data / / 192
Nome		Nacionalidade	
Pae (nação ou estado)		Mãe (nação ou estado)	
Sexo	Idade	Pelle	Cabellos
Olhos		Dentes	
		Presentes. + Ausentes. - Cariados.	
Estatura Altura da furcula » do a. xyphoide » do umbigo » da symphyse » acromio dir. » cotovêlo dir. » estylio dir » p. dêdo med. d. » esp. iliaca d. » joelho d. » malêolo int. d. Altura sentado	Bi-acromial. . . . Bi-cristas il. . . . Circumf. cabeça. . . . Circumf. thorax. . . . Circ. abdome. . . . Alt. do acromio esq. » do cotovêlo esq. » do estylio esq. » p. dêdo médio esq. » esp. iliaca esq. » do joelho esq. » do malêolo int. esq. Comprim. do pé esq.	Cephalico ant-post. . . . » transverso. . . . Altura total ceph. . . . Altura auricular ceph. . . . Bi-zygomatico Bi-goniaco Alt. morph. face. . . . Alt. nariz. . . . Larg. nariz. . . . Larg. frontal min. . . . Bi-orbit. int. . . . Angulo xypho-costal. . . . Comp. do pé dir.	

Indice cephalico	Indice facial	Indice nasal	Ind. Manouvrier	Ind Pignet	I. Buffon-Rohrer	I. P. E ² (Kemp)
Espirom.	Dynamometria: d. . . . e. . . . d. . . . e. . . . Med. . . .					PESO
Cap. cran.	Typo morphol. mais proximo					
Compr. memb. sup. dir. » braço dir. » antebraço dir. » mão dir. » memb. inf. dir. » coxa dir. » perna dir.	Comp. memb. sup. esq. » braço esq. » antebraço esq. » mão esq. » memb. inf. esq. » coxa esq. » perna esq.	Altura andar nervoso » a. resp. face » a. digestivo. Compr. par. ant. tronco » furcula-umb. . . . » umbilico-pubico » xypho-umbilical				

Observações :

Polegar direito

Photographia

FICHA ESCOLAR (frente e verso)

Ficha Escolar, elaborada por Álvaro Fróes da Fonseca e utilizadas por Bastos de Ávila em suas pesquisas antropométricas. *Boletim do Museu Nacional*, Vol. 3, nº 3, setembro de 1927.

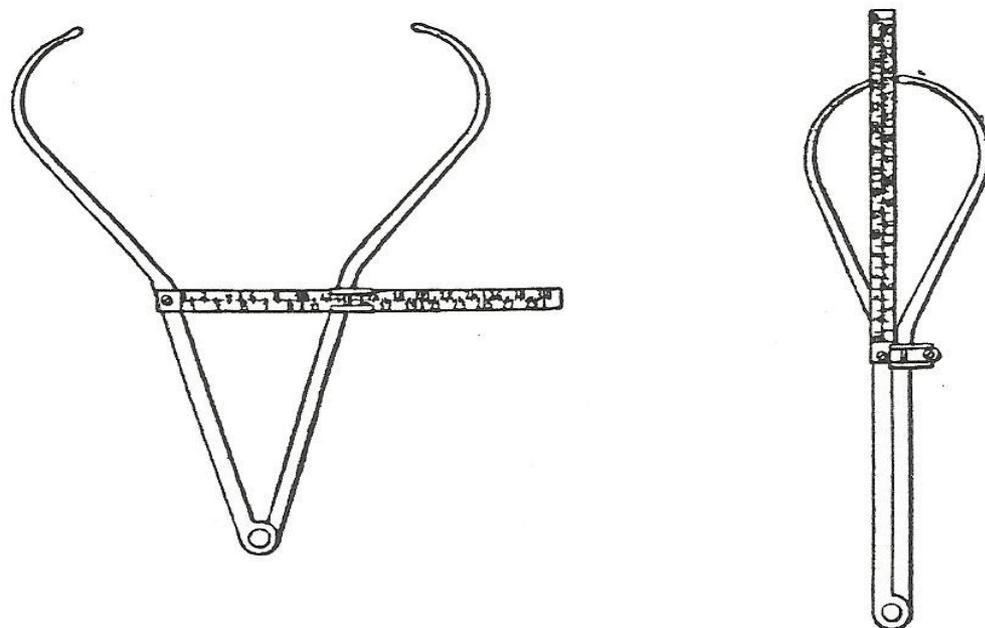


FIG. I

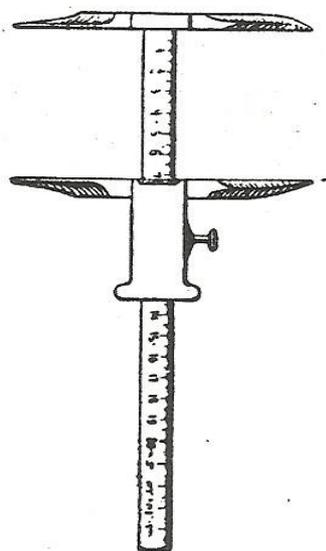


FIG. 2

Instrumentos Antropométricos: Compasso de Toque e Compasso de Corrediça.
Boletim do Museu Nacional, Vol. 3, nº 3, setembro de 1927.

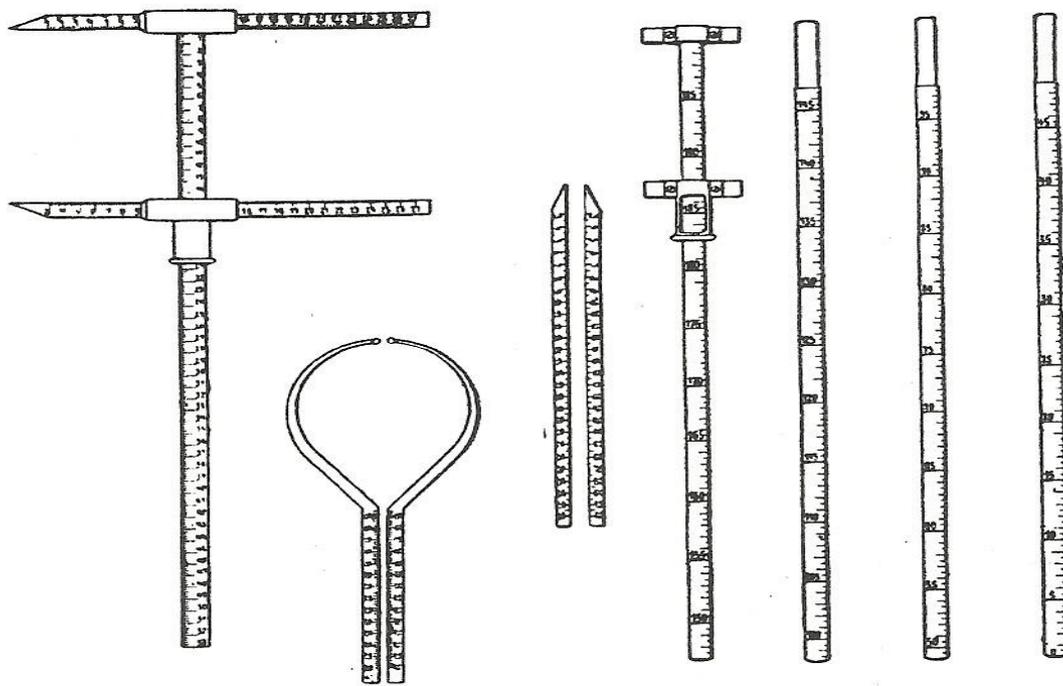


FIG. 3

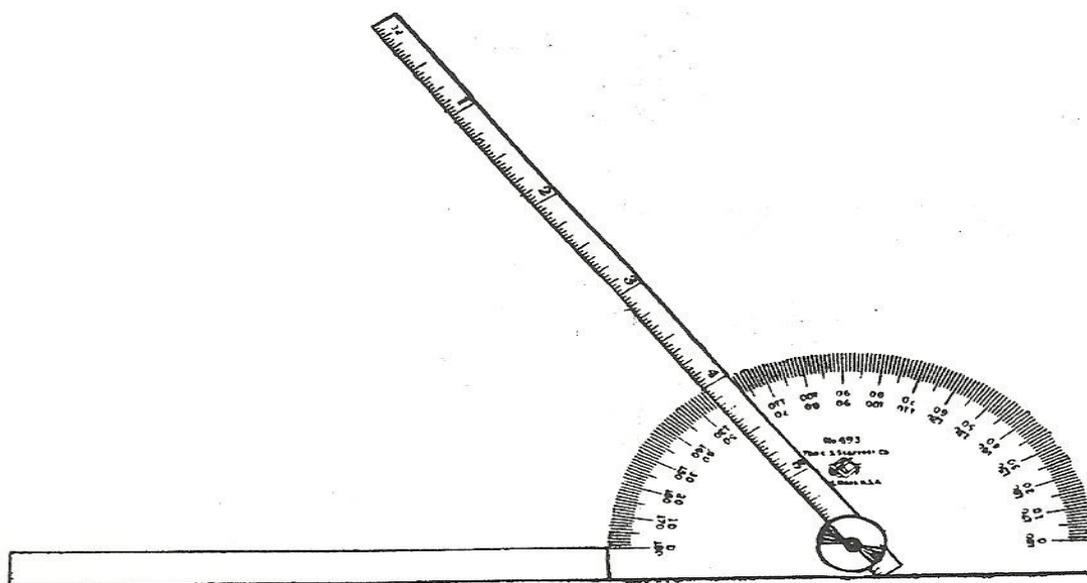
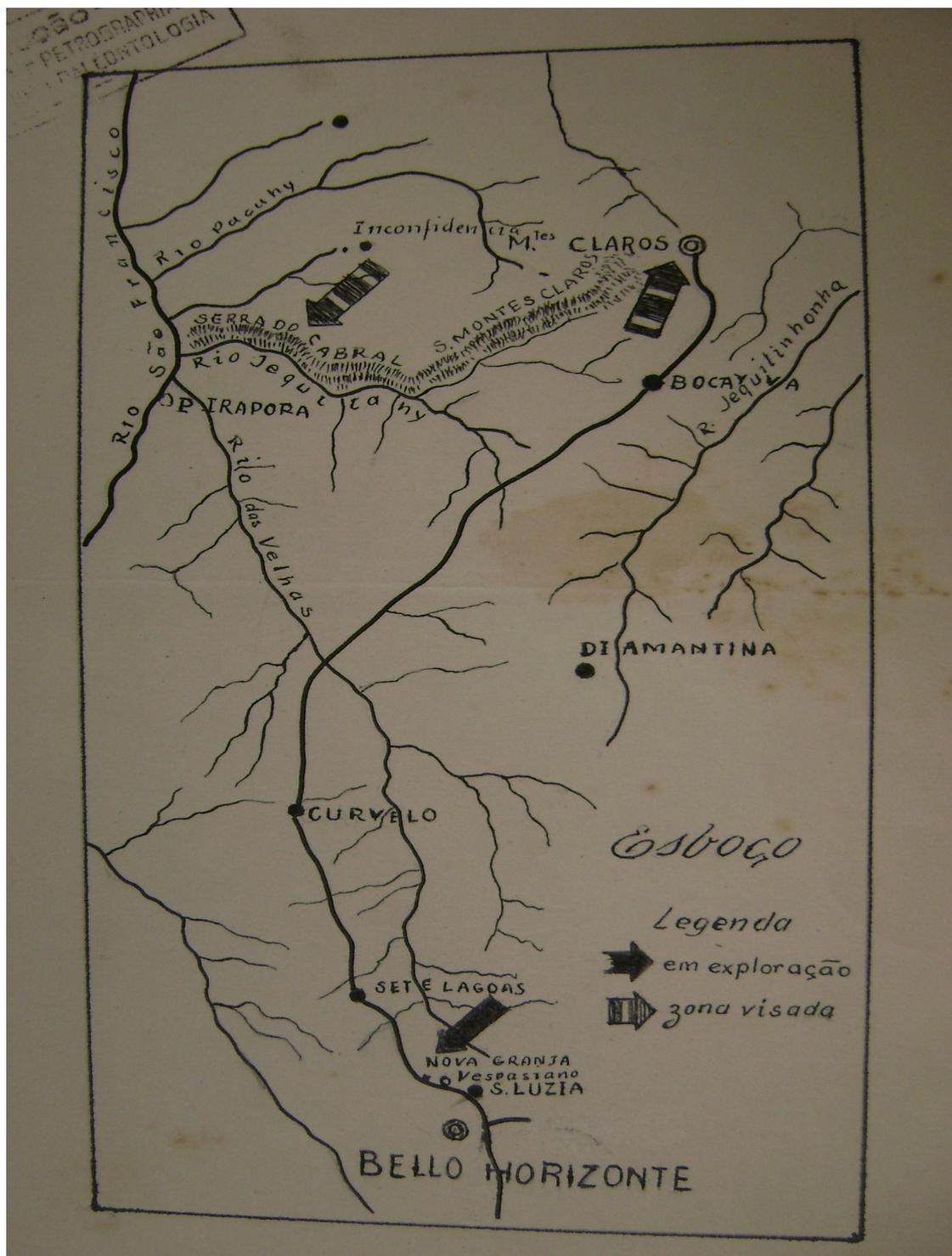


FIG. 4

Instrumentos Antropométricos: Antropômetro de Martin e Goniômetro. *Boletim do Museu Nacional*, Vol. 3, nº 3, setembro de 1927.



Mapa da expedição realizada por Bastos de Ávila a Minas Gerais em 1937. Arquivo de Antropologia Física do Setor de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Série 1: Coleções/Subsérie 1 – Lagoa Santa. A.F.T.1.1.012.

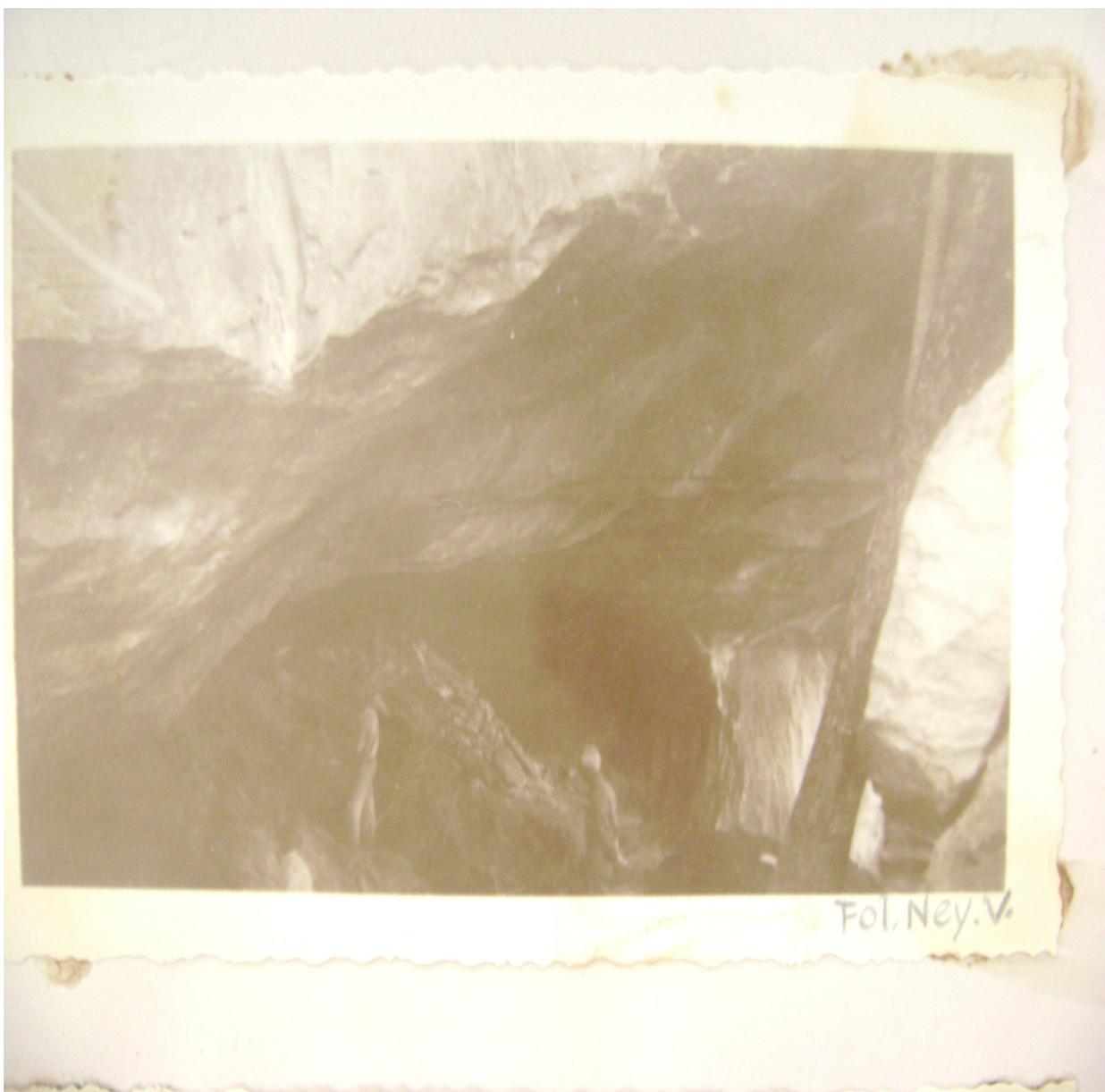
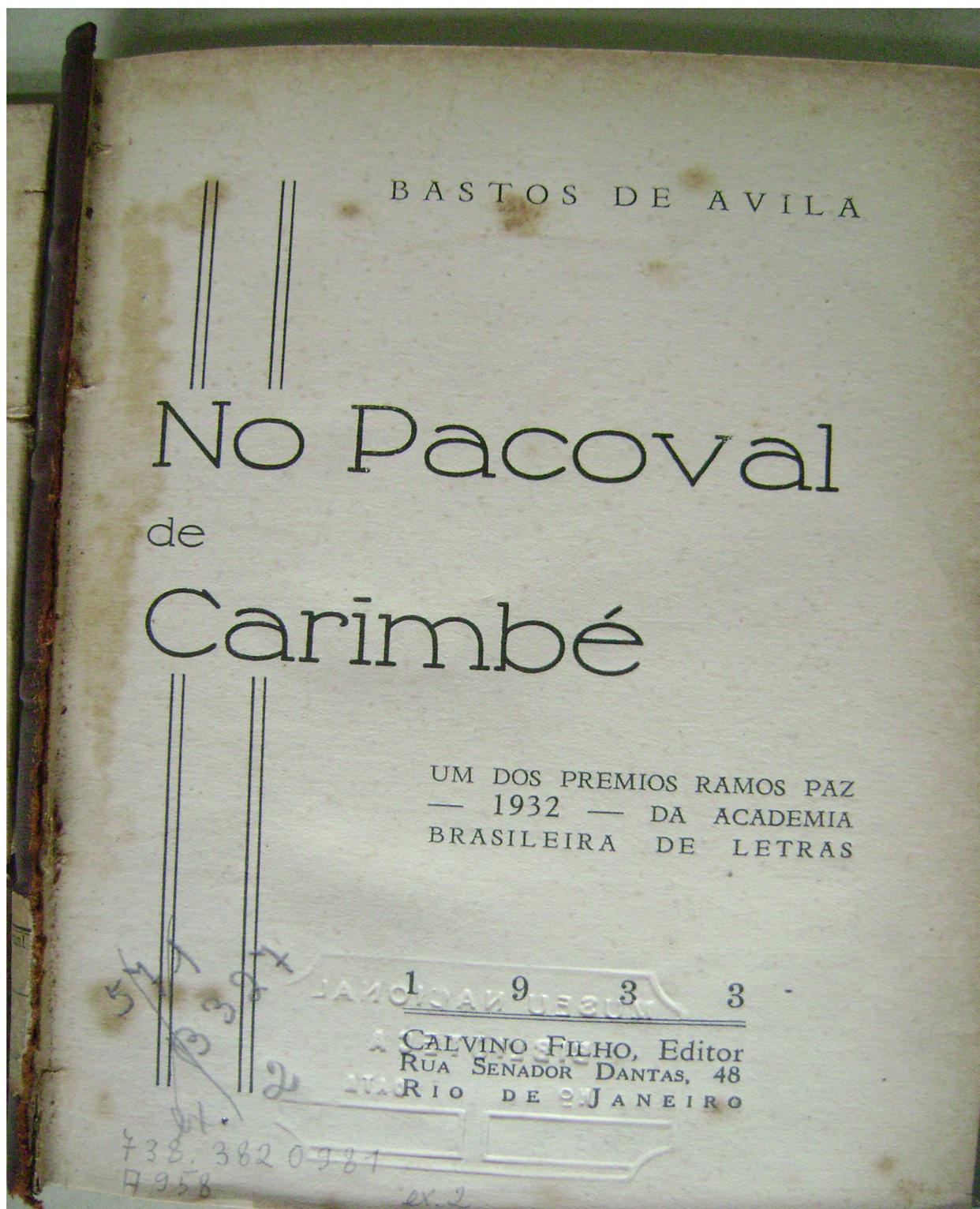


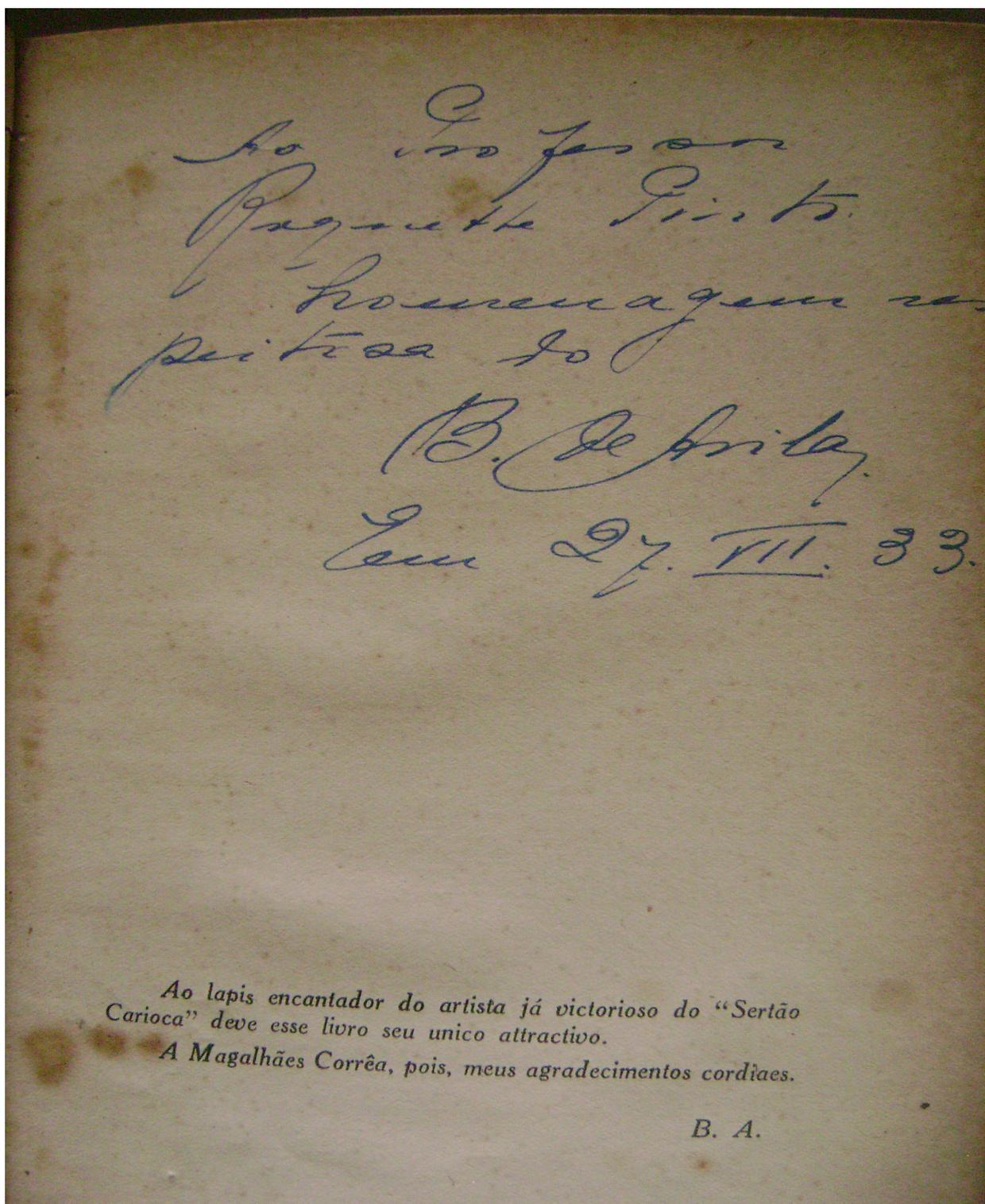
Foto das escavações realizadas pela expedição de Bastos de Ávila nas cavernas, denominadas “Carrancas”, de Minas Gerais. Arquivo de Antropologia Física do Setor de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Série 1: Coleções/Subsérie 1 – Lagoa Santa. A.F.T.1.1.012.



Rascunho acerca das dimensões de uma caverna explorada. Arquivo de Antropologia Física do Setor de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Série 1: Coleções/Subsérie 1 – Lagoa Santa. A.F.T.1.1.012.



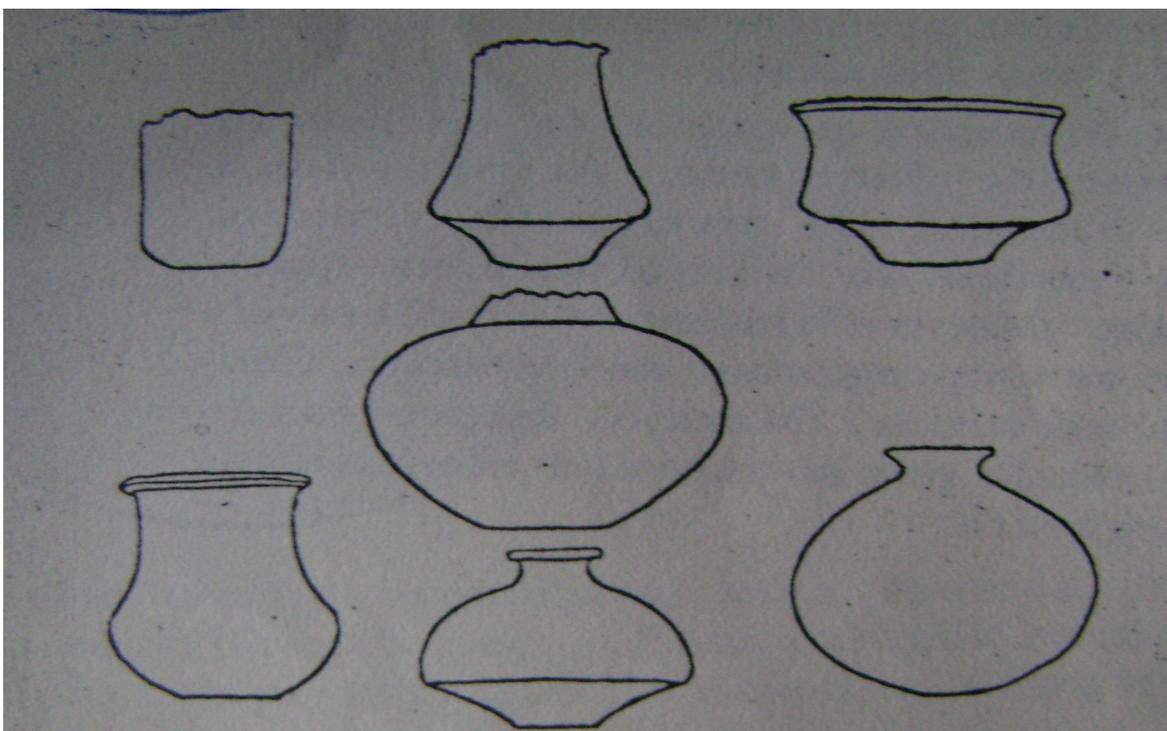
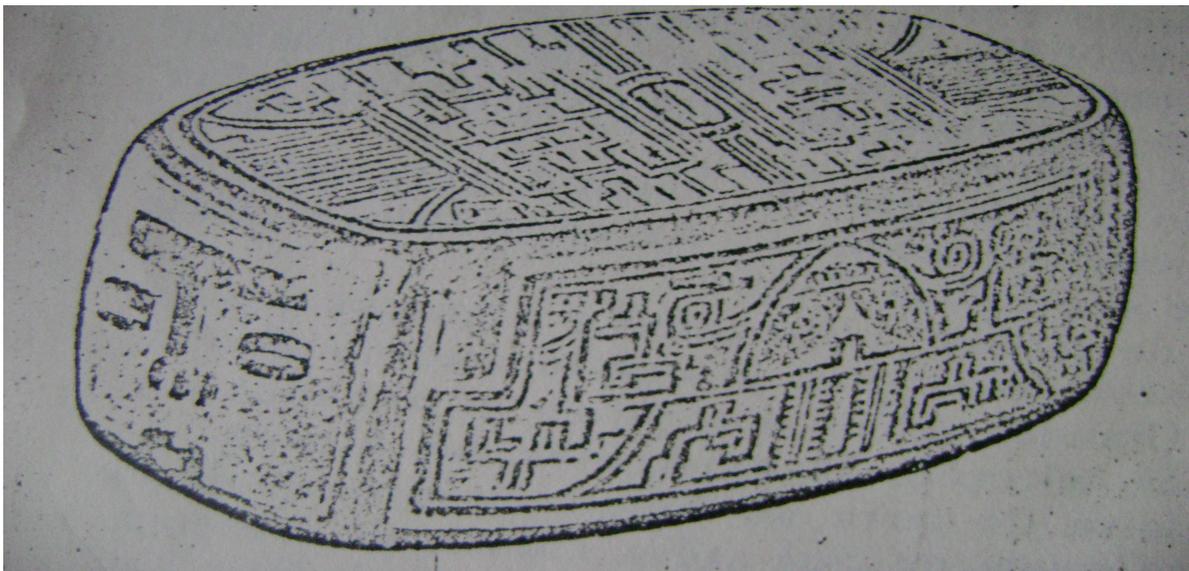
Folha de rosto de *No Pacoval de Carimbé*. Biblioteca do Museu Nacional.



Exemplar de *No Pacoval de Carimbé* com dedicatória à Roquette-Pinto. Biblioteca do Museu Nacional.



Ilustração de vaso Marajoara assinada por Magalhães Corrêa em *No Pacoval do Carimbé*. Rio de Janeiro: Calvino, 1933, p. 219. Biblioteca do Museu Nacional.



Ilustrações de um Maracá de argila e das principais formas de cerâmicas Marajoara pesquisadas por Heloísa Alberto Torres em *Cerâmica de Marajó – registro da conferência proferida por Heloísa Alberto Torres na Escola Nacional de Belas Artes. Série Salão, Editora Typografia Brasil Social Humaytá, Rio de Janeiro 1929. p. 12 e p. 13* Arquivo da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (CCHAT)



Fotografia de Heloísa Alberto Torres. A expedição científica realizada por Torres inspirou Bastos de Ávila na produção de *No Pacoval do Carimbé*. Arquivo da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres (CCHAT)